

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
E GEOCIÊNCIAS**

**RELAÇÕES DE TRABALHO E PRODUÇÃO NA  
INDÚSTRIA DA RECICLAGEM: UMA ANÁLISE A  
PARTIR DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES NO  
MUNICÍPIO DE JAGUARI-RS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Andrea Pereira Lock**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2013**

**RELAÇÕES DE TRABALHO E PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA  
DA RECICLAGEM: UMA ANÁLISE A PARTIR DA  
ASSOCIAÇÃO DE CATADORES NO  
MUNICÍPIO DE JAGUARI-RS**



**Andrea Pereira Lock**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração Produção do Espaço e Dinâmica Regional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do grau de **Mestra em Geografia.**

**Orientadora: Prof. Dra. Ane Carine Meurer**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2013**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lock, Andrea Pereira  
relações de trabalho e produção na indústria da  
reciclagem: uma análise a partir da Associação de  
Catadores no município de Jaguari-RS / Andrea Pereira  
Lock.-2013.  
151 p.; 30cm

Orientadora: Ane Carine Meurer  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de  
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2013

1. Capitalismo 2. Reciclagem 3. Catadores 4.  
Associação I. Meurer, Ane Carine II. Título.

---

© 2013

Todos os direitos autorais reservados a Andrea Pereira Lock. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: [andrealock@ig.com.br](mailto:andrealock@ig.com.br)

---

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Naturais e Exatas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a  
Dissertação de Mestrado

**RELAÇÕES DE TRABALHO E PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DA  
RECICLAGEM: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO DE  
CATADORES NO MUNICÍPIO DE JAGUARI-RS**

Elaborada por  
**Andrea Pereira Lock**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Geografia**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

  
**Profª Drª Ane Carine Meurer - UFSM**  
(Presidente/Orientadora)

  
**Profª. Drª Cleria Bitencorte Meller – IFF Santa Rosa**

  
**Profª. Drª. Lucia Rejane Rosa Gama Madruga - UFSM**

  
**Profª Drª. Eliane Foletto - UFSM**

**Santa Maria, Setembro de 2013.**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela Vida;

À minha família, Avó Alice, Pai, Mãe, meus sogros, Fernando e Maruá, pelo apoio e compreensão em todos os momentos;

À Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós Graduação em Geografia e Geociências, pela oportunidade e vivência;

Aos professores do Curso de Pós-Graduação pelos ensinamentos, em especial, à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Ana Bolfe que me incentivou, dando o pontapé inicial para o acontecimento deste trabalho e à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ane Carine Meurer, pela orientação, competência e carisma;

Aos professores que fizeram parte da banca, Dr<sup>a</sup> Cléria Meller e Dr<sup>a</sup> Lucia Rejane Madruga, fundamentais para o enriquecimento das ideias propostas;

À Secretária do PPGGeo Liliane Bonilla, pelo empenho e prontidão nas informações;

Ao Funcionário Álvaro do Centro de Educação – CE, pelo auxílio em algumas questões na área administrativa e trabalhista;

Aos demais colegas do curso e amigos conquistados, fundamentais nos momentos de apoio e reflexão, em especial a Luciane Vieira, Anna Christine Ferreira Kist, Isis Pasquali, Neida Maria Camponogara Freitas, Christian Santana Cunha, Alecsandra Santos da Cunha e Sandra Beatriz;

À Fundação MO'Ã, através do Sr. Rainer Muller e Eleonora Diefenbach Muller, por proporcionar-me o estágio e ter-me oportunizado conhecer o Município de Jaguari, como também a toda equipe de trabalho, pela parceria;

Ao Município de Jaguari - RS, em específico aos representantes da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e à Secretaria de Educação, pela recepção;

Aos catadores, integrantes da Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari/ ARPEJ, pela oportunidade de conhecê-los e acompanhá-los em seu trabalho;

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa, muito obrigada!

*“Jaguari, tu és bela, tu és querida, tu és bonita, é o  
rancho da natureza  
Dentro de ti tem um rio, e dentro dele corre uma  
água cristalina  
Quando saio de ti, vou olhando as verdes matas,  
vou carregando o perfume do teu encanto e de tua  
beleza  
É a saudade que começa a bater no meu peito,  
aí sinto vontade de voltar...”.*

*João Artur Rodrigues Gonçalves  
Catador de Materiais Recicláveis – Associado ARPEJ  
Fev/ 2011.*

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências  
Universidade Federal de Santa Maria

### **RELAÇÕES DE TRABALHO E PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DA RECICLAGEM: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES NO MUNICÍPIO DE JAGUARI-RS**

AUTORA: Andrea Pereira Lock  
ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ane Carine Meurer  
LOCAL E DATA DA DEFESA: Santa Maria, Setembro de 2013.

No Brasil, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, instituída em agosto de 2010, é considerada marco histórico na gestão ambiental do País. A partir desta Política, os municípios precisam adequar-se às novas normas e são responsabilizados pela gestão dos seus resíduos. O presente trabalho tem por objetivo compreender as relações de trabalho e a produção, entre a Associação Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari - RS, o poder público municipal e os compradores de materiais recicláveis, perante a Política Nacional dos Resíduos Sólidos. A metodologia proposta é de natureza qualitativa e o estudo de caso como estratégia de pesquisa utilizando-se como instrumento de investigação a pesquisa documental, o diálogo, entrevistas e observação nas visitas técnicas, reuniões e oficinas. Os atores sociais envolvidos na pesquisa são os catadores de materiais recicláveis associados, o poder público municipal através da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e o comprador de materiais recicláveis. A pesquisa teve como base o período de 2009, com a formação da Associação, até o início de 2013. O trabalho e a produção da ARPEJ são fundamentais para a comunidade, visto que realiza a coleta seletiva no município, obtendo melhor renda e menor destinação de resíduos ao aterro sanitário; além disso, colabora com o ambiente saudável, com a prefeitura perante suas atribuições, diminuindo o custo para os cofres municipais. Ressalta-se que houve melhoria nas relações sociais dos catadores com o Poder Público municipal e com a comunidade jaguariense. Compreende-se que a indústria da reciclagem oportuniza trabalho e renda para uma parcela da população e proporciona uma alternativa na economia dos recursos naturais existentes. Conclui-se que muito ainda deve ser feito para que a Política Nacional dos Resíduos Sólidos seja aplicada aos municípios, o que requer constante envolvimento de toda a comunidade e gestão do processo pelos órgãos públicos.

**Palavras-chaves:** Capitalismo. Reciclagem. Catadores. Associação.

# **ABSTRACT**

**Dissertation  
Graduate Program in Geography and Geosciences  
Universidade Federal de Santa Maria**

## **LABOUR RELATIONS IN PRODUCTION AND RECYCLING INDUSTRY: AN ANALYSIS FROM THE ASSOCIATION OF THE MUNICIPALITY OF PICKERS JAGUARI-RS**

**AUTHOR:** Andrea Pereira Lock

**SUPERVISORA:** Prof. Dr<sup>a</sup> Ane Carine Meurer

**PLACE AND DATE OF DEFENSE:** Santa Maria, September 2013.

In Brazil, the National Politics of Solid Wastes, established in August 2010, is considered a historic landmark in the environmental management in the country. Since from this politics, the counties need to adapt itself the new norms and are responsible by management of their wastes. The present work has the objective understand the labor and production relations between the Association of Collectors “Profetas da Ecologia” of Jaguari – RS, the town government and the purchasers of recyclable materials, before the National Politics of Solids Wastes. The methodology suggested is the qualitative abordage and the case study with strategy of research using as investigation tool the documental research, the dialog, interviews and observation in the technical visits, meetings, and workshops. The social actors involved in the research are the recyclable wastes collectors associated, the Municipal Government across the Planning and Environment Secretary and the purchaser of recyclable materials. The research was executed on the period of 2009, with the formation of Association, until the beginning of 2013. The work and the production of ARPEJ are fundamental to the community, since it performs the selective collection in town, getting better rent and lower allocation of waste to sanitary embankment; besides, collaborates with the healthy environment, with the prefecture, decreasing costs to municipal coffers. Highlights that was there advance in the social relations of collectors with the town government and with the community of Jaguary – RS. Understands that the recycling industry provides opportunities work and rent for a portion of a population and provides a alternative in the economy of natural resources. Conclude, that remains to be made to the National Politics of Solid Wastes is applied to tows, which requires envelopment of all community and management process by government agencies.

**Key-words:** Capitalism. Recycling. Collectors. Association.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Diferenças e Similaridades entre Cooperativa e Associação.....	42
Quadro 2 - Informações sobre Associações e Catadores Associados.....	49
Quadro 3 - Cronologia dos acontecimentos entre 2008 a 2010 .....	61
Quadro 4 - Cronologia dos acontecimentos entre 2011 a 2013.....	62
Quadro 5 - Coleta Seletiva em Números em Jaguari - RS.....	80
Quadro 6 - Fluxograma da Cadeia Produtiva de Jaguari. A produção e reprodução de resíduos.....	81
Gráfico 1 - Regionalização dos municípios com Coleta Seletiva.....	29
Gráfico 2 - Nº de catadores em ascensão no país.....	53
Figura 1 - Símbolo da Reciclagem.....	32
Figura 2 - Mapa de Localização do Município de Jaguari - RS.....	71
Figura 3 - Mapa com a divisão Distrital do Município de Jaguari.....	72
Figura 4 - Foto Pórtico de entrada do Município de Jaguari - RS.....	75
Figura 5 - Foto do Balneário Fernando Schiling.....	75
Figura 6 - Vista do Obelisco a partir da praia.....	76
Figura 7 - Foto do caminhão da Coleta Seletiva.....	81
Figura 8 - Foto dos catadores da ARPEJ recebendo carrinho .....	81
Figura 9 - Foto: Vista aérea do Município.....	89
Figura 10 - Foto da Área da ARPEJ.....	90
Figura 11 - Presidente ARPEJ recebendo carrinhos para a coleta.....	90
Figura 12 - Foto: Atividade com associado ARPEJ.....	91
Figura 13 - Mapa Temático urbano de Jaguari – RS.....	93
Figura 14- Foto Catador ARPEJ carregando os materiais recicláveis.....	95
Figura 15 - Conferindo a pesagem dos materiais recicláveis.....	96
Figura 16 - Fotos Comercialização de Materiais Recicláveis pela ARPEJ.....	96
Figura 17 - Fotos Comercialização de Materiais Recicláveis pela ARPEJ.....	97
Figura 18 - Foto: caminhões do comprador de materiais recicláveis .....	99
Figura 19 - Foto Materiais armazenados na empresa de reciclagem em Santa Maria - RS.....	99

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E TERMOS

ABRELPE	- Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
ARPEJ	- Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari
CBO	- Classificação Brasileira de Ocupações
CCNE	- Centro de Ciências Naturais e Exatas
CEMPRE	- Compromisso Empresarial para a Reciclagem
CMMAD	- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
COREDE	- Conselho Regional de Desenvolvimento
FEE	- Fundação de Economia e Estatística
FEPAM	- Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FUNASA	- Fundação Nacional da Saúde
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
ME	- Ministério da Educação
MMA	- Ministério de Meio Ambiente
MNCR	- Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
ONU	- Organização das Nações Unidas
PET	- Politereftalato de Etileno
PNEA	- Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	- Política Nacional de Meio Ambiente
PNRS	- Política Nacional dos Resíduos Sólidos
PPGGEO	- Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geopolítica
SISNAMA	- Sistema Nacional de Meio Ambiente
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

## LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

<b>ANEXO I</b>	<b>CONVÊNIO.....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO II</b>	<b>CARTA DE BRASÍLIA.....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXO III</b>	<b>ESTATUTO DA ARPEJ.....</b>	<b>128</b>
<b>APÊNDICE I</b>	<b>FICHA DO ASSOCIADO.....</b>	<b>135</b>
<b>APÊNDICE II</b>	<b>QUESTIONÁRIO 1.....</b>	<b>137</b>
<b>APÊNDICE III</b>	<b>QUESTIONÁRIO 2.....</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICE IV</b>	<b>QUESTIONÁRIO 3.....</b>	<b>141</b>
<b>APÊNDICE V</b>	<b>ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM OS CATADORES DA ARPEJ.....</b>	<b>143</b>
<b>APÊNDICE VI</b>	<b>REPERCUSSÃO NA MÍDIA DAS ATIVIDADES REALIZADAS.....</b>	<b>147</b>
<b>APÊNDICE VII</b>	<b>ESQUEMATIZAÇÃO DA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.....</b>	<b>150</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 PERSPECTIVAS DO CAPITAL E RESÍDUOS SÓLIDOS</b> .....	<b>18</b>
2.1 Capital - Capitalismo e Sociedade de Consumo.....	18
2.2 Trabalho e Produção na perspectiva capitalista.....	21
2.3 Contextualizando Resíduos Sólidos e a Legislação.....	24
2.3.1 A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.....	26
2.4 Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva.....	29
2.5 Reciclagem e Materiais Recicláveis.....	31
<b>3 PERSPECTIVAS DO TRABALHO E PRODUÇÃO DO CATADOR ATÉ A CONTEMPORANEIDADE</b> .....	<b>34</b>
3.1 O Catador ao longo da história.....	34
3.2 O Trabalho e a Profissão do Catador.....	34
3.3 A Profissão de Catador e os Materiais Recicláveis.....	38
3.4 Formas de organização dos Catadores no Brasil.....	40
3.5 Catador - Excluído - (Re)Incluído.....	44
3.5.1 Contextualizando as relações entre consumo, catador e reciclagem.....	49
3.5.2 Reciclagem: possibilidades e limites da inclusão social.....	56
<b>4 PERSPECTIVAS LOCAIS: RESÍDUOS SÓLIDOS EM JAGUARI – RS</b> .....	<b>60</b>
<b>4.1 Caracterização da Área de Estudo</b> .....	<b>67</b>
4.1.1 Município de Jaguari – RS.....	67
4.1.1.1 Histórico do Município.....	67
4.1.1.2 Colonização do Município.....	67
4.1.1.3 Criação do Município.....	68
4.1.1.4 Localização.....	69
4.1.1.5 Economia local.....	73
4.1.1.6 “Belezas Naturais” do/no Município.....	74
4.1.1.7 Problemas ambientais de Jaguari – RS.....	76
4.1.1.8 Resíduos Sólidos do/no Município de Jaguari – RS.....	79
4.1.1.9 Poder Público Municipal.....	85
4.1.2 Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari/ARPEJ.....	87
4.1.2.1 Localização da ARPEJ.....	88
4.1.2.2 Pessoas que fazem parte da ARPEJ - Os catadores associados.....	90
4.1.2.3 A organização e o Gênero na seleção do trabalho.....	94
4.1.2.4 Saúde e Segurança no Trabalho na ARPEJ.....	97
4.1.2.5 Materiais recicláveis para além de Jaguari – RS.....	98
4.1.2.6 Comprador de materiais recicláveis.....	100
<b>4.2 Possibilidades e limites do Trabalho e Produção da ARPEJ</b> .....	<b>101</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>112</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>121</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>135</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Desde sua origem como campo do conhecimento e, mesmo antes, na Antiguidade, a Geografia se preocupou em compreender o espaço geográfico, ou o espaço “morada” do homem no planeta Terra. Constitui, portanto, uma ciência cujo conceito balizador de seus estudos é o espaço geográfico. De acordo com Suertegaray (2000), entende-se por espaço geográfico a materialização das práticas humanas sobre a superfície da terra, no sentido amplo. Trata-se de refletir sobre a produção do espaço na sua relação complexa e contraditória entre as práticas humanas que decorrem de seu modelo de produzir, de sua forma de se organizar socialmente e da construção de sua cultura. Pensando dessa forma, o espaço geográfico constitui uma totalidade impossível de ser contemplada analiticamente, pois cada conceito permite uma leitura diferenciada e complementar daquilo que é conceituado como espaço geográfico. Muitas dimensões do planeta, sob as diferentes óticas e escalas, expressam o conhecimento adquirido e refletem as respostas de vários campos disciplinares, neste caso, expressando o olhar da Geografia.

Ambiente é um dos conceitos que permite avaliar, analisar uma dimensão do espaço geográfico. Trata-se de um conceito trabalhado em outros campos do conhecimento, desde a física (com a ideia de meio) à biologia (com a ideia de meio ambiente). Pensar o ambiente em Geografia é considerar a relação natureza - sociedade, uma conjunção complexa e conflituosa, que resulta do longo processo de socialização da natureza pelo homem. Processo esse que, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma, também, a natureza humana (SUERTEGARAY, 2000).

Santos (1997, p. 186) afirma que o meio geográfico pode ser dividido, de forma geral, em três fases: meio natural, onde o homem utilizava os recursos naturais para suas necessidades de vida sem prejudicar a natureza drasticamente; o meio técnico, que surgiu quando o homem passou a necessitar de recursos que a natureza não podia oferecer e a partir da revolução industrial (com a invenção de máquinas, as necessidades aumentaram a fim de atender as demandas de produção, iniciando com isso a degradação ambiental em algumas cidades inglesas,

no século XIX); e a terceira fase seria o meio técnico-científico-informacional, que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, atingindo os países desenvolvidos na década de 70. Essa fase consiste numa interação das técnicas com a ciência e a tecnologia avançada, que vem crescendo exponencialmente, tornando o mercado global que antes era local, limitado a poucos países.

Várias foram as mudanças que aconteceram no planeta devido à ação antrópica, mas foi a partir da Revolução Industrial que transformações mais radicais começaram a surgir, conduzindo a desequilíbrios ambientais e humanos mais intensos, principalmente em função do crescimento drástico da população mundial e sua inserção no sistema capitalista, gerando o consumo e o desperdício generalizados.

Com a internacionalização das técnicas da produção e do produto, do capital e do trabalho, dos gostos e do consumo, a mundialização das relações sociais, sejam elas econômicas, financeiras ou políticas, é a garantia de universalidade que permite compreender cada fração do espaço mundial em função do espaço global (SANTOS, 1988).

O autor Lefebvre (2001), traz a ideia de que a problemática do espaço compreende a problemática do urbano (a cidade, a sua expansão) e do cotidiano (o consumo programado) e substitui assim a problemática da industrialização, mas sem a eliminar, visto que as relações sociais preexistentes subsistem e o novo problema é precisamente o da reprodução.

A internacionalização da economia permitiu falar de cidades mundiais, verdadeiros nós na cadeia de relações múltiplas que dão um arcabouço à vida social do Planeta. Na verdade, porém, é o espaço inteiro que se mundializou, e já não existe um único ponto do Globo que se possa considerar como isolado. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos. Isso se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço - homens, empresas, instituições e ambiente, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital e à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexos único, dado pelas forças motrizes do modo de

acumulação hegemonicamente universal (SANTOS, 1988). Alguns autores, ao tratar desse assunto, remetem ao termo "cidades globais".

Nesse contexto, o trabalho, símbolo da base de uma sociedade, além de ser um esforço para a realização de um determinado fim (ALBORNOZ, 1992), é considerado como fundamento primário da sociabilidade humana (LUKACS, 1979). Diante das transformações que vêm ocorrendo atualmente, diante da precarização no mundo do trabalho, originada pela mundialização do capital (ALVES, 2010), um contingente de pessoas em busca de trabalho, um exército de reserva, como diz Weber (2005), depara-se com a submissão ao capital para tentar garantir sua dignidade. Muitas vezes, isso significa optar pela busca de um trabalho não condizente com aquilo que o cidadão estaria apto a desempenhar.

No Brasil, o número de catadores, que era inferior a 200 mil no ano de 1999, passa a ser de 1 milhão em 2009 (CEMPRE, 2010). A grande maioria desses catadores está em situação irregular, apenas 10% encontram-se organizados.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis afirma que há no Brasil 800 mil trabalhadores na catação de recicláveis. Das cooperativas existentes, que atendem a apenas 10% dos catadores, existem as que contam com equipamentos adequados, as de médias e as de baixa eficiência. Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2012) aponta que 60% dessas organizações estão nos graus mais baixos de eficiência que a renda média aproximada dessa categoria de trabalhadores fica abaixo do salário mínimo e que o Brasil coleta 183,5 mil toneladas de resíduos sólidos/dia. Parece que o trabalho digno está longe de ser realidade.

Pensando nesse contexto, foi realizado este trabalho, o qual tem como objetivo principal analisar as relações de trabalho e produção existentes na Associação de Recicladores Profetas de Ecologia de Jaguari - ARPEJ, e sua relação com o poder público municipal e os compradores de materiais recicláveis, desde o período de sua formação até os dias de hoje, dentre 2009 a março de 2013.

A estruturação do trabalho busca apresentar e discutir a pesquisa inserida na área de concentração "Produção do Espaço e Dinâmica Regional", através do título "Relações de Trabalho e Produção na Indústria da Reciclagem: uma análise a partir da Associação de Catadores do Município de Jaguari - RS".

A questão norteadora da pesquisa e que buscará por respostas é Como se dão as relações de trabalho e produção entre a Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari - ARPEJ, os catadores, o poder público municipal e os compradores de materiais recicláveis?

Nesse sentido, o trabalho e produção da ARPEJ são fundamentais para Jaguari, mas muito ainda precisa ser construído por toda a sua comunidade. Enfim, através da análise aqui realizada, foi possível verificar as relações de trabalho e produção existentes na Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari - ARPEJ e a partir dela. Com o intuito de contribuir para o processo de melhoria da qualidade de vida dos catadores de material reciclável do município de Jaguari - RS, o objetivo geral para o desenvolvimento do estudo é compreender as relações de trabalho e a produção, entre a Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari - RS, o poder público municipal, os compradores de materiais recicláveis perante a Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Os objetivos específicos são: a) Identificar o catador e analisar a relação de trabalho e produção deste com os demais atores sociais envolvidos na ARPEJ; b) Analisar a relação de trabalho e produção da ARPEJ com o poder público, com o comprador dos resíduos sólidos diante da Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS; c) Descrever como ocorre o processo de coleta, seleção, comercialização e destinação final dos materiais reciclados; d) Compreender a indústria da reciclagem a partir da Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari - ARPEJ.

Para que tais objetivos fossem contemplados, justifica-se a escolha do município de Jaguari - RS, conhecida como “Terra das Belezas Naturais”, por suas potencialidades turísticas, que atraem e cativam os visitantes, trazendo emprego e renda para a região. Além dessa, outras características são importantes: ser uma cidade de pequeno porte e não dispor de um aterro sanitário local, as quais são peculiares na maioria dos municípios brasileiros e por ser um dos mais de 20 municípios que encaminham seus resíduos para a cidade de Santa Maria - RS.

A partir do Convênio de cooperação técnica e consultoria ambiental entre a Fundação MO´Á - Estudos e Pesquisas para a Proteção e o Desenvolvimento Ambiental e o Município de Jaguari - RS, identificou-se a necessidade de contribuir com propostas para sustentabilidade e desenvolvimento local no que diz respeito às questões ligadas ao ambiente saudável e qualidade de vida da população. Entende-



se que a questão dos resíduos sólidos contempla inúmeros aspectos, entre eles o que se refere às relações de trabalho e renda na indústria da reciclagem e à qualidade de vida dos catadores.

A Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari - ARPEJ foi selecionada para a pesquisa devido às seguintes peculiaridades: o pouco tempo de existência da Associação de Recicladores, o que propicia uma análise desde a sua formação; a existência de Convênio de Cooperação Técnica e Científica entre a Prefeitura Municipal de Jaguari - RS e a Fundação MO'Á, do qual a pesquisadora é estagiária - para a confecção e execução de um Programa de Educação Ambiental no Município – facilitando o contato com representantes do poder público e da Associação de Jaguari - RS, bem como, o acesso aos dados necessários para a pesquisa, podendo dispor desses para a sua realização.

Ainda, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade local de se adequar ao prescrito no Decreto Federal 7.404/2010, que estabelece normas para a execução da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, no qual se encontra previsto: parcerias, incentivos financeiros, capacitação e a melhoria da produção e das condições de trabalho das cooperativas de catadores (CEMPRE, 2010), de que trata a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Para desenvolver a pesquisa, a metodologia proposta é de natureza qualitativa, por se tratar de uma investigação que contempla questões sociais. A obtenção de dados na pesquisa qualitativa dá-se mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação que está sendo investigada. Como diz Yin (2001), nessas pesquisas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí, situe sua interpretação dos acontecimentos.

Utilizou-se o que prevê a abordagem do estudo de caso como estratégia de pesquisa, visto que procura o conhecimento particular, é descritivo, indutivo e busca a totalidade. Além disso, de acordo com André (1995), preocupa-se mais com a compreensão e a descrição do processo do que com os resultados.

O estudo de caso enfatiza o conhecimento do particular. O interesse do pesquisador ao selecionar uma determinada unidade é compreendê-la como uma unidade. Isso não impede, no entanto, que ele esteja atento ao seu contexto e às suas inter-relações como um todo orgânico, e à sua dinâmica como um processo, uma unidade em ação (ANDRÉ, 1995, p. 31).

Durante a pesquisa, buscaram-se analisar o posicionamento de diferentes autores em bibliografias diversas (livros e artigos científicos), documentos relacionados ao tema, correlacionando as questões da pesquisa, analisando criticamente e contextualizando as questões teóricas com as empíricas. Utilizou-se como instrumento de investigação o diálogo, a entrevista e a observação nas visitas técnicas, reuniões e oficinas.

Assim, este trabalho constitui-se de cinco Capítulos, os quais estão estruturados da seguinte forma:

O Capítulo 1 refere-se à introdução. Nele, aparecem os objetivos, a justificativa, definindo espaço e tempo da pesquisa de campo e a cronologia dos acontecimentos. O capítulo 2 apresenta as Perspectivas do Capital e Resíduos Sólidos. O Capítulo 3, as Perspectivas do Trabalho e Produção do catador até a contemporaneidade. Ambos constituem-se no Referencial Teórico, fundamental para o entendimento e a condução da pesquisa. Desse modo, para atingir o objetivo proposto, esta pesquisa embasou-se numa revisão de literatura, parte em que foram considerados conhecimento e pesquisas de diversos autores. A revisão bibliográfica ainda possibilitou o conhecimento de material já pesquisado e publicado a respeito. Assim esses capítulos abordam questões referentes ao Trabalho e Produção, à Legislação Brasileira, Constituição Federal, dentre outros temas relevantes.

O capítulo 4 refere-se às Perspectivas locais: resíduos sólidos em Jaguari - RS, o qual apresenta a caracterização da área de estudo, contextualizando o Município e a Associação de Recicladores Profetas da Ecologia e Jaguari - RS. Assim, houve a inserção do assunto no espaço e no tempo, destacando sobre o Município, localização, economia, belezas naturais e os aspectos naturais, sociais e econômicos, como também os problemas ambientais, os Resíduos Sólidos do Município. A partir da Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari - ARPEJ, foi possível conhecer o espaço destinado às atividades da Associação, as pessoas que fazem parte, os catadores associados, a Organização e Gênero na Seleção do Trabalho, a Saúde e Segurança do Trabalho na ARPEJ e os Materiais Recicláveis para além de Jaguari - RS. Ainda esse capítulo aborda o item sobre o comprador de materiais recicláveis e com as possibilidades e limites do trabalho da ARPEJ. O Capítulo 5 traz a Conclusão deste trabalho, e na sequência, constam as Referências, Anexos e Apêndices.

## 2 PERSPECTIVAS DO CAPITAL E RESÍDUOS SÓLIDOS

### 2.1 Capital – Capitalismo e Sociedade de Consumo

Atualmente, vivenciamos o modo de produção capitalista que teve seu marco na Revolução Industrial. Nesse sistema de produção, o capital financeiro passa a ditar as regras da produção e do trabalho, levando à exploração de milhares de operários que são sujeitos a longas jornadas de trabalho nas indústrias.

A transformação da sociedade capitalista ampliou a complexidade das relações de trabalho estabelecidas. Segundo Antunes (2000), os novos padrões de organização e gerenciamento, oriundo das transformações no mundo do trabalho, tiveram a substituição dos padrões rígidos Taylorista/Fordista por padrões mais flexíveis como o Toyotismo, que propõe a flexibilização da produção.

Como o capital tem um forte sentido de desperdício e de exclusão, é a própria centralidade do trabalho abstrato que produz a não centralidade do trabalho, presente na massa dos excluídos do trabalho vivo, que, uma vez (des) socializados e (des) individualizados pela expulsão do trabalho, procuram desesperadamente encontrar formas de individuação e de socialização nas esferas isoladas do não trabalho (Antunes, 2000). O mesmo autor continua dizendo:

Isso porque o capital pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo (ANTUNES, 2000, p. 171).

Ribeiro (2009) enfatiza que, ancorada na ofensiva do capital, está a precarização do mercado de trabalho, que coloca significativa parcela da população brasileira sob os efeitos nocivos do capital, em busca de competitividade e lucratividade, como mecanismo para sua reprodução; além disso, reorganiza o trabalho como forma de expansão em sua lógica excludente.

A presença de bolsões de pobreza no coração do "primeiro mundo" manifesta-se principalmente através da brutal exclusão social, das explosivas taxas de desemprego estrutural, da eliminação de inúmeras profissões no interior do

mundo do trabalho em decorrência do incremento tecnológico voltado centralmente para a criação de valores de troca, das formas intensificadas de precarização do trabalho. Esses são apenas alguns dos exemplos mais gritantes das barreiras sociais que obstam, sob o capitalismo, a busca de uma vida cheia de sentido e emancipada, para o ser social que trabalha.

A eliminação do trabalho e a generalização dessa tendência sob o capitalismo contemporâneo, nele incluído o enorme contingente de trabalhadores de países em desenvolvimento, suporia a destruição da própria economia de mercado, pela incapacidade de integralização do processo de acumulação de capital, uma vez que os robôs não poderiam participar do mercado como consumidores.

O mundo hoje é muito mais capitalista que em qualquer período anterior da história, e estamos vivendo sob o sistema mais universal jamais conhecido pelas mulheres e homens deste planeta. Do ponto de vista político, a cumplicidade entre os estados neoliberais e o capital “globalizado” se tornou mais transparente ainda, a “lógica do movimento” do capitalismo [...] o capitalismo “mercantilizou” todos os aspectos da vida social, desde a força de trabalho, até a saúde mental e o meio ambiente, desde as crenças religiosas até a identidade dos sujeitos (ANTUNES, 2000, p. 51).

A simples sobrevivência da economia capitalista estaria comprometida, sem falar em tantas outras consequências sociais e políticas explosivas que adviriam dessa situação. Para Ribeiro (2009), tudo isso evidencia que é um equívoco pensar na desaparecimento ou fim do trabalho enquanto perdurar a sociedade capitalista produtora de mercadorias e, o que é fundamental, também não é possível prever nenhuma possibilidade de eliminação da classe que vive do trabalho, enquanto forem vigentes os pilares constitutivos do modo de produção do capital, as constantes mudanças nas relações de trabalho são tão rápidas que as instituições pouco conseguem acompanhar, mesmo que seja para reproduzir as relações de produção. Para o processo de reprodução capitalista não são todos os resíduos que despertam a atenção das empresas recicladoras, como afirma Legaspe:

As empresas voltam-se apenas para aqueles materiais que garantem a lucratividade do negócio, utilizando-se assim dos mesmos métodos que fundamentam e dão direção a qualquer outra atividade industrial inserida no mercado capitalista. A indústria da reciclagem apropria-se do imaginário social que afirma a importância de se proteger a natureza, tornando um argumento valorativo dos seus produtos o fato de que eles foram ou podem ser reciclados (LEGASPE, 1996, p. 123).

Assim, devido à pequena quantidade de resíduos sólidos recicláveis coletados em pequenas e médias cidades, é praticamente inviável, economicamente, instalar unidade processadora com o propósito de produzir material reciclado de qualidade a partir de resíduos sólidos urbanos.

Pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada, quanto incorpora a elas persistentes relações que, ainda que temporariamente, não podem ser substituídas (MARTINS, 1997, p. 92).

Como diz Guimarães (2010), enfrentamos um problema intrínseco ao nosso modelo de sociedade e nossa visão de mundo, pois o modo capitalista de produção manifesta-se em escala global promovendo a exploração indiscriminada dos recursos naturais e sociais. Esse modelo é amparado por um paradigma que compreende a vida sob um prisma fragmentário, colocando o homem e a natureza em lados opostos. Essa postura justifica as ações de apropriação dos bens naturais em prol do “desenvolvimento” da humanidade. Entretanto, o reducionismo dessa visão tornou-se insuficiente para explicar a infinita teia de relações que engendram a sociedade contemporânea.

Nesse contexto, torna-se emergencial a construção de uma nova percepção frente ao ser humano e sua íntima relação com o ambiente em que vive. Um olhar que compreenda as raízes da crise socioambiental e que promova uma transformação radical desse cenário. Tais desafios também exigem a formação de um novo sujeito social que entenda a realidade que o cerca de forma crítica e comprometida com a sustentabilidade. É necessário que os indivíduos sejam sensíveis aos problemas humanos e conscientes das armadilhas da massificação cultural que caracteriza a sociedade de consumo. É nesse contexto crítico que a Educação Ambiental entra em cena.

Como afirma Mauro Guimarães (2010, p. 21): “Certamente, esse ‘fenômeno social recente’, que é a Educação Ambiental, é a resposta a uma demanda gerada pela crise ambiental, atualmente já reconhecida pela maioria das pessoas mundo afora.” Imbuída desse desafio, a Educação Ambiental vem ganhando grande destaque nas políticas governamentais e nos movimentos sociais que concentram seus esforços na superação dos problemas ambientais que se alastram pelo planeta.

## 2.2 Trabalho e Produção na Perspectiva Capitalista

Desde a antiga Grécia, o trabalho apresenta uma dupla visão. De um lado, a visão associada à organização emancipatória e criativa da sociedade humana; de outro, a visão pejorativa, relacionada à busca fundamental da sobrevivência (POCHMANN, 2006). Contudo, Antunes (2000) esclarece que o trabalho faz parte da própria condição humana, não é um objeto natural, mas uma ação essencial para estabelecer as relações entre o homem e a natureza, e entre as sociedades e a natureza.

Observa-se, no desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, uma crise no mundo do trabalho, cujos fenômenos se expressam pelo desemprego e pela precarização das relações e condições de trabalho em diferentes escalas, tanto nas nações capitalistas avançadas como nas em desenvolvimento.

Marinho (2005) afirma que, para abordar as transformações no denominado “mundo do trabalho”, tem-se que considerar o processo de reestruturação produtiva, pois “as relações de trabalho e as formas de organização dos trabalhadores estão profundamente relacionadas com as transformações da produção e do mercado” (p. 24).

Para Antunes (2009), as profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho e os novos processos de trabalho surgem onde o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, pelos novos padrões de busca de produtividade e pelas novas formas de adequação da Produção à lógica do mercado. As mutações ocorridas no novo modo de produção atingem a classe que vive do trabalho, ocasionando a diminuição dos direitos trabalhistas, como carteira assinada, seguro desemprego, seguro acidente.

A precariedade do trabalho da catação revela-se para nós como fundamental para os ganhos dos demais agentes do circuito, já que o cumprimento das leis trabalhistas e os contratos formais de trabalho dos catadores tornariam a reciclagem dos resíduos menos rentável e economicamente inviável para as indústrias. Neste caso, seria preferível ao capital produzir mercadoria a partir de materiais-primas virgens o que é sempre opção, à medida que haja contratepo que encareçam o processo de reciclagem nos moldes existentes atualmente (GONÇALVES, 2001, p.23).

O trabalho, além de ser um meio de subsistência, também é um meio de integração social, pois possibilita o relacionamento entre pessoas, a inclusão social e o sentimento de pertencer a um grupo. Assim, explica Dejours (1987), o trabalho significa para o trabalhador uma forma de afirmar sua identidade por meio de atribuições individuais inseridas por ele na realização da tarefa.

Observa-se ao longo do tempo, uma redução de oportunidades de trabalho. Desse modo, pessoas que, sem perspectiva de conseguir emprego no mercado formal, buscam alternativas de geração de trabalho e renda no mercado informal; assim, muitos acabam inserindo-se como catadores de materiais recicláveis.

[...] através da catação informal de papéis e outros materiais encontrados nas ruas ou lixões, sustentam a indústria de reciclagem do Brasil. Eles não são mendigos, mas desempregados que devido à crise econômica, nos últimos anos, foram expulsos do mercado oficial de trabalho (GONÇALVES, 2005, p. 16).

A atividade do catador reproduz na sociedade o modo de vida de muitas pessoas que estão fora do mercado de trabalho e que encontram nessa atividade uma forma de inserir-se nesse contexto. A “produção” de serviços e de relações sociais que se dão com base no descarte realizado pela população geradora de materiais recicláveis é o foco de trabalho para a obtenção de renda.

A “produção” envolve não somente o sentido econômico do termo, mas o sentido conceitual da produção de coisas (produtos), de obras, de ideias, de ideologias, de consciência, de conhecimento, de ilusões e de verdades (LEFEBVRE, 2001). Embora o conceito de produção implique necessariamente em realização efetiva de trabalho, este se apresenta decisivo para a fundamentação da concepção sobre a produção do espaço.

A categoria Trabalho (LEFEBVRE, 2001) estabelece a princípio, uma forma de analisar e entender a sociedade, o Estado, o capital, o poder, a produção e as relações espaço-sociedade.

O Trabalho, enquanto categoria de análise, não se reduz à exploração apenas da natureza objetiva das condições materiais e imateriais da produção em geral, mas a compreensão do que está além da exteriorização da ideologia e da objetivação das formas concretas, o que conduz a compreensão da própria gênese

cultural do homem. O homem histórico, nesse caso, resulta do seu próprio trabalho (SOUZA, 2008).

O conceito de produção de espaço utilizado por Lefebvre aborda o sentido de designar o processo pelo qual os homens, enquanto seres humanos produzem e reproduzem a sua vida, a sua história e a sua consciência (SOUZA, 2009). O mesmo autor defende que essa produção social do espaço urbano é fundamental para a reprodução da sociedade, portanto, do próprio capitalismo.

O conhecimento do processo produtivo, que faz entrar na existência social este produto que é o mais geral de todos – o espaço – é do domínio do pensamento dialético, que lhe apreende as contradições. É neste espaço dialectizado (conflitual) que se consuma a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico” (LEFEBVRE, 1973, p. 18-20).

Porém, afirma Lefebvre (1973), “quem diz ‘produção’ diz também ‘reprodução’, ao mesmo tempo, física e social: reprodução do modo de vida”. A produção, misturada à atividade material e ao mercado de trabalho constitui a linguagem da vida real (GODOY, 2008, p. 126).

Sendo trabalho definido como qualquer atividade física ou intelectual, realizada pelo ser humano, cujo objetivo é fazer, transformar ou obter algo, ele sempre fez parte da vida dos seres humanos. Foi através dele que as civilizações conseguiram se desenvolver e alcançar o nível atual. O trabalho gera conhecimentos, riquezas materiais, satisfação pessoal e desenvolvimento econômico.

Embora a sociedade tenha passado por diversas modificações e tendo sido criadas novas formas de trabalho, que muitas vezes requerem níveis altos e diversificados de conhecimento, a relação entre capital e trabalho basicamente não mudaram. Ainda, no que se refere à “Produção”, Lefebvre (1973) diz que:

A dupla acepção do termo decorre de que ‘os homens’ em sociedade produzem ora coisas (produtos), ora obras (todo o resto). As coisas são enumeradas, contadas, apreciadas em dinheiro, trocadas. E as obras? Dificilmente. Produzir, em sentido amplo, é produzir ciência, arte, relações entre seres humanos, tempo e espaço, acontecimentos, história, instituições, a própria sociedade, a cidade, o Estado, em uma palavra: tudo. A produção de produtos é impessoal; a produção de obras não se compreende se ela não depende de sujeitos (LEFEBVRE, 1973, p. 79-80).



Segundo Santos (1997), a centralidade do trabalho e da produção, ao invés de diminuir, tem de fato aumentado. Isso se deve ao aumento da produtividade que levou a uma diminuição no tempo de trabalho dos trabalhadores. A razão disso reside na crescente mercadorização da satisfação das necessidades e na cultura que lhe está associada e a legítima – o consumismo.

Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho (ANTUNES, 2000, p.170).

Santos (2001) complementa a questão explicando o espaço de produção e o de mercado, que está intimamente ligado às relações sociais.

O espaço da produção é o conjunto de relações sociais desenvolvidas em torno da produção de valores de troca económicos e de processos de trabalho, de relações *de* produção em sentido amplo (entre os produtores directos e os que se apropriam da mais-valia, e entre ambos e a natureza) e de relações *na* produção (entre trabalhadores e gestores, e entre os próprios trabalhadores). O espaço de mercado é o conjunto das relações sociais de distribuição e consumo de valores de troca através das quais se produz e reproduz a mercadorização das necessidades e dos meios de as satisfazer (SANTOS, 2001, p. 278).

Conforme o autor, as relações sociais decorrem das necessidades e dos meios de satisfazê-las.

### **2.3 Contextualizando os Resíduos Sólidos e a Legislação**

A geração dos resíduos sólidos urbanos é considerada um dos grandes problemas enfrentados pela humanidade, o que está relacionado diretamente ao desequilíbrio existente entre a produção e o consumo desenfreado da sociedade capitalista. No que se refere ao Brasil, na maioria dos casos, a preocupação com os resíduos sólidos restringe-se apenas à coleta, seguida de destinação final. Em virtude dessa questão, à medida que crescem os problemas dos resíduos sólidos

nas cidades, também aumenta a quantidade de pessoas que encontra na atividade de catação sua sobrevivência. Surge o catador de materiais recicláveis, que, mesmo sendo tratado com descaso, passa a ser visto por alguns segmentos como trabalhador que desempenha importante papel social e ambiental, merecendo ser considerado como trabalhador e cidadão com direitos e deveres perante a sociedade.

Verifica-se nessa questão a fragmentação das políticas públicas, alteradas conforme a gestão municipal. Assim, muitas ações e projetos iniciados não são continuados. Esse é um grande fator político que impede o desenvolvimento e a transformação da realidade vinculada à sociedade. A partir disso, observa-se a necessidade de uma política permanente, independente do governo instituído.

Para Loureiro (2003, p. 11), é necessária a reorganização da base civilizacional e da estrutura política, econômica, social e cultural vigente, nas sociedades instituídas no período posterior à Revolução Industrial e no marco da modernidade capitalista.

A Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), tema a ser abordado no item a seguir, é considerada um grande avanço para as questões ambientais da atualidade, começando a despertar na população novas preocupações para se adequar e atingir as metas necessárias.

Para Loureiro, Layrargues e Castro:

Fazer educação ambiental com compromisso social significa reestruturar a compreensão de educação ambiental, para estabelecer a conexão entre justiça ambiental, desigualdade e transformação social. Justiça e desigualdade social despontam como conceitos centrais para a educação ambiental com compromisso social, são os elementos que permitem ver com clareza a conexão entre as questões ambientais e sociais (2009, p. 27).

Entende-se que a sustentabilidade da vida no planeta Terra não depende apenas de critérios de utilização dos seus recursos naturais, disciplinados em normas que garantam às futuras gerações o acesso aos mesmos, mas principalmente de uma nova forma de perceber e de se relacionar com o ambiente. Atualmente, diversos setores da sociedade apontam para a necessidade de superarem-se as injustiças sociais que ocorrem nesse conflito relacionado aos diversos usos dos recursos naturais. A base material da vida social e do

desenvolvimento, como os materiais recicláveis, passa a ser um objeto de disputa entre os indivíduos e catadores que dele fazem o seu meio de sobrevivência, apresentando um grande conflito em torno da questão dos resíduos sólidos urbanos. É neste contexto que a educação ambiental tem um papel fundamental na transformação social.

### 2.3.1 A Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS

No Brasil, em agosto de 2010, foi instituída a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), considerada como um grande avanço para a gestão adequada desses resíduos, bem como na organização social e econômica dos processos e pessoas que convivem e sobrevivem dessa atividade, exigindo a adequação dos municípios aos novos procedimentos, tais como: a eliminação e recuperação dos lixões, o incentivo à criação de associações de catadores e a implantação da coleta seletiva nos diversos municípios no Brasil.

A presente lei prioriza a participação dos catadores a partir da responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e a população. O Decreto Federal 7.404/2010 define a implementação da legislação, prevendo parcerias, incentivos financeiros, capacitação e a melhoria da produção e das condições de trabalho das cooperativas de catadores (CEMPRE, 2010).

Para efeitos desta lei, no seu capítulo 2º, art. 3º, encontram-se estabelecidas as seguintes definições:

[...] V- Coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme constituição ou composição;

[...] IX- Geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado que geram resíduos sólidos por meio das suas atividades, nelas incluindo o consumo;

XIV- Reciclagem: Processo de transformação dos Resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observando as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do SISNAMA e, se couber, do SNVS e do SUASA;

XV- Rejeitos: resíduos sólidos que depois de esgotar todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos

disponíveis e economicamente viáveis não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI- Resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final se procede, se propõe a proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido, ou semi-sólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Cuidar adequadamente de nossos resíduos e solucionar os problemas criados por nós mesmos relacionados a eles são, hoje, exigências previstas em Lei, como exemplo a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos a qual tem como objetivo (cap. 2, art 7º): “I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; [...] II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

Ainda, no art. 8º, do Capítulo III, da referida Lei, aparece:

São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros: III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (2010).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS estabelece em seu cap. II, art.6º, parágrafo XII - a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e também o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania. A lei incentiva, além da criação e do desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associações de materiais reutilizáveis e recicláveis, a Educação Ambiental.

Outros pontos a serem destacados em relação aos avanços que a Política Nacional dos Resíduos Sólidos traz são a diminuição dos riscos à saúde, aumento da renda com inclusão social dos catadores, a inserção das cooperativas no serviço municipal de coleta e reciclagem, maior quantidade e melhor qualidade da matéria-

prima reciclada, treinamento e capacitação para ampliar a produção e os ganhos (CEMPRE, 2010).

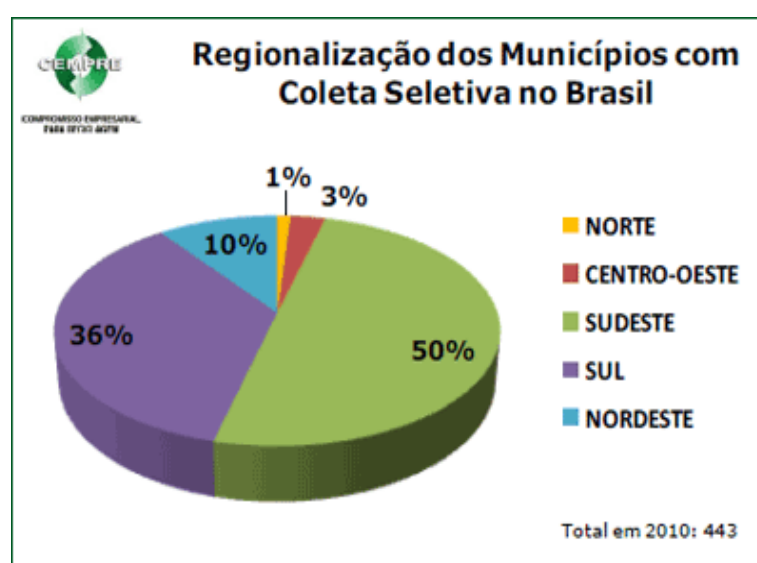
Menciona-se na Lei, o Art. 15, que compete a União elaborar, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, devendo o mesmo ser atualizado a cada 4 (quatro) anos. Salienta-se, entre os conteúdos mínimos a serem abordados no plano, o diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos, as metas de redução, a reutilização, a reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada, metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Dentre outras definições, a PNRS estabelece também o gerenciamento de resíduos sólidos como sendo o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas que compreendem a coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. De acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma dessa Lei, define-se a gestão integrada de resíduos sólidos como um conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, considerando as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

O tema Gestão dos Resíduos Sólidos, desde sua produção, coleta e disposição final, é uma discussão que envolve questões políticas, econômicas, ambientais e sociais. Nesse sentido, a questão ambiental, relacionada aos resíduos sólidos como algo a ser necessariamente resolvido, busca formas de utilização dos resíduos como matéria-prima e criação de maquinarias e processos que minimizem a produção dos mesmos.

## 2.4 Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva

No Brasil, os programas municipais de coleta seletiva integram o sistema de gerenciamento de resíduos sólidos domiciliares. Esses programas podem ser operacionalizados unicamente pelas prefeituras (ou por empresas contratadas para essa finalidade), ou pelas prefeituras em parceria com catadores organizados em cooperativas, associações ou por ONGs.



**Gráfico 1:** Regionalização dos Municípios com Coleta Seletiva no Brasil.

**Fonte:** CEMPRE/2010

A coleta seletiva é um primeiro e importante passo para viabilizar a reciclagem (Gráfico 1). De acordo com o Compromisso Empresarial para a reciclagem - Cempre (2010), quanto aos programas municipais de coleta seletiva no Brasil, a concentração permanece nas regiões Sul e Sudeste do País. Do total de municípios brasileiros que realizam esse serviço, 86% estão situados nessas regiões: A distribuição dos municípios com Coleta Seletiva por Regiões é: Norte (05); Centro-Oeste (13); Nordeste (45); Sul (159); Sudeste (221), conforme (Gráfico 1):

Em outra pesquisa realizada pela ABRELPE (2010) quanto à Distribuição dos Municípios Brasileiros com “iniciativas” de Coleta Seletiva, o Brasil aparece, de forma geral, com 57% dos municípios afirmando ter essa iniciativa, contra 42,4% de municípios que não apresentam. Os estados do Sul e Sudeste do país contemplam

essas medidas com mais de 77%, enquanto menos de 23% destes dizem não ter nenhuma iniciativa. (Assim, 923 municípios são da região sul e 1.326 são do Sudeste). Nas outras regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, menos de 45% dizem ter essas ações, sendo que na região centro-oeste apenas 129 municípios dizem colocá-las em prática. No Brasil, num total de 5.565 municípios existentes, 3.207 dizem apresentar coleta seletiva em 2010 (CEMPRE, 2010).

Por meio dos dados de pesquisas sobre reciclagem no Brasil, percebe-se que a quantidade de materiais recicláveis coletados pelos municípios ainda é muito pequena com relação à quantidade de materiais descartados diariamente pela população. Com isso, há necessidade de se viabilizar ações concretas para que aconteça de fato a coleta seletiva municipal.

Segundo Galvão (2000):

[...] outra condição para a expansão da reciclagem é o desenvolvimento de ações exemplares de articulação entre educação ambiental, coleta seletiva e responsabilidade social, envolvendo escolas, empresas e organizações não governamentais. Tal articulação viabiliza o ciclo completo da reciclagem, além de beneficiar entidades sociais (GALVÃO, 2000, p. 135).

Diante das exposições dos diversos autores, embora uns enfatizem o catador como excluído e outros como sendo indispensável à sociedade, vimos que a questão dos catadores é antiga e que somente agora está sendo reconhecida, tendo muito ainda para ser conquistado.

Apesar de o Brasil possuir uma das melhores legislações, seja em nível nacional, estadual e municipal, que possibilitam a conservação e a preservação do meio ambiente, existem municípios cujos gestores ainda não tomaram consciência da questão, nem mesmo reconhecem os catadores como parte fundamental da coleta seletiva.

A Política Nacional dos Resíduos Sólidos adequou novas normas, trazendo a responsabilidade compartilhada, em que todos os setores da sociedade que, de alguma forma ou de outra, trazem impactos negativos ao ambiente são chamados a refletir e adequar-se à nova lei, que representa um grande desafio e um longo caminho a ser percorrido. Torna-se necessário um trabalho conjunto com práticas integradas para que a lei seja efetivamente aplicada.

Nesse contexto, a efetividade das ações a serem implementadas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, que influencia diretamente nas relações de trabalho dos catadores, dependerá da responsabilidade dos diversos setores, compreendendo o poder público, empresas e a coletividade no exercício da cidadania e da sensibilização aos problemas ambientais referentes aos resíduos sólidos. Nesse caso, a Educação Ambiental é uma importante ferramenta de transformação da sociedade.

Ressalta-se também a importância de ações socioambientais, com a finalidade de minimizar o impacto ambiental dos resíduos gerados nas grandes e pequenas cidades, harmonizando a relação com o ambiente do qual o homem é parte integrante e das relações sociais que fazem parte desse cenário que abrange diferenças culturais, econômicas e políticas entre os diversos setores e representações da sociedade.

Dessa forma, o impacto positivo gerado pela sensibilização e responsabilidade que a política estabelece refletirá numa melhor qualidade de vida e dignidade ao trabalhador catador de resíduos sólidos recicláveis, gerando mudanças significativas na sociedade, integrando os catadores e fortalecendo as associações, pó que poderá melhorar a qualidade de vida da população como um todo.

## **2.5 Reciclagem e Materiais Recicláveis**

Como visto anteriormente, em outras palavras, a reciclagem é um processo de transformação dos resíduos sólidos em insumos ou novos produtos. A reciclagem ocorre através do reaproveitamento dos materiais recicláveis como o papel, plástico, metal e vidro, pelas indústrias na fabricação de novos produtos e assim entrarão novamente no ciclo de comercialização dispostos para a sociedade.

A reciclagem representa uma grande atividade econômica, tanto pela economia de recursos naturais quanto pela diminuição de gastos com a limpeza urbana e gastos com tratamento de doenças, controle da poluição ambiental, remediação de áreas degradadas e uso de espaços de reserva. Além disso, gera empregos diretos e indiretos para a população não qualificada, sendo essa



atividade, muitas vezes, a única alternativa de emprego e renda para grande parte da população menos favorecida do município.



**Figura 1:** Símbolo da Reciclagem

**Fonte:** Manual CEMPRE, 2010.

O símbolo da reciclagem é importante para a informação e entendimento por parte da população. Composto por três setas em processo contínuo, cada uma representa um grupo de pessoas indispensáveis para garantir que a reciclagem ocorra. A primeira seta representa os produtores, as empresas que fazem o produto. A segunda seta representa os consumidores. Após o produto ser usado ele, pode ser reciclado. A terceira seta representa as companhias de reciclagem, onde estão inseridos os trabalhadores – catadores formalizados e indiretamente os informais, que coletam os produtos recicláveis e, através do mercado, vendem de volta o material usado para o produtor transformá-lo em novo produto, completando assim o ciclo que pode ser visualizado na figura 1.

Dagnino (2004) relata que o símbolo das três setas que vão se contorcendo em movimento circular foi criado a partir da pesquisa matemática feita por August Ferdinand Möbius no século XIX e se transformou num ícone cultural moderno, que pode servir de base para ilustrar o subsistema de objetos, um dos sistemas dos materiais recicláveis.

Esse modelo cíclico, como vemos na Figura 1, demonstra os caminhos percorridos pelo material desde o seu descarte domiciliar até chegar na indústria beneficiadora, retornando o produto para o consumidor como matéria-prima utilizada na produção de bens e produtos.

O símbolo de reciclável é encontrado em diversos produtos, impresso em embalagens possíveis de serem recicladas. Ele informa ao cliente, à sociedade em geral, qual destino deve ser dado a essa embalagem após seu uso.

Quanto ao reconhecimento dos símbolos, por parte das pessoas, ainda não são todos que conhecem ou prestam atenção nesse símbolo, são poucos os

catadores que dispõe deste conhecimento. Eles conhecem, na prática, os produtos que são recicláveis pela própria exigência de mercado, na venda dos produtos.

No Brasil, nas últimas décadas, os principais jornais do País vêm publicando notícias sobre os recordes em reciclagem. Além das latas de alumínio, que dão ao Brasil o mais alto índice de reciclagem do mundo, também avançamos muito quanto a outros materiais descartáveis: plástico, papel e vidro.

Dos materiais ditos recicláveis, nem todos são realmente recolhidos pelos catadores, devido ao valor de mercado. Os materiais recicláveis que tem maior rentabilidade e que há procura maior na atualidade são os papéis brancos, seguidos de metais e pet. Quanto ao vidro, dependendo da localidade, não há interesse algum por parte dos catadores, devido ao custo elevado quanto ao peso, volume e valor de venda, não compensando a coleta de alguns materiais.

Para Galvão (2000), a condição para a expansão da reciclagem é o desenvolvimento de ações exemplares de articulação entre educação ambiental, coleta seletiva e responsabilidade social, envolvendo escolas, empresas e organizações não governamentais. Tal articulação viabiliza o ciclo completo da reciclagem, além de beneficiar entidades sociais.

## **3 PERSPECTIVAS DO TRABALHO DO CATADOR AO LONGO DA HISTÓRIA**

### **3.1 O catador ao longo da história**

O catador não é um novo personagem nas ruas das cidades, encontram-se registros da existência de catador desde a antiguidade, conforme se verifica em Velloso (2004).

Durante o período medieval, os resíduos eram basicamente de natureza orgânica, sendo originados pela necessidade fisiológica, pela alimentação e pelo vestuário do homem. Esse lixo era constituído, praticamente, de cascas de frutas, carcaças de animais e trapos. Já existiam os catadores de lixo, que eram chamados de trapeiros (VELLOSO, 2004, p. 26).

Estudos apontam que as primeiras comunidades humanas eram pequenas, como os grupos de nômades que coletavam diretamente os alimentos e ferramentas, em função de suas necessidades básicas, de um lado; da disponibilidade e da proximidade espacial em relação aos recursos, de outro. Essas comunidades geravam resíduos; no entanto, parecia haver um equilíbrio entre a disposição de rejeitos e a capacidade de sua absorção e transmutação pelo ambiente. Sobre esse período, entende-se que o metabolismo estava em harmonia com a capacidade da natureza. Nas palavras de Rubem Alves (1999, p.9), "o lixo estava integrado à vida".

Na Antiguidade, os catadores quando atuavam nas ruas das cidades com suas carrocinhas. Por séculos, marginalizada da economia e da sociedade, essa força de trabalho enfrentou preconceitos e viveu em condições precárias.

### **3.2 O trabalho e a profissão do catador**

Se antigamente a existência de lixões é o que garantia o trabalho do catador, desde a formação do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis - MNCR, no

final da década de 1990, os catadores posicionam-se contra essa forma de disposição de resíduos. Atualmente, a luta desses trabalhadores já ultrapassou o objetivo imediato de reconhecimento pelos serviços. Eles querem ser remunerados pelos trabalhos prestados na limpeza das cidades.

No Brasil, o processo de organização social de catadores de materiais recicláveis em associações e cooperativas teve início no final da década de 1980 e tem se consolidado como política pública, através da implantação da coleta seletiva com inclusão social no contexto da gestão dos serviços urbanos (RIBEIRO, 2007, BESEN, 2011).

O Ministério do Trabalho, através do Decreto 397, publicado no Diário Oficial da União em 10 de outubro de 2002, passa a identificar a atividade de catador como ocupação brasileira, sob o código 5192-05, recebendo como denominação o seguinte título: "Catadores de Materiais Recicláveis" e informa a categoria de *recolectores of basura* como válida internacionalmente.

Como fica claro na "Carta de Brasília" (ANEXO II), documento assinado pelos participantes do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e 1ª Marcha Nacional da População de Rua, realizados em Brasília, em junho de 2001, o que se pretende é a promoção da reciclagem feita pelos próprios catadores, com remuneração e legislação trabalhista condizente a essa iniciativa. A seguir, um trecho do documento (MNCR, 2001):

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que regulamenta a profissão de catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Cabe à sociedade e aos governos valorizar o trabalho dos catadores e posicionar-se favoravelmente a sistemas de coleta seletiva que os integre de forma organizada e autônoma, o que certamente contribuirá para cidades mais justas, humanas e sustentáveis. E é nesse ponto que o social e o ambiental se interligam: separar materiais em casa ou no local de trabalho é um ato de cidadania "ambiental", e levá-los até a organização dos catadores é um ato de solidariedade e de cidadania plena. Ainda que a dimensão social seja extremamente relevante, o

poder público e a sociedade devem priorizar a educação para a minimização de resíduos para então valorizá-los do ponto de vista econômico.

Organizados em cooperativas ou associações, os catadores foram reconhecidos pela nova lei brasileira como agentes da gestão do lixo. Isso significa que sua participação, tanto na coleta seletiva nas residências e empresas como na separação dos resíduos para reciclagem, deve ser priorizada pelos municípios. Dentro de um modelo adequado à realidade social e econômica do País, os catadores assumem papel protagonista, como parceiros do governo, empresas e população para uma nova maneira de lidar com os resíduos urbanos.

Atualmente, existe em torno de 1 milhão de catadores no Brasil. Mas os cooperados representam uma pequena parte. A maioria tem trabalho autônomo, ainda dependente de intermediários para a venda dos materiais recicláveis. Para que a lei seja cumprida, a atual produção das cooperativas precisará ser triplicada e criadas centrais para triagem dos resíduos, em muitos dos mais de 5 mil municípios brasileiros. O esforço já está sendo empreendido e requer poder de articulação no sentido de se chegar a modelos inteligentes e eficientes, em parceria com o setor público e privado.

Entre os desafios, é primordial a capacitação dos catadores para o desempenho de suas novas funções, que exigem desde o conhecimento sobre os melhores métodos de separação e acondicionamento dos materiais até práticas para aumentar a eficiência da produção, reduzir custos e garantir a viabilidade econômica.

No rastro da nova lei, os catadores se profissionalizam, adquirem novo padrão de trabalho e expandem o raio de ação, com a consciência de que a sua atividade é um empreendimento que deve prezar a qualidade e a gestão. O objetivo é aumentar a escala da reciclagem, com efeitos positivos para o meio ambiente e para a geração de renda em toda a rede de negócios que envolve os resíduos das cidades.

Em relação à realidade local estudada, observa-se que existe uma redução de oportunidades de trabalho, em que as pessoas que, sem perspectiva de conseguir emprego no mercado formal, buscam alternativas de geração de trabalho e renda no mercado informal, inserindo-se como catadores de materiais recicláveis. De acordo com Gonçalves:

Esses profissionais, através da catação informal de papéis e outros materiais encontrados nas ruas ou lixões, sustentam a indústria de reciclagem do Brasil. Eles não são mendigos, mas desempregados que devido à crise econômica, nos últimos anos, foram expulsos do mercado oficial de trabalho (GONÇALVES, 2005, p. 16).

Magera (2003), IPT (2003) e Miura (2004) relacionam o crescimento do número de catadores de materiais recicláveis com as crescentes exigências para o acesso ao mercado formal de trabalho e também ao aumento do desemprego. Para esses autores, alguns trabalhadores da catação constituem uma massa de desempregados que, por sua idade, condição social e baixa escolaridade, não encontram lugar no mercado formal de trabalho.

Uma das características do trabalhador informal é a ausência de todos os direitos trabalhistas. Essa situação gera preocupação aos catadores, pois eles não contariam com nenhuma proteção trabalhista, caso fossem afastados por problemas de saúde e/ou acidentes de trabalho. Quanto à aposentadoria, também não se verificou nenhum tipo de contribuição.

Para Antunes (2009), Gonçalves (2005) e Burgos (2008), tal institucionalização diz respeito à lógica da acumulação capitalista, que se vincula pela redução dos postos de trabalho formais, porém se utilizam do trabalho informal e do trabalho não pago a partir do qual o catador entrega as forças vitais que induz a redução dos custos de produção às indústrias recicladoras (BURGOS, 2008).

O trabalho do catador, em suas diversas ocupações, para Burgos (2008), está vinculado à estrutura da indústria da reciclagem que se faz no urbano-periférico. A autora sustenta que é no urbano que se concretiza a massa de homens e mulheres pobres espacialmente (encontram-se tanto no centro quanto na periferia) ligados ao processo da reciclagem e à geração dos resíduos.

Para Burgos (2008), o trabalho da catação hoje tem vínculo com a estruturação produtiva e política, intensificadoras de um maior empobrecimento dos trabalhadores. Dessa forma, o trabalho do catador, para ela, aparece como “trabalho não pago”, devido ao irrisório preço das matérias-primas que não considera o trabalho realizado na separação do resíduo. Descartados dos trabalhos formais, mas indispensáveis para os lucros da indústria da reciclagem, os catadores não estariam propriamente excluídos, mas inseridos no circuito de produção e reprodução do

capital, porém inseridos precária ou perversamente num sistema que se vale deles enquanto eles lhe são úteis.

Na comercialização, o preço dos materiais recicláveis é variável, de acordo com diversos fatores conforme a lei da oferta e procura do mercado, aumento do dólar, qualidade dos materiais, período do ano (BURGOS, 2008).

Compreendendo as relações sociais de trabalho existentes entre os associados e demais agentes sociais do mercado de reciclagem, observa-se que o espaço de trabalho do catador organizado se mostra enquanto espaço de esperança, onde os laços sociais de confiança entre os iguais são construídos de acordo com os valores socioespaciais. Ao mesmo tempo, demonstram o oposto devido às ausências de apoio tanto institucionais quanto sociais (HARVEY, 2004).

O que os catadores ganham pelo material trocado no comércio de recicláveis corresponde a uma ínfima parte, menor possível dos preços definidos no mercado. O que os comerciantes e indústrias pagam aos catadores corresponde ao preço dos recicláveis, e não ao trabalho por eles realizados (BURGOS, 2008, p. 19).

### **3.3 A Profissão de catador e os materiais recicláveis**

A busca por uma solução para a problemática do uso inadequado dos recursos naturais, em relação aos resíduos sólidos urbanos, não se detém apenas nos trabalhos sobre produção e destinação desses resíduos, se não no conhecimento das relações de trabalho e produção dos profissionais da reciclagem.

Salienta-se a importância do fato desse trabalhador ser classificado pelo Ministério do Trabalho pelo Decreto 397, publicado no Diário Oficial da União em 10 de outubro de 2002, passando sua atividade a ser identificada como ocupação brasileira, sob o código 5192-05, recebendo o título: “Catadores de Materiais Recicláveis”. Conforme a CBO - Classificação Brasileira de Ocupações - catador de Material Reciclável é profissão reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Diversas outras políticas e programas foram instituídos em prol da profissão de catador, dentre elas, podem ser citadas:

Pró-catador DECRETO Nº 7.405, 2010 - Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências.

Redução do IPI sobre Recicláveis LEI Nº 12.375, de dezembro de 2010,- Alterações na Legislação Tributária para indústria que comprarem matéria prima diretamente das cooperativas de catadores.

LEI Nº 11.445, diretrizes nacionais para Saneamento Básico, de janeiro de 2007 - No Art. 57 dispensa de licitação para contratação de associações ou cooperativas de catadores para o serviço de coleta seletiva.

DECRETO Nº 5.940 de Coleta Seletiva em órgãos públicos, de outubro de 2006 - Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências (MNCR, 2011).

O trabalho dos catadores é essencial para o fim dos lixões e para a implantação da coleta seletiva nos diversos municípios no Brasil, contribuindo para menos poluição e mais renda. As cooperativas e associações são aliadas das empresas nas ações para a reciclagem, reforçando o aspecto social.

A profissão de catador ganha respaldo também a partir da instituição da Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS, a qual prioriza o trabalho do catador e incentiva as cooperativas para a coleta seletiva municipal.

Apesar de não garantir os direitos trabalhistas dos catadores, pois apenas profissões regulamentadas os têm, o reconhecimento perante a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO oferece a chance de os profissionais da catação recolherem o INSS como autônomos e terem direito à aposentadoria. Nesse sentido, de acordo com o Ministério da Previdência Social, para ter direito ao auxílio-doença, salário-maternidade e aposentadoria, entre outros benefícios previstos na lei 8.213, de 1991, o contribuinte individual, que trabalha por conta própria, sem vínculo empregatício, deve inscrever-se no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e recolher 20% do salário declarado.

A partir de abril de 2007, o Plano Simplificado de Previdência passou a favorecer o trabalhador autônomo, diminuindo tal percentual para 11%. Mesmo com a redução desse percentual, o catador não consegue destinar parte de seu ordenado para contribuir com o INSS. Conforme os catadores, essa contribuição não vale a pena, tendo em vista que a Previdência Social garante aposentadoria a todos



os brasileiros que não tiveram condição de contribuir, ou seja, aos 65 anos, todas as pessoas, desde que comprovem renda mensal inferior a um quarto do salário mínimo e não recebam auxílio público, podem pedir o benefício e receber um salário mínimo por mês até sua morte, mesmo sem nunca haver contribuído. Essa opção é vista pelos catadores como a mais vantajosa.

De acordo com o site da Previdência Social, é importante ressaltar, no caso de cooperativas de catadores que esse recolhimento de 11% para os cooperados jovens prejudica o trabalhador, pois além de apenas garantir a aposentadoria por idade, não permite que se contabilize para a aposentadoria a insalubridade. De outra forma, em reportagem de Ricardo Brito, veiculada no site do Estadão, em maio de 2012, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou o projeto que inclui os catadores de material reciclável como segurados especiais da Previdência Social. Assim, a Câmara analisa o Projeto de Lei 3997/12, do Senado, que inclui o catador de material reciclável como segurado especial da Previdência Social, para que ele passe a contribuir com alíquota de 2,3% incidente sobre o valor bruto de sua produção. Atualmente, a pessoa que trabalha com coleta de lixo inclui-se na categoria “contribuinte individual”. Ou seja, estão entre as pessoas físicas que exercem por conta própria atividade econômica de natureza urbana, com fins lucrativos ou não. Hoje são segurados especiais os pequenos produtores rurais e os pescadores artesanais.

### **3.4 Formas de Organização dos Catadores no Brasil**

Os catadores buscam organizar-se em cooperativas e associações visando melhores condições de trabalho e renda.

As cooperativas de catadores são recentes no Brasil. Uma das pioneiras, de acordo com Magera (2003), é a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – COOPAMARE, fundada no ano de 1985, na cidade de Belo Horizonte.

Uma definição importante sobre as cooperativas de trabalhadores do setor de reciclagem nos é dada pela Aliança Cooperativa Internacional - ACI; entidade não

governamental criada em 1895 para coordenar o movimento cooperativista mundial, atualmente sediada em Genebra, na Suíça. “A cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por intermédio de uma empresa coletiva e democraticamente controlada” (ACI, 1995). O surgimento do cooperativismo deu-se frente a uma necessidade social, sem amparo legal, tomando força diante de um sistema político excludente e opressor e encontrando, mesmo inserido nesse sistema, uma forma de sobreviver dignamente.

Segundo definição de Associação pela OIT- Organização Internacional do Trabalho, na Recomendação de nº 127, é igualmente importante nesse contexto:

É uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar um objetivo comum, através de uma organização administrativa e controlada democraticamente, realizando contribuições equitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente (OIT, 1966).

As parcerias das prefeituras com organizações de catadores iniciaram-se em 1990 e se operacionalizam na maior parte dos casos a partir da cessão pelas prefeituras de galpões de triagem, equipamentos e veículos de coleta e apoio nas campanhas de conscientização e divulgação. Os catadores organizados realizam atividades de triagem, beneficiamento e comercialização dos materiais e, em alguns casos, também de coleta.

Conforme Medeiros (2006), uma cooperativa de catadores pode desenvolver diferentes ações, visando enfrentar fatores que interferem no processo de negociação de materiais recicláveis, possibilitando competitividade através do aumento da oferta de materiais recicláveis num volume maior que garanta negociação de preços.

O IPT (2003) também destaca as seguintes vantagens da cooperativa: evitar depender de um único comprador, vender cargas “fechadas” por um preço médio; estocar os materiais que podem ser armazenados por período mais longo, se o galpão de triagem dispuser de espaço e houver capital de giro. Ainda conforme o IPT (2003), o objetivo central de uma cooperativa de catadores de material reciclável é gerar oportunidades de trabalho e renda. Das vantagens econômicas advindas da organização em cooperativas de trabalho, o IPT apresenta o fato de os catadores

conseguirem um valor mais alto pelo produto, pois ofertam produtos em melhores condições de limpeza e classificação e barateiam o transporte, prensando as cargas.

Os catadores organizam-se em cooperativas ou associações no sentido de melhorar suas condições de trabalho e sua remuneração. Para que isso ocorra efetivamente, é necessário que os munícipes e os gestores municipais deem a devida importância no que refere à necessidade do trabalho desses profissionais para a coleta seletiva municipal, podendo assim remunerá-los pelo seu trabalho.

A etimologia da palavra “cooperativa” vem do latim *cooperare* – operar simultaneamente, prestar colaboração, trabalhar em conjunto para um bem comum. Com base no dicionário Larousse (1999), da língua portuguesa, tem-se a definição de cooperativismo como doutrina econômica aplicada a uma sociedade, dentro de um contexto social.

As formas dos catadores organizarem-se ou incluírem-se no sistema é estar nele. Assim, o quadro Quadro 3 mostra a diferença entre as cooperativas e associações para melhor ilustrar.

COOPERATIVA	ASSOCIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sociedade Civil, comercial, sem fins lucrativos, Ltda;</li> <li>- Formado por sociedade de pessoas;</li> <li>- Objetivo principal é a prestação de serviços aos cooperativados;</li> <li>- Quantidade de cooperados: ilimitado (mínimo 20);</li> <li>- Assembleia - quórum baseado no nº de cooperados, de acordo com o regimento;</li> <li>- Excedentes - decidido pela assembleia geral;</li> <li>- Amparo civil – CF. SCC 5.764/71.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sociedade civil, sem fins lucrativos;</li> <li>- Formado por sociedade de pessoas;</li> <li>- Objetivo principal é a prestação de serviços para a sociedade (no caso, a coleta seletiva);</li> <li>- Nº ilimitado de associados (mínimo 2);</li> <li>- Assembleia - quórum baseado no nº de associados, de acordo com o regimento;</li> <li>- não gera excedente;</li> <li>- Amparo Legal – CF art. 5º Código Civil.</li> </ul>

**Quadro 1:** Diferenças e similaridades entre Cooperativa e Associação.

**Fonte:** Material organizado pela autora, com base na Fonte do SEBRAE Nacional.

Em relação à classificação, ela pode se dar quanto a sua forma e ramo/tipo, atendendo os objetivos dos cooperados e seguindo a legislação pertinente. Sobre a forma, as cooperativas podem ser: abertas: as que admitem a entrada de novos sócios, sem critérios ou impedimentos; ou Fechadas: são as que admitem somente pessoas ligadas à mesma profissão, sindicato ou empresa, com o mesmo fim específico.

Quanto ao ramo/tipo, as cooperativas podem ser de mão-de-obra, organizações comunitárias de produção, cooperativas de trabalho mistas ou cooperativas de produção e/ou serviço. Sendo este último a dos catadores de materiais recicláveis.

A diferença entre Associação e Cooperativa está no planejamento das ações e na articulação dos serviços em que todos os trabalhadores vão em busca dos materiais recicláveis para a comercialização. Surge como forma de melhorar as condições de vida e de trabalho dos catadores. Porém, na maioria das vezes, só se realiza a partir do apoio direto do poder público e da comunidade, a partir da implementação da coleta seletiva municipal. Ainda, prioritariamente, devem ser compostas e dirigidas exclusivamente por catadores (MNCR, 2011).

Conclui-se que a organização através da Associação motiva os catadores a juntar maior quantidade de recicláveis facilitando a venda, a aquisição de carrinhos e espaço para a reciclagem. É importante salientar que o poder público auxilia no recolhimento semanal da área rural.

Outra forma dos catadores se organizarem e estarem por dentro dos assuntos ligados a sua categoria é participar do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Esse movimento é um suporte que busca dar subsídios aos catadores, valorizando o catador e reconhecendo-o profissionalmente. Contudo, ainda é enorme a quantidade de catadores que se encontra sem vínculo a cooperativas e ao movimento. Surgiu, em meados de 1999, sendo fundado em junho de 2001, no 1º Encontro Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. No congresso, foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis (MNCR).

### 3.5 Catador Excluído – (Re)Incluído<sup>1</sup>

Muito tem se falado em catadores no Brasil. A maioria dos estudos apresenta pesquisas relacionadas ao catador estigmatizado, como sendo pessoa que exerce atividade marcada pelo individualismo, pela discriminação, um ser excluído, ou, como diz Burgos (2008), um “trabalhador sobrando”. A sociedade vê as pessoas que vivem da catação, na rua, como sendo um ser solitário e não percebe que, por trás desse indivíduo, encontra-se uma pessoa que faz parte de uma “empresa”, a indústria da reciclagem. O catador faz parte da base dessa indústria, e parcela desses catadores participa de um grupo organizado, como as Associações e/ou Cooperativas de catadores.

A questão da exclusão social passou a ser assunto relevante a partir dos anos 90, tanto no meio governamental como no meio acadêmico. Segundo Gonçalves (2005), isso sinalizava o destino social de parcelas majoritárias da população, seja imposto pelas transformações no mundo do trabalho, seja por situações decorrentes das estruturas econômicas que geram desigualdades sociais. Pode-se caracterizar a exclusão social como sendo um conjunto de fenômenos que se configura no campo das relações sociais, por meio do desemprego, da precarização do trabalho, da fome, da violência, da falta de acesso aos bens e serviços, à segurança, justiça e cidadania. (LOPES, 2006).

Nas palavras de Burgos (2008), ao falar do catador, ela enfatiza que:

Tendo no ambiente urbano, elementos essenciais para a sua realização: abundância de resíduos sólidos urbanos, trabalhadores pobres urbanos, sobrantes dos mais diversos setores produtivos, territórios empobrecidos nos quais realiza um conjunto de atividades inscritas na base da indústria (BURGOS, 2008, p.8).

Embora algumas pesquisas apresentem os catadores como sendo “sobra ou refugo” do mercado de trabalho formal, mostra a complexidade dessa temática, bem como a importância do trabalho do catador de materiais recicláveis para a sociedade, visto que esse trabalhador faz parte da base de todo esse processo.

---

<sup>1</sup> Ver LOCK; MEURER, 2013.

Esses profissionais, através da catação informal de papéis e outros materiais coletados, sustentam a indústria de reciclagem do Brasil.

O catador como já visto anteriormente, é percebido por muitos, como um personagem excluído da sociedade. Ainda, sobre a exclusão, Martins (1997) define que:

[...] é apenas um momento da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em privação: privação de emprego, privação de bem-estar, privação de direito, privação de liberdade, privação de esperança (MARTINS, 1997, p. 18).

Ainda para o mesmo autor, a exclusão social aparece como um processo simultâneo de exclusão e reinclusão, um processo cíclico e cada vez mais duradouro por conta do período de reestruturação produtiva. Argumenta ainda que todos, na organização social do capitalismo, são excluídos em algum momento e reincluídos em outro, pois se cria um novo modo de vida, “o modo de vida do excluído”, possibilitando a criatividade individual que é capaz de proporcionar avanços no plano econômico, superando mesmo que, minimamente, as dificuldades de subsistência.

Organizados em cooperativas, os catadores estão instituídos pela lei brasileira como agentes da gestão do lixo. Isso significa que sua participação, tanto na coleta seletiva nas residências e empresas como na separação dos resíduos para reciclagem, deve ser priorizada pelos municípios. Dentro de um modelo adequado à realidade social e econômica do País, os catadores assumem papel protagonista, como parceiros do governo, empresas e população, para uma nova maneira de lidar com os resíduos urbanos. O IPT (2003) também destaca as seguintes vantagens da cooperativa: evitar depender de um único comprador, vender cargas “fechadas” por um preço médio, estocar os materiais que podem ser armazenados por período mais longo, se o galpão de triagem dispuser de espaço e houver capital de giro. Ainda conforme o IPT (2003), o objetivo central de uma cooperativa de catadores de material reciclável é gerar oportunidades de trabalho e renda. Das vantagens econômicas advindas da organização em cooperativas de trabalho, o IPT apresenta o fato de os catadores conseguirem um valor mais alto pelo produto, pois ofertam produtos em melhores condições de limpeza e classificação e barateiam o transporte, prensando as cargas.

Cabe também ressaltar a valorização econômica dos materiais recicláveis e seu potencial de geração de negócios, trabalho e renda. A coleta seletiva, além de contribuir significativamente para a sustentabilidade urbana, vem incorporando gradativamente um perfil de inclusão<sup>2</sup> social e geração de renda para os setores mais carentes e excluídos do acesso aos mercados formais de trabalho (SINGER, 2002).

O espaço urbano é constituído pelos atores sociais de forma desigual e excludente de acordo com a lógica do sistema capitalista de produção, conforme Carlos (1994):

As cidades são "produto, meio e condição" das lutas e conflitos sociais e espaciais que se formam ao longo da história. Nesse sentido, no espaço urbano encontramos, de um lado, os espaços da elite que representa a classe dominante. E, de outro, os espaços periféricos das classes populares e as hiperperiferias da população excluída, ou os espaços considerados por alguns de exclusão social ou inclusão precária, formando-se dentro das cidades um tecido urbano fragmentado, segmentado e contraditório, no entanto, extremamente articuladoras grandes cidades (CARLOS, 1994, p. 34).

No caso dos catadores, o que os levou a serem excluídos encontra-se em diversas situações, como falta de uma melhor oportunidade de emprego, de uma maior e mais efetiva participação social, de conhecer de forma mais ampla seus direitos como cidadãos. Foram privados até mesmo de poder sonhar com dias melhores e de usufruir de uma melhor qualidade de vida.

Segundo o sociólogo José de Souza Martins (1997), o conceito de exclusão é inconceituável, vago e indefinido. Assim, diz existirem "vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes" (p.14), criados pela sociedade moderna e capitalista. A questão relacionada à exclusão está presente nas discussões sobre a situação social do Brasil desde a década de 1950, no âmbito do trabalho e da educação. Com a reestruturação produtiva e a crise do trabalho, passaram a aparecer os fenômenos como o desemprego e a precariedade nas relações de trabalho. Na atualidade, o termo exclusão refere-se tanto aos aspectos econômicos como sociais, diz respeito a grupos ou indivíduos que não possuem as competências ou habilidades necessárias para a atual sociedade.

---

<sup>2</sup> A inclusão social a qual se refere o texto contempla a questão de "oportunidade" de "trabalho" para aquele (desempregado, sem especialização) que não tem opção de obter recursos financeiros.

Ainda, Martins (1997) tem preferência em utilizar o termo inclusão precária ao invés de exclusão social. O autor propõe uma análise da leitura sociológica-política, e não economicista, como afirma a seguir:

[...] rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal estar, sua revolta, suas esperanças, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações [...] constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando (MARTINS, 1997, p. 14).

De outra forma, Burgos (2008) retrata que há, diante de uma mão-de-obra considerada desqualificada, trabalhadores sobrantes, pobres urbanos excluídos do processo de modernização produtivo, tornados dispensáveis à nova lógica de produzir, mas desejados pelas territorialidades produtivas que não necessariamente envolvem as relações assalariadas (BURGOS, 2008, p.8-9). Dessa forma, os catadores de materiais recicláveis reproduzem-se devido às novas condições socioeconômicas e ambientais.

Nesse sentido, Martins (1997) confirma a atualidade da categoria sociológica *exclusão* para a análise de processos sociais contemporâneos, de caráter mais amplo e permanente, que vão além da perda do emprego para tornar-se *“um modo de vida”*, em que se *“cria uma sociedade paralela que é incluyente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político”* (p.34). Nos trabalhos de Martins, a exclusão social aparece como um processo simultâneo de exclusão e reinclusão, um processo cíclico e cada vez mais duradouro por conta do período de reestruturação produtiva. O autor argumenta ainda que todos, na organização social do capitalismo, são excluídos em algum momento e reincluídos em outro.

Cria-se um novo modo de vida, “o modo de vida do excluído”, possibilitando a criatividade individual que é capaz de proporcionar avanços no plano econômico, superando mesmo que minimamente as dificuldades de subsistência. No entanto, essa integração e o avanço no plano da reprodução da vida dos “excluídos” não supera a degradação e a precariedade das formas de sociabilidade nas quais se inserem. “Rigorosamente falando, só os mortos são excluídos, e nas nossas sociedades a completa exclusão dos mortos se dá nem mesmo com a morte física;



ela só se completa depois de lenta e complicada morte simbólica.” (MARTINS, 2007, p. 27).

Os catadores são indivíduos, na maioria, excluídos socialmente, algumas vezes abandonados pela família, com baixa ou nenhuma escolaridade, que se viram obrigados a trabalhar com um serviço que não é prestado eficientemente pelo poder público, e que permite, no princípio sem a necessidade de formalidades, um trabalho com o mínimo de rendimento para que seja possível a compra de itens mínimos para sua sobrevivência. Uma grande parte dos catadores informais é confundida ou até mesmo é, moradora de rua, passando nas calçadas com aparência de mendigo, o que muitas vezes reforça preconceitos da população sobre essa categoria de trabalhadores.

Os catadores que trabalham de forma individual são conhecidos como trabalhadores informais ou, como salienta Burgos (2008), “trabalhadores sobrantes”. Trabalham por conta própria, coletando desde os resíduos deixados na calçada pela população para ser recolhido pela prefeitura até os resíduos “doados” por empresas e/ou repartições públicas. Representam em média, no país, 90% dos catadores (MNCR, 2010). De outra forma, existem os catadores que se organizaram e passaram a fazer parte de uma associação ou cooperativa de materiais recicláveis.

O termo *Catador de material reciclável* definido pela Classificação Brasileira de Ocupações – CBO refere-se a todas as pessoas que exercem algum tipo de atividade com o lixo, seja coletando-o nas ruas ou separando-o em uma associação.

O fato dos catadores constarem na CBO poderia ser um indicativo para o resgate da dignidade desses trabalhadores, inserindo-os no âmbito das políticas públicas, porém, o que se observa é que a condição do trabalho de catação é quase sempre desfavorável ao trabalhador. Pesquisas mostram que o catador é exposto a riscos de saúde, a preconceitos sociais e à desregulamentação dos direitos trabalhistas, condições que são extremamente precárias, tanto na informalidade de trabalho quanto na remuneração.

De outra forma, o trabalho de catação, possibilita a sobrevivência de muitos trabalhadores que se encontram sem alternativas para a sua subsistência.

O reconhecimento da profissão de catador de material reciclável representou um importante passo na busca por reconhecimento de seus direitos. Ocorre que, desde essa época, os avanços em relação à

formalização das relações de trabalho foram tímidos, e nota-se o predomínio da informalidade nas relações de trabalho. (MEDEIROS, 2006)

Em se tratando de legislação, a Lei 12.305/2010 também prevê a redução de resíduos sólidos urbanos secos dispostos em aterros sanitários e a inclusão de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, de acordo com o Decreto 7.404/2010 no “Art. 11. *O sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.*” Nesse aspecto, os dados do Quadro 4, a seguir, trazem informações referentes à quantidade de associações e catadores associados no Rio Grande do Sul, conforme o SNIS, em 2009.

Quantidade Municípios	Quantidade de entidades associativas	Quantidade de associados pessoas	Existência de trabalho social exercido pela prefeitura
240	100	2.449	53

**Quadro 2:** Informação sobre Associações e Catadores Associados no RS/2009.

**Fonte:** SNIS (2009).

No Brasil essa profissão é precarizada, considerada como subemprego. Uma das reivindicações do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis é que a sociedade brasileira reconheça sua dívida social por submeter os catadores a processos de exclusão/pobreza, uma vez que essas pessoas usam como estratégia de sobrevivência a vida do/no lixo. Assim os catadores pedem, sobretudo, igualdade de oportunidades em uma sociedade tão desigual como a brasileira. O Informe produzido em 2007, disponível no site do Instituto Polis - "Coleta seletiva com inclusão dos catadores: Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, experiência e desafios", traduz o leque reivindicativo dos catadores.

### 3.5.1 Contextualizando as relações entre consumo, catador e trabalho

Na perspectiva do consumo de bens e produtos que tendem a ser descartados, numa análise direcionada aos impactos ambientais, Santos (2004), em seu estudo sobre os resíduos sólidos urbanos, salienta que cotidianamente novos

produtos são lançados no mercado com o apelo de serem indispensáveis a uma boa qualidade de vida. Juntamente com esses produtos, vêm os resíduos sólidos. Baumann (2008) salienta que nos dias atuais, as relações sociais passam a ser mediadas pelo consumo. Consumo este não necessariamente de produtos, mas de hábitos, valores e aparências. Os indivíduos, a partir da exposição aos padrões como de beleza, consumo ou ideológico impostos pelo mercado, passam inconscientemente a portarem-se como objetos de consumo. O autor complementa ainda que, na sociedade de consumidores, ninguém pode tornar-se sujeito antes de tornar-se mercadoria, seja pela posse de objetos de consumo desejáveis ou pela sua própria transformação em padrões socialmente mais aceitos e destacáveis. Nesse sentido a qualidade ambiental vem sendo estudada por alguns autores, conforme cita Basso:

As tecnologias e as técnicas utilizadas no processo de urbanização e na gestão de áreas urbanas exercem influência sobre a qualidade ambiental nas cidades. Alguns fatores podem comprometer a qualidade ambiental, entre eles a operação de sistemas de regime de fluxo aberto como a disposição de resíduos sólidos (BASSO, 2000, p. 36).

Para o autor, uma solução para o problema da disposição do resíduo urbano seria a redução no consumo associado à coleta seletiva com estações de compostagem.

A problemática social decorrente dos resíduos sólidos que para alguns autores interfere e para outros colabora com a gestão dos mesmos, também tem sido abordada por alguns geógrafos. A principal delas é o trabalho informal de catadores de materiais recicláveis, que, ao buscarem apenas a sua sobrevivência, contribuem para a reintrodução no processo industrial dos resíduos cujos destinos, na maioria das vezes, seriam os aterros ou lixões.

Conforme o estudo realizado por Legaspe (1996), sobre o cotidiano do catador de rua, na cidade de São Paulo, entre os catadores encontram-se homens com experiência profissional qualificada, mas a sua maioria são pessoas sem nenhum tipo de qualificação. Ainda segundo o autor, o catador é por natureza um excluído da sociedade, sendo a sua presença somente notada quando passa ou mexe no lixo dos outros ou atrapalha o trânsito das ruas com sua carrocinha. Paralelo a atividade principal, que é o comércio dos recicláveis, muitas cooperativas

também desenvolvem projetos sociais por meio dos quais buscam, com essas ações, “reintroduzir não apenas o lixo na sociedade, mas também o catador” (LEGASPE, 1996, p. 63, grifo nosso). Com base nas percepções e posições do autor Legaspe, ressalta-se que ficam aqui alguns questionamentos e considerações: *De que forma “reintroduzir o lixo na sociedade?”*; *De que forma “o catador pode ser reintroduzido na sociedade?”*; A relação entre o lixo, o catador e a sociedade não deveria ter outra perspectiva: reintroduzir o resíduo, material reciclável no processo industrial e o catador na sociedade? (LOCK; MEURER, 2012).

Os resíduos sólidos urbanos são considerados um dos grandes problemas enfrentados pela humanidade. Estão relacionados diretamente ao desequilíbrio existente entre a produção e o consumo desenfreado da sociedade capitalista. No que se refere ao Brasil, na maioria dos casos, a preocupação com os resíduos sólidos restringe-se apenas à coleta, seguida de destinação final. Em virtude dessa questão, à medida que crescem os problemas dos resíduos sólidos nas cidades também aumenta o contingente de pessoas excluídas das possibilidades de trabalho e produção. Visto que a questão dos resíduos sólidos contempla inúmeros aspectos, entre eles as relações de trabalho na indústria da reciclagem, o lixo, nomeado tecnicamente de resíduo sólido, destaca-se no cenário nacional e local como um campo de trabalho e sobrevivência das camadas mais pobres, mas também no acréscimo dos lucros e dos empresários.

Dessa combinação dramática surge a atividade do catador de resíduos, tratados com descaso e preconceito pela população, pela polícia e pelos representantes das administrações municipais, passam, com o tempo, a ser vistos por alguns segmentos como trabalhadores que desempenham importante papel social e que merecem ser considerados (BARBOSA, ABREU, 2011).

Conforme Bastos (2009), ao abordar a temática “catador”, é fundamental entender como esse trabalhador estabeleceu-se no mundo do trabalho, sendo reconhecido seu papel no cenário socioeconômico ambiental ao longo dos anos, visto que a matéria-prima da sua atividade é sempre vista como algo que não se deseja mais, o rejeito, a sujeira, o inútil; enfim, o refugio humano como diz Baumann (2005).

A Era do Neoliberalismo desenvolve um quadro de desemprego, precarização do emprego e informalização das relações de trabalho. As cooperativas e

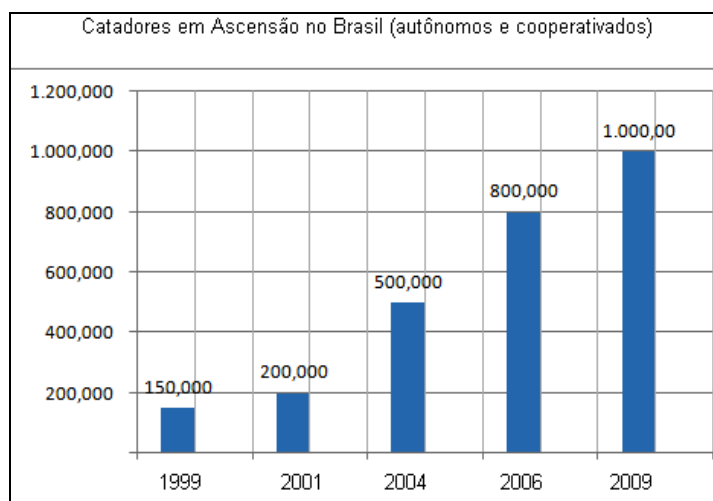
associações surgem como alternativas de inserção dos excluídos no mundo do trabalho, tendo em vista a geração de emprego e renda (GONÇALVES, 2005).

Mas que emprego é esse o da reciclagem? Não é emprego, é trabalho informal, pois os catadores não têm direitos trabalhistas como salário, previdência social, férias, décimo terceiro etc. Encontram na catação uma forma de inclusão social, além de sua sobrevivência. O reconhecimento pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego, apenas oferece a chance de os profissionais da catação recolherem o INSS como autônomos e terem direito à almejada aposentadoria.

Segundo Bastos (2009), inúmeros levantamentos e pesquisas acadêmicas focadas no trabalho dos catadores surgiram a partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, nos quais se encontram algumas produções apresentando vivências de diferentes Estados e Municípios a respeito da atividade de catação e dos profissionais que dela sobrevivem.

Diversos autores tratam do tema, cada qual com sua particularidade. Podemos observar que Bastos (2008 e 2009) aborda a construção identitária do catador partindo da questão da percepção do catador com relação a sua atividade. O autor relaciona a atividade de catação de lixo e o mercado informal - meio de vida ou a única fonte de sobrevivência dos catadores. Para Scolari (2006, p. 8), “visando saber da possibilidade de uma significação da identidade como “catador” de material reciclável, por meio do trabalho realizado numa associação e também através da moradia”, apresenta outra visão de análise.

Com a queda na oferta de trabalho, o número de pessoas que passaram a ocupar as ruas e delas retirar seu sustento cresceu muito nas últimas décadas (Gráfico 2). A atividade de catar papéis e materiais recicláveis existente nas cidades agrega um número cada vez maior de homens e mulheres que passaram a fazer parte dessa economia marginal da sociedade.



**Gráfico 2:** Número de Catadores em ascensão no Brasil.  
**Fonte:** IPT/CEMPRE, 2010.

Observa-se o crescimento da quantidade de catadores no Brasil (Gráfico 2), seja como autônomos ou cooperativados.

Com a organização em cooperativas, os catadores passam a ter o seu trabalho valorizado como agentes formais na gestão dos resíduos urbanos, com benefícios desde a geração de renda até a qualidade dos materiais separados do lixo. Essa força de trabalho atinge aproximadamente 1 milhão de pessoas no Brasil. Esse percentual inclui tanto aqueles trabalhadores informais que percorrem as ruas quanto os cooperativados. Sobre as formas de trabalho, categorizá-las de acordo com o grau de organização das mesmas. Citam-se aqui os pequenos grupos que trabalham sem as condições mínimas de segurança ou higiene, como também as grandes cooperativas que já possuem um alto grau de gestão de negócios, maquinários, veículos e controle de produção.

A maioria dos catadores está em situação irregular, sendo autônomos ou informais. Esses fazem parte de um contexto onde estão sujeitos a uma rede de exploração caracterizada por atravessadores que revendem os materiais recicláveis a sucateiros de maior porte ou a indústrias. Dentro dessa cadeia, o preço do material torna-se quatro vezes superior ao que inicialmente foi pago aos catadores. Dados comprovam que apenas 10% dos catadores estão organizados, sem depender de intermediários. Incluem-se nesse percentual os que trabalham em galpões de triagem, que possuem equipamentos e melhor condição de infraestrutura, agregando-se em cooperativas. Ao unirem-se a essas cooperativas, passam a ter

uma melhor qualidade no trabalho, aumentando a quantidade de resíduos e somando valores materiais separados do lixo, o que repercute num valor maior e mais atraente ao mercado e mais renda, entre outros ganhos sociais.

De acordo com informações obtidas no *Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos*, a participação de catadores na segregação informal do lixo, seja nas ruas ou nos lixões, é o ponto mais agudo e visível da relação do lixo com a questão social. Trata-se do elo perfeito entre o inservível lixo e a população marginalizada da sociedade que, no lixo, identifica o objeto a ser trabalhado na condução de sua estratégia de sobrevivência. Outra relação delicada encontra-se na imagem do profissional que atua diretamente nas atividades operacionais do sistema (CEMPRE, 2010). Esses trabalhadores sendo vistos, por muitos, como catadores de “lixo”, além de não terem seus direitos atendidos, como documentação básica necessária e previdência social, mesmo fazendo parte de uma associação ou cooperativa.

Embora a relação do profissional catador com o objeto “lixo” (material reciclável) tenha evoluído nas últimas décadas, esse trabalhador convive com o estigma de exclusão de um convívio harmônico na sociedade gerado pelo lixo, trabalhando de uma forma desumana e sobrevivendo sem a menor condição de inclusão social.

O trabalho desempenhado por esses profissionais contribui com a preservação do meio ambiente, visto que insere novamente materiais no ciclo de produção, aumenta a vida útil dos aterros, contribui com a limpeza das cidades e, conseqüentemente, com a saúde pública. Contudo, na maioria das vezes, esses profissionais não são reconhecidos pelo trabalho que prestam à comunidade e ao poder público municipal.

Burgos (2008, p. 8), ao enfatizar que “tendo no ambiente urbano, elementos essenciais para a sua realização: abundância de resíduos sólidos urbanos, trabalhadores pobres urbanos, sobrantes dos mais diversos setores produtivos, territórios empobrecidos nos quais realiza um conjunto de atividades inscritas na base da indústria”, mostra a importância do trabalho do catador de materiais recicláveis para sociedade, dos quais eles fazem parte da base de todo esse processo.

Percebe-se que, ao abordar a temática “catador”, deve-se relacionar os diferentes aspectos que envolvem essa questão, como a estruturação da indústria da reciclagem, os aspectos econômicos, sociais, ambientais e políticos, como também das cooperativas, conforme Miura (2004):

Visam organizar esses catadores para que eles tenham no mínimo uma renda significativa, tentando assim evitar os “atravessadores” que compram o material por preço muito abaixo que nem sempre são dirigidos para a reciclagem. Outra possibilidade que a cooperativa sustenta seria o reconhecimento profissional dos catadores, visto que atualmente existem várias entidades, como o Movimento Nacional dos Catadores que há cerca de quatro anos vem organizando meios de garantir uma autogestão para a classe (MIURA, 2004, p. 14).

Segundo a declaração do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR), dentre os principais objetivos, estão que a coleta de materiais recicláveis seja feita por catadores; que os catadores recebam pagamento pelos serviços de coleta de materiais; o controle dos catadores sobre a cadeia produtiva de materiais recicláveis; a conquista de moradia, saúde, educação, creches para os catadores e suas famílias; o fim dos lixões<sup>3</sup> e sua transformação em aterros sanitários<sup>4</sup>, com o devido deslocamento dos catadores para galpões que garantam a sobrevivência digna de todos (MNCR, 2010).

O catador de lixo não é um novo personagem nas ruas das cidades brasileiras, o novo, aqui, é a elevação do número de catadores que procuram na catação um meio de sobrevivência. Esses profissionais, através da catação informal de papéis e outros materiais encontrados nas ruas ou lixões, sustentam a indústria de reciclagem do Brasil. Eles não são mendigos, mas desempregados que, devido à crise econômica<sup>5</sup>, nos últimos anos, foram expulsos do mercado oficial de trabalho (GONÇALVES, 2005).

---

<sup>3</sup> É uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos, caracterizada pela sua descarga sobre o solo, sem critérios técnicos e medidas de proteção ambiental ou à saúde pública.

<sup>4</sup> Conforme a NBR 8419/1992 da ABNT o aterro sanitário também é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, causando menos danos à saúde pública e ao meio ambiente, minimizando os impactos ambientais.

<sup>5</sup> “A crise que estamos enfrentando hoje não é uma crise qualquer, mas uma grande fase de transição, como as que ocorreram em ciclos anteriores da história humana (...), essa transição que nos espera ocorre em ciclos longos e foram observados até hoje o surgimento da civilização, com o advento da agricultura no começo do neolítico, a ascensão do cristianismo na época da queda do Império Romano, e a transição da Idade Média para a Científica” (Capra, 2002 p. 30).



### 3.5.2 Reciclagem: possibilidades e limites da inclusão social

Denomina-se reciclagem o ato de separar certos materiais do lixo domiciliar, como papéis, plásticos, vidros e metais, com o intuito de os tornarem úteis novamente. Esses materiais são transformados e introduzidos novamente no ciclo do mercado de consumo (SOUZA, 2005).

Esse circuito acaba sendo composto pelos catadores e pelos intermediários, que procuram acumular a maior quantidade de material para revender às indústrias de reciclagem.

A reciclagem reduz o volume do lixo, o que contribui para diminuir a poluição e a contaminação, bem como na recuperação natural do meio ambiente, assim como economiza os materiais e a energia usada para fabricação de outros produtos.

Toda essa organização que articula os mais diferentes sujeitos toma então uma forma física e territorializa-se nos centros urbanos, sobretudo das cidades de países formados por um número grande de pobres e desempregados, cidades que são locais de consumo por excelência<sup>6</sup>, onde os resíduos que podem vir a ser recicláveis são descartados em grande quantidade, havendo também uma força de trabalho que vive em condições precárias e que se vê obrigada a coletar o material que pode ser reciclável e comercializá-lo como forma de sobrevivência (RODRIGUES, 1998).

No Brasil, nas últimas décadas, os principais jornais do País vêm publicando notícias sobre os recordes em reciclagem. Além das latas de alumínio, que dão ao Brasil o mais alto índice de reciclagem do mundo, também avançamos muito quanto a outros materiais descartáveis: plástico, papel e vidro.

O mercado da reciclagem cresce porque, infelizmente, também cresce o desemprego. Segundo o IPT/CEMPRE<sup>7</sup> em 2004, havia cerca de 500 mil catadores de papéis, metais, plásticos e vidros. Com o aumento da oferta, mais uma vez as impiedosas leis do mercado impõem-se. Enquanto a indústria da reciclagem

---

<sup>6</sup> Entende-se aqui por cidades ou localidades reconhecidas por apresentarem um comércio bem desenvolvido, assim, maior quantidade de resíduos e catadores em busca dos materiais recicláveis.

<sup>7</sup> As siglas significam respectivamente: IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas e CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem, que possui publicação denominada 'boletim'. Disponível em: <[www.cempre.org.br](http://www.cempre.org.br)>.

aumenta os seus ganhos, os preços de compra dos materiais caem e os catadores continuam cada vez mais pobres (IPT/CEMPRE, 2004).

Diferentes maneiras de destinação podem ser dadas aos resíduos, sejam elas lineares aquelas em que a disposição final se dá em lixões ou aterros, ou cíclicas, que envolvem a reciclagem, reutilização ou compostagem (SILVEIRA, 2000).

Rodrigues e Cavinatto (1997) ressaltam que:

Os projetos de reciclagem na Europa, no Japão, nos Estados Unidos e em outras regiões industriais tiveram início na década de 50, e hoje são tradicionais, contando com a participação da maioria de seus habitantes. No Brasil, essa é uma atividade recente, e somente agora a população está se conscientizando de seus benefícios (1997, p. 58).

Desde o início dos anos 90, a indústria da reciclagem vem se desenvolvendo no Brasil. Surge como estratégia para a gestão dos resíduos no destino final. Os índices de reciclagem de alguns materiais são elevados e utilizadas tecnologias de ponta. Sendo uma atividade econômica rentável, com o crescimento condicionado às demandas da cadeia produtiva industrial, a questão ambiental passa a perder relevância nesse contexto.

A indústria da reciclagem é sustentada pelo desemprego, pois pessoas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho procuram na catação um meio de sustento.

Segundo o MNCR, no Brasil, é impensável falar em reciclagem sem citar os catadores de materiais recicláveis e suas cooperativas ou associações. Calcula-se que existam de 300 mil a 1 (um) milhão de catadores em atividade no país. No final de 2006, estavam registradas 450 cooperativas formalizadas e aproximadamente 35 mil catadores em seus cadastros.

Falar em reciclagem de lixo apenas para conservação ambiental é desconhecer a dinâmica desse espaço, que se organiza não pela dimensão tempo-espaço, mas sim pelo tempo-espaço da produção de mercadorias (RODRIGUES, 1998), também é esquecer questões econômicas mais abrangentes que invadem o país.

Uma defesa enfática do processo de reciclagem encontra-se em Calderoni (2003). Para ele, os fatores que tornam a reciclagem do lixo economicamente viável convergem todos para a proteção ambiental e a sustentabilidade do

desenvolvimento, visto que se referem à economia de energia, de recursos naturais e à redução da poluição ambiental. Os mesmos fatores promovem desenvolvimento social e desenvolvimento economicamente sustentável à medida que a reciclagem envolve ganhos econômicos para a sociedade como um todo.

Scarlatto e Pontin (1992) sustentam que de todas as opções ditas terminais em relação ao tratamento de lixo

a reciclagem é considerada a mais adequada, por razões ecológicas e também econômicas, pois diminui o acúmulo de detritos na natureza e a reutilização dos materiais, poupa, em certa medida, os recursos naturais não renováveis (1992, p. 58)

Segundo Layrargues (2002), a reciclagem é feita predominantemente com materiais de alto valor econômico como o alumínio. No Brasil, a reciclagem de latas de alumínio é de 73%, enquanto o papel e o plástico não alcançam os 30%. Isso acarreta no alto valor comercial do alumínio reciclado.

A reciclagem do lixo colabora para minimizar a poluição no ambiente e também envolve um menor uso de recursos naturais, mas, raramente, questiona o atual padrão de produção, não levando à diminuição do desperdício nem da produção desenfreada de lixo. Além disso, poucas iniciativas visando redução têm sido efetivamente colocadas em prática para evitar a geração de lixo. Para o setor produtivo, a reciclagem somente é vantajosa quando o custo da matéria-prima reciclada apresenta-se bem abaixo do patamar da matéria-prima original. Segundo a Associação Brasileira de Alumínio - ABAL, o melhor exemplo, sobre as vantagens que a reciclagem proporciona ao setor produtivo, está no reaproveitamento das latas de alumínio utilizadas para bebidas: para se reciclar uma tonelada de latas gastam-se apenas 5% da energia elétrica necessária para se produzir a mesma quantidade de alumínio partindo-se da matéria-prima *in natura*, a bauxita (ABAL, 2001)<sup>8</sup>.

Também é divulgado que a reciclagem contribui para a economia de recursos naturais. A esse respeito Layrargues (2002) faz a seguinte observação:

Se cada tonelada de alumínio reciclado poupa cinco toneladas de bauxita, as 86.409 toneladas de lata de alumínio recicladas no Brasil em 1999 permitiram a economia de 432.045 toneladas de bauxita, o que significa que

---

<sup>8</sup> O mesmo assunto é abordado no sítio eletrônico da Ambiente Brasil. Disponível em: <[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/reciclagem/aluminio:\\_infinitamente\\_recicavel.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/reciclagem/aluminio:_infinitamente_recicavel.html)>.

0,0179% das reservas brasileiras e 0,0138 das reservas mundiais foram poupadas. Por isso, para as indústrias do setor de alumínio, a reciclagem significa diminuição dos insumos aplicados à produção (redução do custo energético e economia de matéria-prima) e, conseqüentemente, um ganho adicional sobre o produto final (2002, p. 193).

Esses fatores explicam o porquê da diferenciação dos preços, em particular o da latinha de alumínio, que possui o maior poder de venda no mercado da reciclagem.

Numa breve crítica sobre a contribuição do trabalho dos catadores, podemos constatar a sua importância para o meio urbano, que livra o poder público municipal de atribuições maiores. A catação de recicláveis revela a mais perversa exploração do trabalho e se apoia no discurso ideológico da preservação ambiental, assim camuflando a realidade dos sujeitos envolvidos na catação/coleta da reciclagem (CARVALHAL; RIBEIRO; ROSS, 2010).

Os desempregados a longo tempo encontram na catação a alternativa para garantir a subsistência. Indiretamente, colaboram na diminuição da quantidade de lixo nos aterros sanitários, nas ruas e principalmente nos lixões. Apesar disso, não são remunerados pelo importante papel ambiental que exercem (RIBEIRO, 2009).

Nesse contexto, observamos que os catadores tendem a procurar uma maneira de melhorar as suas condições de vida para não ficarem atrelados a essa precariedade de trabalho e subordinação do capital. Através dessas organizações eles conseguem melhorias no campo de trabalho e uma atenção maior voltada a eles por parte do poder público. Ainda assim, trata-se de um trabalho desenvolvido informalmente e não contém os direitos reservados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Na perspectiva interdisciplinar, compreendemos que todas as áreas têm o papel fundamental de estudar o trabalho como mediador das relações humanas, condicionante fundamental das condições de vida. O papel da Geografia, nesse campo, é sistematizar as informações e levá-las até a sociedade, no intuito de desmascarar as ações do capital e de diminuição dessas precariedades sociais de trabalho (CARVALHAL, 2010). Cabe à sociedade compreender que esse trabalhador presta um serviço e, para tanto, deveria ser reconhecido e pago para exercer essa função social.

#### **4 PERSPECTIVAS LOCAIS: RESÍDUOS SÓLIDOS EM JAGUARI - RS**

Para Estabelecer um contato com a realidade pesquisada, vários procedimentos de pesquisa foram utilizados. Para melhor compreender o trabalho de pesquisa, foram divididas as ações a partir da cronologia dos principais acontecimentos no município de Jaguari e com a ARPEJ, conforme quadro 1 e 2.

O ano 2008 teve como marco inicial, o fechamento do antigo “lixão” do município, bem como a saída dos catadores desse local.

Em 2009, houve incentivo da Prefeitura local para a criação da Associação de Recicladores a partir de um curso de capacitação para catadores, oferecido na região, pelo SENAI de Santiago.

A pesquisa de campo foi realizada entre o 2º semestre de 2010 e início de 2013, por meio de entrevistas e de questionário semiestruturado, com perguntas abertas, que posteriormente foram analisadas, com o objetivo de conhecer os atores envolvidos no contexto, como também as relações de trabalho e produção existentes entre os atores. Assim, foram entrevistados: o representante da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (como Poder Público), os Associados da ARPEJ (catadores) e o comprador de materiais recicláveis provenientes da coleta seletiva realizada pela Associação.

No ano de 2010, a Prefeitura Municipal de Jaguari fez o Convênio de Cooperação Técnica e Científica com a Fundação MO’Ã, a qual esta última elaborou uma Proposta de Agenda Ambiental em Jaguari - RS, através do Programa: “Meio Ambiente e Cidadania”, para atuar com a comunidade Jaguariense. Após o trabalho aceito, deu-se o início da pesquisa nas reuniões com os representantes das secretarias de Planejamento e Meio Ambiente, bem como da Educação. Assim, passou-se a conhecer melhor o município, bem como os atores envolvidos (Representantes das Secretarias e ARPEJ).

No quadro 2, podem ser visualizados os acontecimentos e ações desenvolvidas em Jaguari – RS, no período de 2011 a 2013, ficando assim descritas:

No primeiro semestre de 2011, a Fundação MO’Ã deu início às atividades práticas a partir de suas representantes, uma delas autora deste trabalho que atuou

como instrutora no Curso de Formação oferecido aos Catadores da ARPEJ. Com essas atividades, é possível conhecer melhor os catadores associados, bem como as atividades desenvolvidas pela ARPEJ.

2008	2009	2010
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extinção do Antigo “lixão” do Município de Jaguari – RS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivo da Prefeitura para a criação da Associação de Recicladores a partir de curso do SENAI de Santiago, oferecido na região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proposta de Agenda Ambiental em Jaguari/RS. Programa: “Meio Ambiente e Cidadania” (Pela Fundação MO’Ã) - Projeto Escrito;</li> <li>- Início das atividades em Jaguari - RS - Convênio da Prefeitura Municipal com a Fundação MO’Ã – documento: ofício;</li> <li>- Conhecendo o Município e os atores envolvidos (Representantes das secretarias e ARPEJ).</li> </ul>

**Quadro 3:** Cronologia dos acontecimentos entre 2008 a 2010 no Município Jaguari- RS

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2013.

Foi realizada uma visita para conhecer a Central de seleção de materiais recicláveis da ARPEJ conhecendo assim a área destinada a essa atividade. Com o objetivo de saber o funcionamento desse processo, começaram as entrevistas.

Em uma das atividades propostas no curso, foi possível conhecer os tipos de materiais recicláveis e não recicláveis pela ARPEJ, através de uma lista realizada em conjunto pelos catadores. Em um dado momento, ao perceber que os catadores não tinham uma ficha com seus dados pessoais na associação, houve a elaboração e o preenchimento da Ficha do Perfil dos Catadores da ARPEJ (Apêndice I), o qual foi muito útil para esta pesquisa. Em um dos encontros do curso, foi possível acessar o Estatuto Social da ARPEJ, documento que contribuiu para embasar esta pesquisa.

	2011	2012	2013
1º semestre	<p>Atuação como mediadora no Curso de Formação aos Catadores da ARPEJ pela Fund. MO'Á;</p> <p>Conhecendo o catador e seu trabalho na ARPEJ, 1ª Pesquisa – entrevista;</p> <p>Visita à ARPEJ - central de seleção de materiais recicláveis (Fig. 9);</p> <p>Conhecendo os tipos de materiais recicláveis pela ARPEJ (lista realizada em conjunto);</p> <p>Elaboração e preenchimento da Ficha do Perfil dos catadores da ARPEJ (fichas preenchidas – Apêndice I e foto Fig. 11);</p> <p>Apresentação aos professores *</p> <p>Reunião com professores da Secretaria de Educação;</p> <p>Acesso ao Estatuto Social da ARPEJ (Anexo III).</p>	<p>Visita de campo - Entrevistas - Sec. De Planej. e Meio Ambiente</p> <p>- Reconhecendo os locais e personagens da pesquisa;</p> <p>- Acompanhando e Conhecendo a realidade da quantidade de materiais recicláveis recolhidos pela ARPEJ nos meses de férias e pós-eventos (foto – Fig. 14);</p> <p>Visita a campo – atualização da nova gestão secretaria;</p> <p>Entrevistas</p> <p>- SMPMA- Equipe Técnica Multidisciplinar (Secretario atual)</p> <p>- Sec. De Educação (Representante);</p> <p>- Associação ARPEJ (Presidente).</p>	<p>Nova visita técnica para atualização de dados sobre a comercialização nos meses de dezembro/2012 e janeiro/2013.</p> <p>(cancelamento dos eventos festivos em Jaguari – RS devido ao incidente em Santa Maria - RS. Assim não houve a quantidade esperada de venda de materiais recicláveis pela ARPEJ.</p>
2º semestre	<p>Realização da 1ª Jornada Municipal de Educação Ambiental de Jaguari - RS. Realizada pela prefeitura e apoio da Fundação MO'Á, Catadora- presidente ARPEJ convidada como palestrante.</p>	<p>Nova visita e pesquisa com os catadores, Sec. de Ed. e SMPMA – atualizações.</p> <p>Entrevista do pessoal da Comunicação de Jaguari com a autora referente ao trabalho apresentado por esta em Portugal sobre os catadores e Jaguari. (Disponível em jornal impresso local – Apêndice VI);</p> <p>Novos questionamentos à Presidente - catadora da ARPEJ (gravação disponível);</p> <p>Observação em dia de venda de materiais recicláveis da ARPEJ ao empresário – comprador. (Fotos-Figuras 15 e 16);</p> <p>Conhecendo o comprador de recicláveis;</p> <p>Entrevista com Comprador de Materiais recicláveis e Presidente da ARPEJ. (Foto 15). Disponível gravação;</p> <p>Conhecendo a Empresa do Comprador.</p>	

**Quadro 4:** Cronologia da pesquisa.

**Fonte:** a autora

Como foi proposto inicialmente pela Fundação MO'Ã de trabalhar com os professores do município, ainda no primeiro semestre, a equipe da Fundação foi apresentada a eles em uma reunião da secretaria de educação.

No segundo semestre de 2011, houve a realização da 1ª Jornada Municipal de Educação Ambiental de Jaguari - RS, realizada pela prefeitura e com apoio da Fundação MO'Ã. Um dos convidados para palestrar foi a catadora – presidente da ARPEJ, que falou do trabalho desenvolvido pela associação no município e a importância de separar adequadamente os materiais recicláveis.

No ano de 2012, houve nova visita de campo, na qual foram realizadas entrevistas com representantes da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. Essa atividade contribuiu para reconhecimento dos locais e personagens da pesquisa; o acompanhamento e compreensão da realidade das atividades da ARPEJ e também da quantidade de materiais recicláveis recolhidos nos meses de férias e pós-eventos. Houve nova visita de campo para conhecer o novo representante da secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e sua equipe técnica, assim, a partir da apresentação dos representantes, houve aplicação de entrevista semiestruturada com o secretário, para compor esta pesquisa. Além disso, foi deixado um questionário para os professores, do qual não tivemos retorno. Foi também aplicado questionário semiestruturado com a presidente da Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari – ARPEJ (Apêndice II).

No segundo semestre de 2012, nova visita e pesquisa foram realizadas com os catadores associados, Secretaria de Educação e de Planejamento e Meio Ambiente para atualização dos dados. A pesquisadora foi convidada pelo representante do setor de comunicação da Prefeitura Municipal a dar entrevista<sup>9</sup>, referente a trabalho apresentado por esta em Congresso em Portugal sobre sua pesquisa no município. Assim, essa ida a Jaguari foi estratégica pelo fato de ser o dia de comercialização dos materiais. Aproveitamos para fazer novos questionamentos à Presidente - catadora da ARPEJ. Conhecendo o comprador de materiais recicláveis, aplicamos a entrevista, a qual nos possibilitou observar a realização da venda dos materiais recicláveis da ARPEJ ao comprador. Após a comercialização, o comprador, que é um empresário, convidou-nos a conhecer a sua empresa em Santa Maria, ocorrendo, então a visita.

---

<sup>9</sup> A reportagem foi veiculada em jornal local e no blog do jornalista. Apêndice VI.



Em 2013, houve nova visita técnica ao município para atualização dos dados sobre os materiais recicláveis recolhidos pelos catadores da ARPEJ nos meses de dezembro de 2012 a fevereiro deste ano (meses considerados referência pela ARPEJ por aguardar grande quantidade de materiais devido às datas festivas). Esse objetivo não se consolidou dentro das expectativas, em virtude do cancelamento dos eventos festivos em Jaguari - RS, em especial do Carnaval, festa muito conhecida em toda a região. O cancelamento deu-se devido ao incidente ocorrido em 27 de Janeiro em Santa Maria - RS. Assim, não houve a quantidade esperada de materiais recicláveis pela ARPEJ.

No que se refere à pesquisa documental, foi realizada a análise do documento da Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari - ARPEJ desde simples anotações<sup>10</sup> da presidente referente aos materiais vendidos, documentos institucionais provenientes da Prefeitura Municipal de Jaguari, mais especificamente da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, como o Estatuto Social da Associação de Recicladores.

A pesquisa foi realizada em quatro fases. Na primeira, buscou-se analisar as bibliografias existentes e artigos científicos relacionados ao tema, a fim de ampliar os conhecimentos, bem como, investigar, o posicionamento de diferentes autores e uma possível correlação com as questões da pesquisa, visando uma análise crítica para melhor contextualização.

Anterior à pesquisa de campo, foi realizado um levantamento de dados secundários junto a *sites* eletrônicos da Prefeitura Municipal de Jaguari, a fim de compreender a realidade desse município, além do contexto nos aspectos socioeconômicos e cultural acerca da localidade, na qual a ARPEJ está inserida. Também foram realizados contatos telefônicos com a diretoria da associação e uma visita para iniciar uma aproximação com os demais participantes da pesquisa. Nessa oportunidade, foi disponibilizada à pesquisadora o Estatuto Social da ARPEJ (Anexo III).

Essa fase que antecedeu a realização das entrevistas proporcionou o conhecimento necessário para a elaboração do formulário de coleta de dados, na ocasião, chamado de Ficha do Associado (Apêndice I), fornecendo assim o perfil do

---

<sup>10</sup> Ressalta-se que a presidente da ARPEJ mostrou os documentos com os dados, podendo ser consultados, mas não disponibilizou para cópia, o que impossibilitou a comprovação dos mesmos.

catador da ARPEJ. Os procedimentos metodológicos às ações são de ordem qualitativa, no contato direto com os trabalhadores, buscando recursos, dados/informações com as entidades e o poder público para intermediar o diálogo, visando os meios pertinentes na construção de ações, programas e políticas públicas na direção de melhorar as condições de trabalho e modo de vida dos trabalhadores, catadores de material reciclável na sociedade.

A segunda fase caracterizou-se pela realização da pesquisa de campo que teve como propósito focar nas relações dos sujeitos da pesquisa com o trabalho que exercem junto à Associação de Recicladores Profetas da Ecologia – ARPEJ, através dos questionários aplicados: Questionário 1- Poder Público Municipal; Questionário 2- Representantes e Catadores da ARPEJ; e Questionário 3 - Comprador de Materiais Recicláveis (Apêndices II, III e IV).

A terceira fase se caracterizou pela sistematização e análise dos dados; e a última fase, a quarta, pela organização e conexão das partes da pesquisa, que resultaram nesta dissertação.

Na fase da realização da pesquisa de campo, foram realizadas as entrevistas com os 8 (oito) catadores associados<sup>11</sup>, 1 (um) representante da Prefeitura e 1 (um) comprador, totalizando 10 pessoas entrevistadas. As entrevistas foram realizadas no decorrer do primeiro e segundo semestre de 2012, na sede da associação ARPEJ e na Secretaria de Planejamento e Ambiente da Prefeitura Municipal de Jaguari - RS.

Na ocasião da primeira visita à ARPEJ, os sujeitos já haviam sido informados sobre a finalidade do estudo. No entanto, quando as entrevistas foram realizadas, novamente foram expostos os objetivos.

As entrevistas tiveram em média 25 minutos de duração e foram baseadas em um roteiro semiestruturado, com perguntas referentes aos fatores socioeconômicos (idade, escolaridade, etc.), questões relacionadas aos motivos que levaram ao trabalho na associação de recicladores, aspectos positivos e negativos do trabalho e questões referentes às especificidades da atividade realizada junto à associação - a coleta seletiva e o trabalho de seleção de materiais recicláveis.

Segundo TRIVIÑOS (1987), a entrevista com roteiro semiestruturado é aquela que parte de determinados questionamentos básicos, apoiados em teorias e

---

<sup>11</sup> No início das atividades com a ARPEJ, o número de catadores eram 10 (dez) pessoas. Esse número reduziu-se para 8 (oito) em 2012. Estes foram entrevistados coletivamente, mas prevalecia a fala da presidente da ARPEJ.

hipóteses, que interessam à pesquisa e oferece amplo campo de interrogativas, fruto de novas suposições à medida que vão surgindo às respostas do informante que, seguindo a linha do seu pensamento e experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas de forma individual. No caso do comprador de materiais recicláveis, questionamentos foram gravados em áudio. Cada entrevista foi transcrita na íntegra, preservando-se o anonimato dos entrevistados.

Além das anotações e das gravações também foi utilizado o recurso fotográfico para registro das imagens. Alguns dados foram representados por meio de gráficos, conforme a relevância das informações que apresentam.

A socialização dos resultados da pesquisa foi realizada através da elaboração da dissertação, como também da apresentação de trabalhos em eventos nacionais e internacionais, com a publicação de artigos, além da sua posterior devolução à Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari - ARPEJ e Prefeitura Municipal de Jaguari, através da disponibilização de uma cópia deste material.

Esta pesquisa mostra os acontecimentos no município de Jaguari a partir do fechamento do antigo “lixão”, no ano de 2008, e do surgimento da ARPEJ em 2009, que são considerados marco inicial para este estudo.

Referente ao Quadro 2, algumas dessas atividades, que se encontram com asterisco, mesmo tendo sido realizadas no município, não serão detalhadas neste trabalho pelo fato de não serem objeto de estudo desta pesquisa.

Após a última visita com os representantes do poder público municipal de Jaguari, a pesquisadora entrou em contato por e-mail com o representante da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, o qual se comprometeu a enviar alguns dados solicitados e relevantes para a pesquisa, no entanto não houve retorno.

## 4.1 Caracterização da Área de Estudo

### 4.1.1 Do Município de Jaguari - RS

#### 4.1.1.1 Histórico do Município<sup>12</sup>

Segundo a Prefeitura Municipal de Jaguari (2013), o município teve como primeiros habitantes os índios Guaranis até início do século XVII. Em 1632, chegaram os primeiros padres jesuítas, os quais se reuniram e fundaram, na margem direita do Rio Jaguari, a redução de São Tomé, que teve um período muito curto de duração, pois sofriam com as ameaças de onças, passavam fome, foram infestados por pestes e enfrentaram perigos da invasão dos bandeirantes.

#### 4.1.1.2 A Colonização<sup>13</sup> do Município

Em 29 de abril de 1871, foi criada uma colônia agrícola<sup>14</sup> para nacionais e estrangeiros na costa da Serra Geral que margeia o Rio Jaguari Grande, no distrito de São Vicente, no município de São Gabriel.

Ainda no site da prefeitura municipal, parece, o dado de que não havendo mais terras devolutas<sup>15</sup> em Silveira Martins, alguns imigrantes desviaram-se dessa

---

<sup>12</sup> Os dados históricos de colonização e criação do Município de Jaguari - RS foram pesquisados no site da Prefeitura Municipal, da Secretaria de Turismo local e no site da Rádio Jaguari, os quais trazem como referência a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XXXIII, org. por Jurandir Pires Ferreira, Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: <www.http://jaguari.rs.gov.br/?page\_id=54>*

<sup>13</sup> Processo de povoamento, exploração e dominação realizado pelos imigrantes.

<sup>14</sup> De acordo com as pesquisas, são áreas rurais destinadas a receber os imigrantes europeus para trabalhar com a agricultura.

<sup>15</sup> Conforme o autor e Juíz Federal, Dirley da Cunha, em artigo no site <www.jfse.jus.br/obras%20mag/artigoterrasdevdirley.html>, terras devolutas são terras públicas indeterminadas ou determináveis, sem nenhuma utilização pública específica e que não se encontram, [...] integradas ao domínio privado. Quando determinadas via ação discriminatória, passam a ser terras públicas. Pertencem, em regra, desde a CF de 1891 (art. 64), aos Estados-

região para a região de “matas”, entre São Vicente, Santiago do Boqueirão e Júlio de Castilhos, chamada de Jaguari, devido ao rio que a percorre (Rio do Jaguar). Nesse local, a Comissão de Medição já havia demarcado 78 lotes de 25 hectares cada um, para o futuro núcleo de Jaguari, e iniciado a construção do barracão que deveria abrigar não só o pessoal da Comissão, como também os imigrantes recém-chegados. De acordo com Marchiori (1999), os primeiros imigrantes foram os italianos e chegaram a Jaguari - RS em 14 de setembro de 1888.

O primeiro Núcleo Colonial instalou-se à margem direita do Rio Jaguari e a urbanização foi planejada e demarcada pelo engenheiro José Manuel de Siqueira Couto, acompanhado dos primeiros imigrantes italianos que obtiveram seus lotes. A estes, seguiram-se os húngaros, poloneses, russos, portugueses, alemães e outros.

Os primeiros colonizadores foram organizando suas habitações e lavouras em meio à mata virgem, onde a flora e a fauna eram exuberantes e variadas. Nas muitas comunidades que iam se formando, erguia-se no centro, a capela dedicada ao Santo de sua devoção. Ao lado, surgia o salão que, após as devoções, era ponto de reunião para conversas entre amigos e realização de festas e jogos. A religião católica entre os imigrantes foi sempre fator de integração. Como diz Valente (2007, p. 16), junto ao travessão<sup>16</sup> e ao redor da capela, girava a vida social do núcleo colonial.

#### 4.1.1.3 Criação do Município <sup>17</sup>

De acordo com o site da prefeitura, o Distrito de Jaguari foi criado pelo Ato Municipal de 15/02/1893 ao município de São Vicente do Sul. No mesmo ano, teve início a construção da Igreja Matriz, projetada por Pelegrini e decorada pelo pintor Angelo Lazzarini, sendo colocado em uma das torres um grande relógio, ainda hoje

---

membros, excetuando-se aquelas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, que são de propriedade da União (CF/88, art. 20, II).

<sup>16</sup> A área das colônias, oficiais ou particulares, era dividida em "linhas" ou "travessões", estradas retas, traçadas em meio à floresta, que serviam de baliza à divisão dos lotes coloniais. Nas áreas de imigração italiana, variavam de 15 a 20 hectares.

<sup>17</sup> Idem [1] e [2].

em perfeito funcionamento. A Igreja tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição e teve sua obra concluída em 1907. Por volta de 1894, a população de Jaguari aproximava-se dos oito mil habitantes, com cerca de 2.170 famílias. Nesse período, teve início a instrução pública com dois professores: Gregório Cony e Guilhermina de Lemos Javorski. Ainda nesse ano, foi instalada a iluminação a querosene por particulares, o que deu grande impulso ao núcleo que se orgulhava do seu desenvolvimento. Em 1899, houve a encampação do serviço de iluminação pública e inauguração da Ponte Júlio de Castilhos, que passa sobre o Rio Jaguari.

O município de Jaguari foi Capela Curada<sup>18</sup> em 12 de dezembro de 1889 passando a ser Paróquia em 08 de dezembro de 1915. Em 16 de agosto de 1920, Jaguari elevou-se à categoria de município possuindo quatro Distritos (Figura 3): 1º- sede administrativa - Jaguari, 2º- Santo Izidro, 3º- Ijucapirama e 4º- Taquarichin, conforme o site da Prefeitura Municipal de Jaguari- RS.

O nome do município, de acordo com Prina (2011, p. 13), originou-se pela existência de um animal que tinha nessa região, o Jaguar; dessa forma, o rio e a cidade denominaram-se, respectivamente, “Rio do Jaguar” e Jaguar-hy.

#### 4.1.1.4 Localização do Município de Jaguari <sup>19</sup>

Localizado no centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul (Figura 2), apresentando coordenadas geográficas entre 29°29'49” de latitude Sul e a uma longitude 54°41'24 Oeste, está a uma altitude média de 112 metros (Prefeitura de Jaguari) e (PRINA, 2011, p. 11).

Segundo o IBGE (2011), o Município está disposto em uma área de 673,404 km<sup>2</sup>, possuindo uma densidade de 17,04 habitantes/km<sup>2</sup>. Distante aproximadamente 400 km de Porto Alegre; 105 km de Santa Maria, centro geográfico do Estado; 400

---

<sup>18</sup> *Capela Curada* ou *Curato*, segundo Wikipédia, era um título oficial dado pela igreja católica a uma vila com determinada importância econômica e populacional.

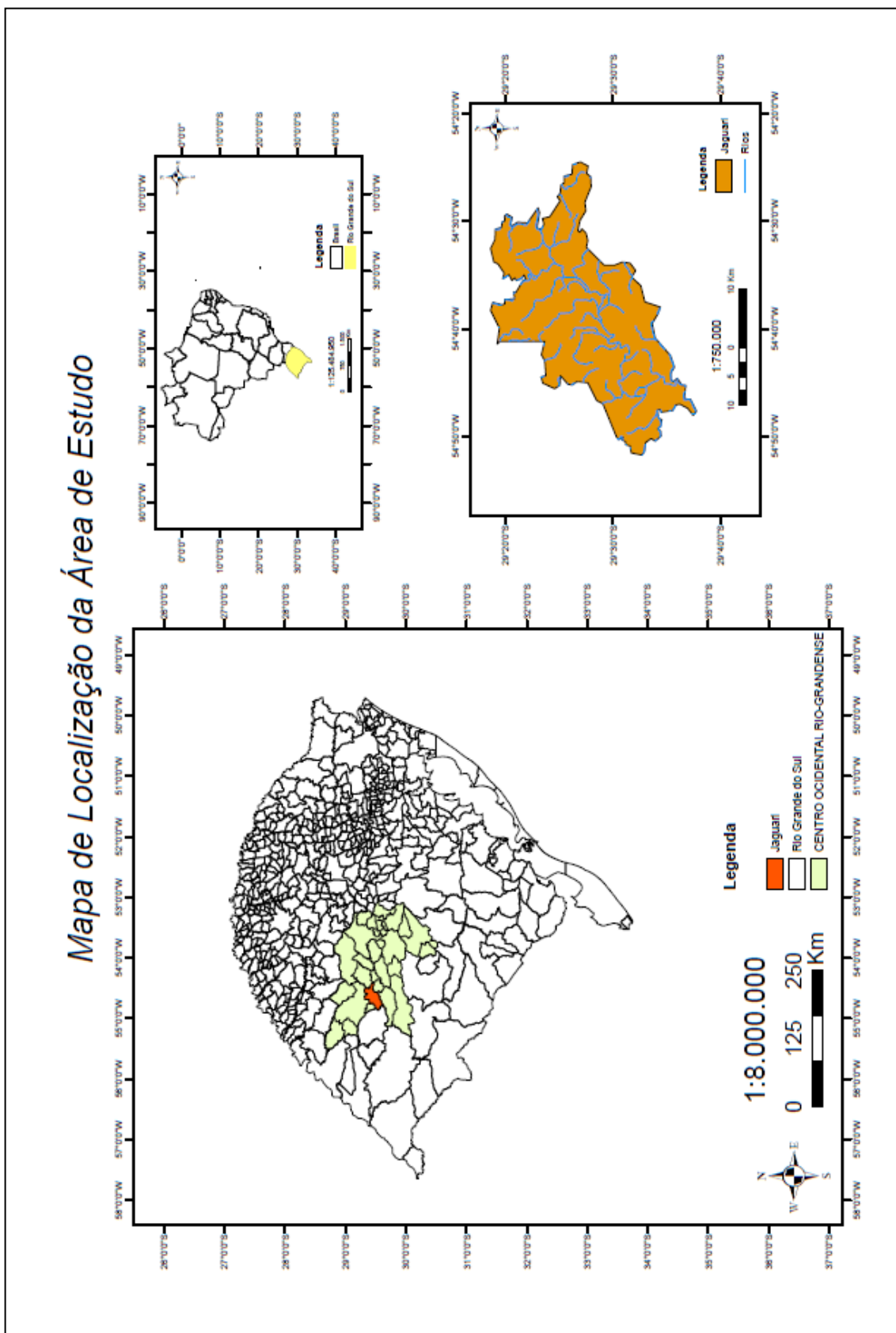
<sup>19</sup> As informações, dados sobre o município, referem-se às pesquisas no site da prefeitura do município de Jaguari - RS, da Câmara dos Vereadores do Município, como também do IBGE e SEBRAE. Esse dados também são encontrados no trabalho de Bruno Z. Prina (2011), que realizou o mapa turístico de Jaguari, disponível no site da Prefeitura do Município de Jaguari-RS. Disponível em: [www. http://jaguari.rs.gov.br/?page\\_id=54](http://jaguari.rs.gov.br/?page_id=54)

km de Caxias do Sul, berço da colonização italiana do Rio Grande do Sul; 420 km da cidade de Rio Grande, marco da colonização do território sul-rio-grandense; e a 300 km de Uruguaiana, portal de entrada na Argentina (SEBRAE, 1998).

Quanto à divisão territorial, o município de Jaguari pertence à microrregião de Santa Maria<sup>20</sup>, localizada no Centro Ocidental Riograndense (Figura 1) e composta pelos municípios de Cacequi, Dilermando de Aguiar, Itaara, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santa Maria, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Toropi, e Vila Nova do Sul (Figura 2). Segundo o IBGE (2010), a população estimada do município de Jaguari - RS é de 12.295 habitantes, destes, aproximadamente, 50% residem na cidade.

---

<sup>20</sup> A microrregião de Santa Maria é uma das microrregiões do estado do Rio Grande do Sul pertencente à mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, do qual o Município de Jaguari faz parte. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o\\_de\\_Santa\\_Maria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_de_Santa_Maria)

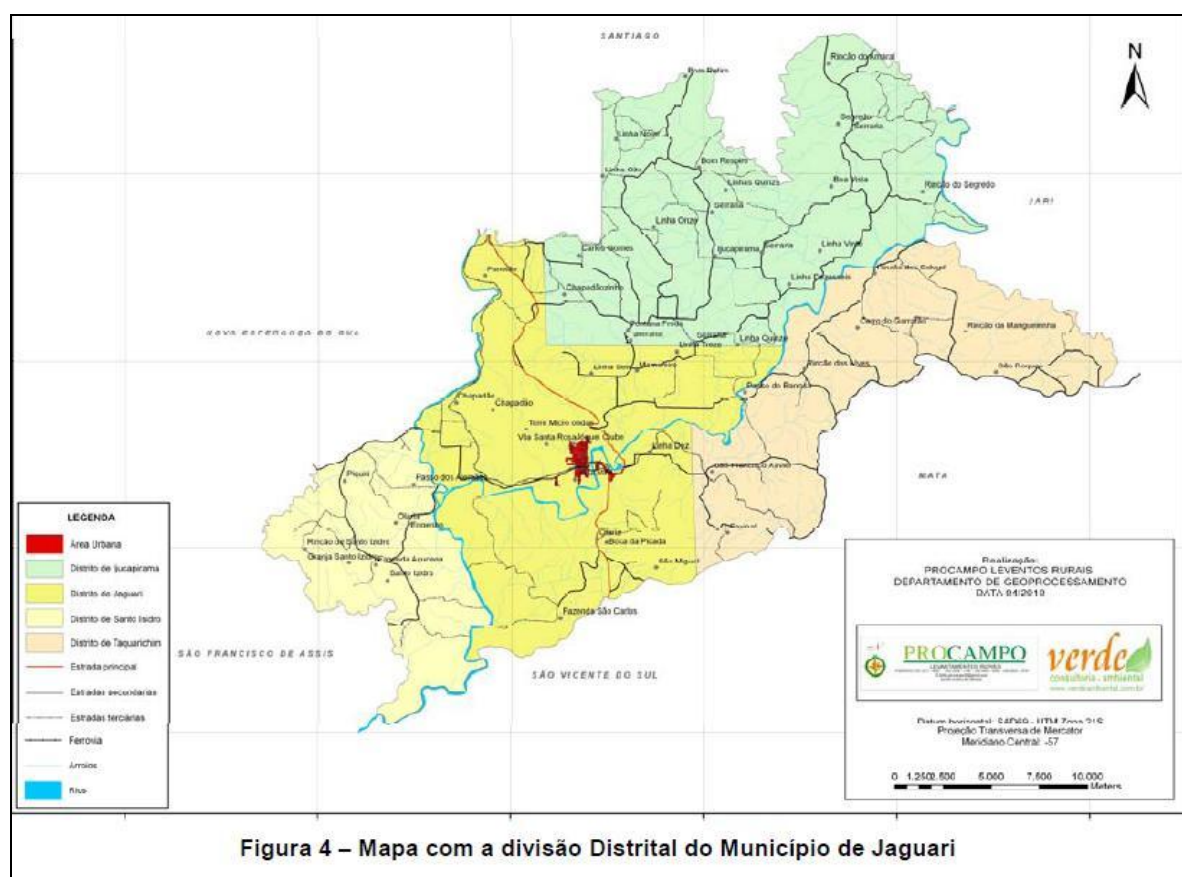


**Figura 2:** Localização do Município de Jaguarí - RS.

**Fonte:** Elaborado pelo Gestor Ambiental Christian Cunha (2013).



De acordo com a configuração regional, com base nos COREDE<sup>21</sup>, o município de Jaguari - RS pertence ao Vale do Jaguari. Está localizado na Região centro-oeste do Estado do Rio Grande do Sul, no Vale do Jaguari, como passa a ser denominado, a partir do decreto n° 45.436, publicado em 10 de janeiro de 2008 no diário Oficial do estado, que institui o COREDE Vale do Jaguari; até então a região fazia parte do COREDE Centro. Com uma articulação política, a chamada "independência" da região acontece, para otimizar e transformar suas diferenças socioculturais e principalmente sua vocação econômica em diferenciais para o seu desenvolvimento.



**Figura 3:** Mapa com a divisão Distrital do Município de Jaguari.

**Fonte:** Arquivo Prefeitura Municipal

O Vale do Jaguari é constituído pelos municípios de Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

<sup>21</sup> Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDE.

Os COREDE são instituições de deliberação coletiva da comunidade regional, sob a forma de entidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado e que tem por finalidade assessorar o Governo Estadual na definição e planejamento de diretrizes gerais para o desenvolvimento regional e estadual, com o intuito de promover a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição equitativa da riqueza produzida, o desenvolvimento social e econômico com a utilização dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.

O Município de Jaguari – RS possui uma área de 673 Km<sup>2</sup>, a qual faz parte do Bioma da Mata Atlântica e do Bioma Pampa, segundo o IBGE (2010). É banhado pelo Rio Jaguari (Figura 2 e 3), que nasce em Tupanciretã – RS, atravessa o município de Jaguari e deságua no Rio Ibicuí, afluente do Rio Uruguai. Possui clima temperado e relevo bastante acidentado, entremeado de vales, cerros e chapadas, guardando uma das mais belas paisagens da região.

#### 4.1.1.5 Economia local

Segundo o SEBRAE (1998), a economia jaguariense é baseada no setor primário, com representatividade na pequena e média propriedade, responsável, em 1996, por 87% da receita do município. A principal característica da produção do setor primário é a diversificação, tendo como destaque a produção de fumo, soja, arroz, uva e cana-de-açúcar. O fumo e a soja têm grande expressividade na produção em Jaguari – RS, sendo cultivados para atendimento das necessidades do mercado externo. A Prefeitura Municipal relata, em seu site, no dia 22 de janeiro de 2013, nas notícias sobre um incêndio ocorrido em estufa de fumo em propriedade rural, a representatividade da produção de fumo com relação ao PIB agropecuário de Jaguari - RS.

A produção de fumo em Jaguari representa atualmente cerca de 50% do PIB agropecuário, superando as lavouras de arroz e soja, bem como a pecuária de corte e de leite. Sendo um município agropecuário, Jaguari tem no setor rural a base de sua economia.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Site prefeitura Municipal: [www.jaguari.rs.gov.br](http://www.jaguari.rs.gov.br). Acesso em 20/11/11.

Há, também, a produção de cachaça e vinho de excelente qualidade. A pecuária extensiva é a segunda atividade econômica desenvolvida no município.

O setor secundário é pouco expressivo e representado por empresas do tipo fábrica de móveis, calçados, beneficiamento de milho, trigo entre outras de pequeno porte (Valente, 2007, p. 15).

Quanto ao setor terciário, VALENTE (2007), diz ser diversificado e predominante, composto de pequenas empresas prestadoras de serviços, como escritórios de contabilidade, comércio de variados ramos com pouca expressividade.

Além disso, acontecem anualmente diversos eventos promovidos pela prefeitura municipal durante o ano, a destacar o Grito do Nativismo Gaúcho de Jaguari - festival de música nativa, normalmente agendada para o verão, servindo de palco para os compositores e cantores dessa modalidade; a Feicoagro - Feira localizada no Clube de Caça e Pesca de Jaguari - CAPEJAR, que expõe todos comércio da região; e o carnaval de Jaguari, é conhecido como "O maior e melhor carnaval da região", atraindo milhares de turistas todos os anos.

#### 4.1.1.6 “Belezas Naturais” do Município

Por ser uma cidade de preservação natural e histórica, que possui uma grande variedade de ambientes a serem conhecidos, Jaguari é chamada “Terra das Belezas Naturais”, ou ainda, a partir da inserção na Rota turística, Caminho das Origens, Jaguari é conhecida por “Nostra Colônia”, a qual representa a história da colonização italiana em Jaguari – RS, favorecendo o turismo rural.

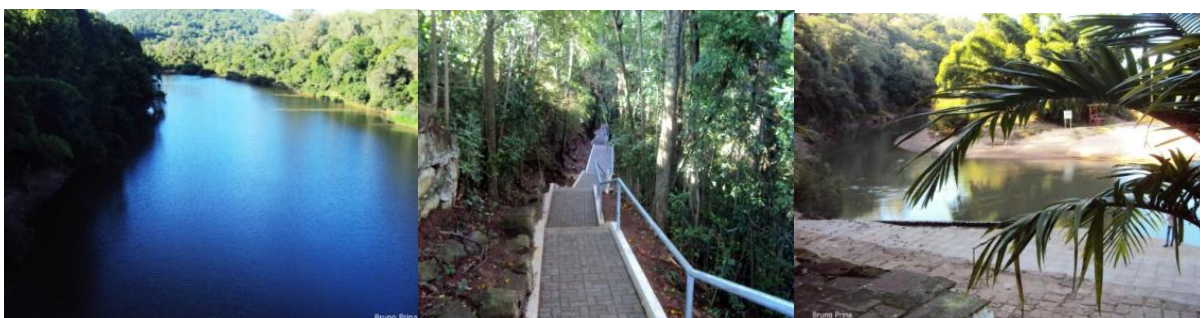
Ao chegar à cidade, deparamo-nos com o Pórtico (Figuras 4) de entrada do município, na qual é uma construção de beleza arquitetônica, proporciona-nos uma breve introdução ao que podemos encontrar em Jaguari.



**Figura 4:** Pórtico de entrada do Município de Jaguari - RS  
**Fonte:** Andrea Pereira Lock (2012).

A Rota Nostra Colônia mostra a organização de uma comunidade rural, o Chapadão, que é o berço da colonização e que continua com as suas características coloniais, com suas casas de pedra, suas cantinas, suas histórias, seus parreirais, suas pequenas propriedades com gente simples e orgulhosa por cultivar a própria terra. Esse é o local mais elevado da região, característico por seus invernos rigorosos, com nevoeiro e vento muito frios e primavera com um colorido especial, ilustrado por seus parreirais e relevo privilegiado.

Para evidenciar as “Belezas Naturais” de Jaguari, o Balneário Fernando Schiling (Figura 5), por ser um espaço de lazer em meio a natureza, oferece aos turistas, muita tranquilidade e momentos de prazer, dispondo de uma linda praia de água doce às margens do Rio Jaguari.

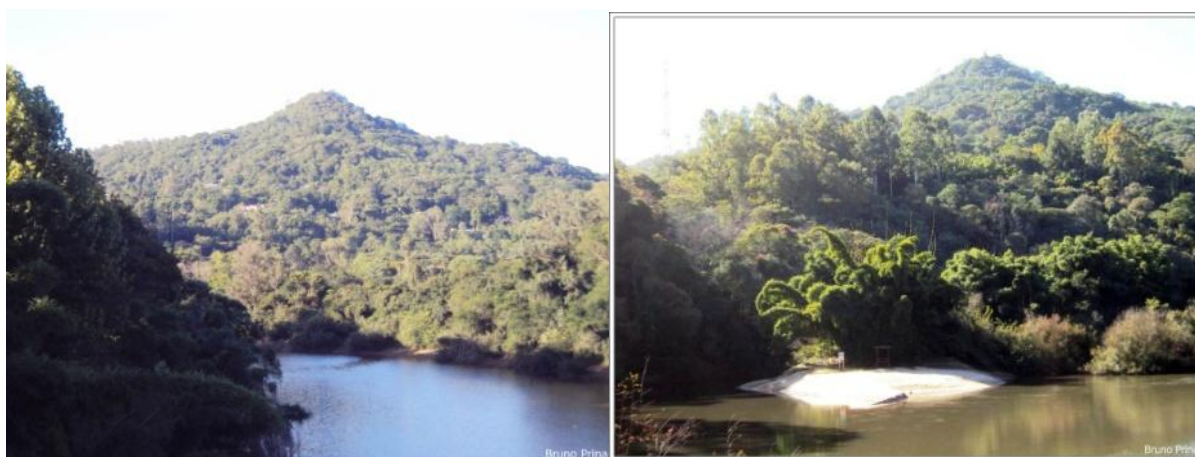


**Figura 5:** Balneário Fernando Schiling.  
**Fonte:** Bruno Prina (2011).

Há também, o CAPEJAR - Clube de Caça e Pesca do município de Jaguari que oferece aos visitantes durante todo ano diversos shows e bailes, além de que no verão se transforma num lugar agradável para camping e atividades esportivas.

Também concede sua área ao Grito do Nativismo Gaúcho e a Feira de Indústria e Comércio de Jaguari – FEICOAGRO.

Outro local é o Cerro do Obelisco (Figura 6), que tem suas bases construídas no ano de 1923 em comemoração ao centenário da Independência do Brasil. Ao subir o morro, observam-se diversas imagens simbólicas da Via Sacra, as quais se espalham por toda a trilha. É privilégio para quem sobe até o topo do morro uma bela vista da cidade e de toda região, sendo uma área preservada.



**Figura 6:** Vista do Obelisco a partir da praia.

**Fonte:** Bruno Prina (2011).

A região conserva os traços históricos, principalmente da colonização italiana. Juntamente com seu relevo, proporciona um cenário adequado para a prática do turismo. Por essas e outras considerações ela é conhecida como “A Cidade das Belezas Naturais”.

#### 4.1.1.7 Problemas Ambientais no Município de Jaguari - RS

Como todo município, Jaguari – RS não se faz só de belezas, mas também de problemas vivenciados no dia a dia, que vêm ao longo das décadas.

Como podemos perceber nas palavras de Valente (2007), em sua pesquisa que contemplou a edição do Atlas Escolar do Município de Jaguari – RS, os problemas ambientais nesse município, ao longo dos tempos, refere-se a quatro eixos: madeireiros, exploração, depredação e políticos.

Assim Valente explica que, no início da colonização:

A destruição da mata original atendeu ao mercado de lenha, aos interesses da Rede Ferroviária Federal, com dormentes, moirões e lenha para as locomotivas, bem como, para as diversas formas de utilização dos agricultores (VALENTE, 2007, p. 12).

O relato de Copatti, C.E., Zaninni, L.G. e Valente, A. (2009) evidencia a quantidade baixa na variedade de peixes no Rio Jaguarí, o que pode estar atrelado à degradação ambiental, assim temos:

Os índices de diversidades obtidos para o trecho do rio Jaguarí são considerados baixos. Há sempre predomínio de poucas espécies. Essa diversidade baixa, embora com a riqueza de espécies elevada, pode refletir o grau de degradação ambiental a que está submetida atualmente a bacia hidrográfica. Segundo Odum (1988), a diversidade, muitas vezes, tende a ser reduzida em comunidades que sofrem estresse. Fatores como ausência de mata ripária, despejos de efluentes domésticos e agrotóxicos lixiviados de lavouras próximas, verificados no ambiente amostrado, tendem a acelerar tal estresse.

Os autores complementam dizendo que:

A área de estudo sofre diversos impactos antrópicos, especialmente pela intensa atividade agrícola e pecuária. A falta de informações sobre a composição da ictiocenose no passado impossibilita sua comparação com a situação atual, considerando que o conhecimento da ictiofauna constitui uma etapa fundamental para a adoção de medidas de recuperação e manejo de ambientes já alterados.

Valente (2007), referente ao cultivo no município, nos dias atuais, diz que:

O cultivo mais realizado no município é a soja para 36,78% dos agricultores entrevistados, seguido do fumo, milho, trigo, cana-de-açúcar e arroz. Observamos que os dois principais produtos cultivados destinam-se ao atendimento das necessidades do mercado externo e não à população com alimentos (VALENTE, 2007, p. 13).

Segundo Valente, o cultivo desses produtos contribui para o desequilíbrio ambiental, à medida que utilizam demasiadamente agrotóxicos durante seus ciclos. Ainda o mesmo autor contribui dizendo que é necessário que o poder público estabeleça uma política agrícola que aproveite as potencialidades locais e invista na assistência técnica para que os agricultores possam ampliar e diversificar sua produção.



Valente (2007) ainda ressalta que:

Inúmeros são os mananciais de água do município contaminados com resíduos domésticos, como é o caso do Rio Jaguari que recebe, junto a cidade, todo o esgoto doméstico, sem nenhum tipo de tratamento, além de pesticidas e fungicidas, que contribui para acabar com a potabilidade da água, prejudicando a saúde humana (VALENTE, 2007, p. 11).

Também Valente (2007) expressa em seu atlas que a ruptura da agricultura tradicional, em muitas áreas do planeta, provocada pelo processo de industrialização [...] tem contribuído para o fenômeno do desemprego e subemprego, com graves consequências sociais e ambientais.

Outra grande preocupação ocorre com relação aos abatedouros, pela mesma questão: poluir - contaminar as águas do rio.

A questão diária refere-se ao lixo jogado, muitas vezes, deixado pelos turistas, em áreas de lazer, como o Capejar e outras locais nas proximidades do rio Jaguari. Por mais que haja limpeza pública ou particular é uma realidade de muitos municípios brasileiros. Devemos dar valor para o que é importante; além de limpar, é necessário manter limpo o local em que se vive.

O antigo aterro sanitário já foi um grande problema, hoje é considerado um passivo ambiental, pelo fato de estar desativado, não recebendo nenhum tipo de resíduo desde 2009, segundo relatos da representante da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do município.

Conforme constatação da pesquisadora, *in loco*, e nas pesquisas bibliográficas, é possível observar a preocupação local com relação ao ambiente nas atividades que acontecem entorno do rio. Isso se deve à prática de utilização de agrotóxicos nas lavouras (que, na maioria das vezes, está localizada nas margens dos rios e/ou proximidades) que afetam a qualidade da água do Rio Jaguari, de seus afluentes e conseqüentemente, a qualidade de vida da população local.

De acordo com MELLER (1997), a maioria das pessoas expressa a consciência da necessidade de preservação do ambiente; porém, de modo reducionista e com uma visão antropocêntrica. Desse modo, é necessário uma mudança de mentalidade, de forma a relacionar todos os aspectos que verdadeiramente envolvam ambiente e Educação Ambiental: aspectos sociais, econômicos, ecológicos, éticos, científicos, tecnológicos, culturais e políticos.

#### 4.1.1.8 Resíduos Sólidos no/do Município de Jaguari

Conforme Roth, Isaia e Isaia (1999), no Brasil, por definição legal, a coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) são de responsabilidade das Prefeituras Municipais, o que inclui o lixo domiciliar, comercial e o público. A partir da instituição da Política Nacional dos Resíduos Sólidos - PNRS, em 2010, resíduos sólidos são de responsabilidade compartilhada entre o município, a empresa e a sociedade. Os municípios vêm procurando se adequar às novas normas. Assim, o Município de Jaguari - RS, através do poder público municipal, em 2009, incentivou a criação da Associação de Recicladores Profetas da Ecologia (assunto a ser tratado mais adiante), a qual reuniu os catadores que trabalhavam no antigo lixão. A partir dessa data foi instalada a Coleta Seletiva de materiais recicláveis inserindo esses catadores no processo. Cumpre referir a construção de um Centro de Triagem<sup>23</sup> de Resíduos Sólidos no município, que trará grandes benefícios ao Município.

Segundo a prefeitura, o município de Jaguari - RS possui, no perímetro urbano, uma população de 6.268 habitantes que produzem em média 0,5 kg<sup>24</sup> de “lixo” por dia, totalizando aproximadamente 3.134 kg diários desse material, cerca de 100 toneladas de resíduos sólidos mensalmente. Esse lixo era depositado no Aterro Controlado<sup>25</sup> do Município, o qual sua deposição encerrou-se totalmente em outubro de 2008, quando se exauriu a capacidade de depósito.

A Coleta dos resíduos sólidos em Jaguari – RS, segundo a FEPAM em 2011, encontrava-se da seguinte forma:

---

<sup>23</sup> Local que recebe os resíduos sólidos urbanos, que posteriormente são separados de acordo com o tipo de material.

<sup>24</sup> Esse dado, embora relatado pela representante da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Jaguari, refere-se a um dado utilizado como média de resíduos produzidos por pessoa no Brasil.

<sup>25</sup> Fase intermediária entre o lixão e o aterro sanitário. É uma técnica de engenharia, na qual os resíduos são dispostos no solo, cobertos diariamente com camadas de terra.



Coleta e destinação final Município	*Coleta e destinação final (t/dia)	Coleta <i>per capita</i> (kg/hab/dia)	Abrangência de coleta (%)	
			Área urbana	Área rural
Jaguari	3,26	0,31	100	80

**Quadro 5:** Coleta seletiva em números em Jaguari – RS.

**Fonte:** FEPAM.

Atualmente, os resíduos sólidos urbanos são transportados por empresa terceirizada pela Prefeitura Municipal de Jaguari, para o Aterro Sanitário Municipal de Santa Maria, distante 105 Km de Jaguari. São realizadas cerca de três viagens por semana, ou até mais em algumas épocas do ano, quando aumenta a quantidade recolhida, gerando um custo de aproximadamente R\$ 12.000,00 por mês para a prefeitura local, valor pago pelos contribuintes.

A prefeitura local elaborou um projeto que viabiliza a coleta seletiva no âmbito rural e urbano, melhorando as condições ambientais. Para a execução desse projeto serão destinados R\$ 380.000,00 ao município, valor, financiado pelo Ministério da Saúde - Programa FUNASA, à implantação do sistema de triagem e reciclagem dos resíduos sólidos de Jaguari. Segundo dados da Prefeitura Municipal (2011), a administração municipal, ciente da importância econômica e social dessas ações, pretende organizar, através de recursos recebidos pelo Ministério da Saúde, um sistema de reciclagem de lixo com o objetivo de conscientizar a comunidade a respeito do grave problema do lixo e concretizar a coleta seletiva. Além disso, a prefeitura municipal pretende mobilizar os recicladores, para que esses sintam-se inseridos no contexto socioeconômico do município e consigam obter benefícios, revertendo a situação de dificuldades que encontram para comercializar os materiais coletados.

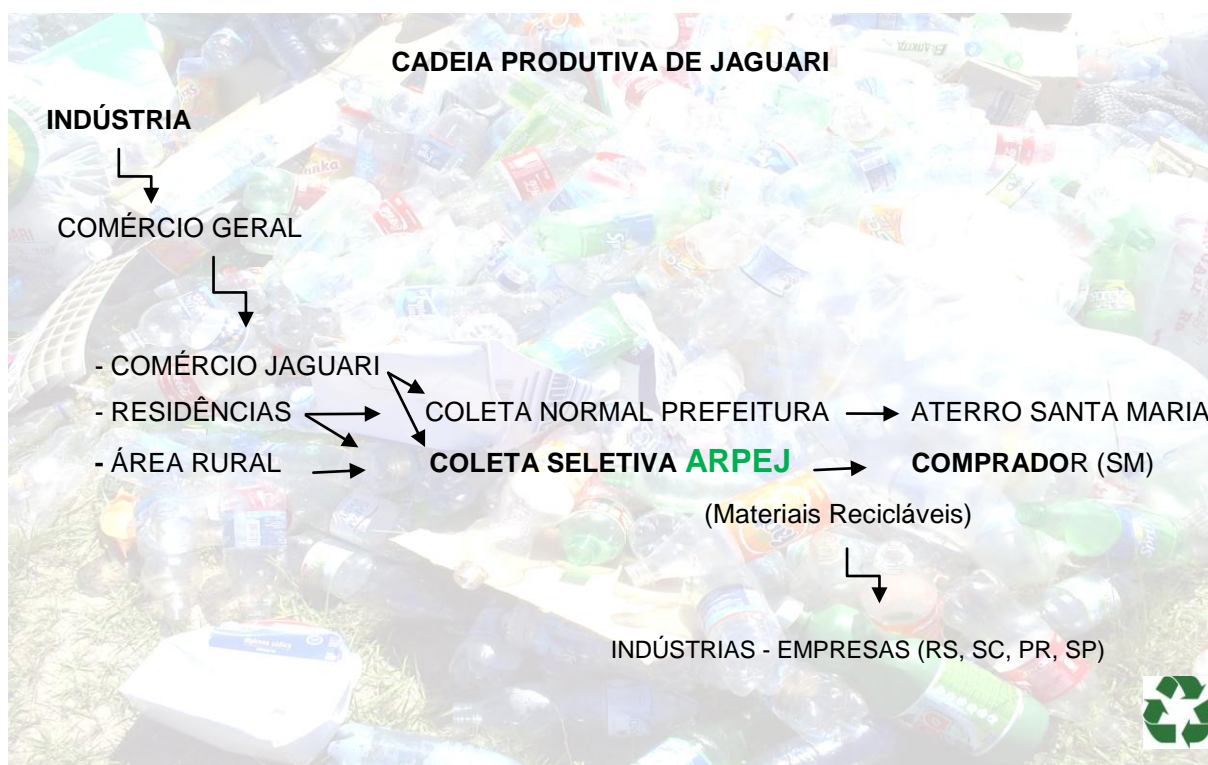


**Figura 07:** Foto – caminhão de coleta de resíduos do município de Jaguari – RS  
**Fonte:** Jornal Folha de Santiago em set/2009.



**Figura 08:** Catadores da ARPEJ recebendo carrinho para a coleta de materiais  
**Fonte:** Prefeitura Municipal de Jaguari.

A partir de 2009, o município passa a contar também com o trabalho da Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari – ARPEJ, na coleta de materiais recicláveis no centro da cidade.



**Quadro 6:** Fluxograma da Cadeia Produtiva de Jaguari - RS. A produção e reprodução de resíduos.  
**Fonte:** confeccionado pela autora (abril/2012).

A base desse circuito é composta pelos catadores e pelos intermediários, que procuram acumular a maior quantidade de material para revender às indústrias de

reciclagem. Toda essa organização, que articula os mais diferentes sujeitos toma então uma forma física e territorializa-se nos centros urbanos.

Atualmente, o recolhimento dos materiais recicláveis pela ARPEJ, além de estar sendo realizado na área urbana, também passou a ser realizado na área rural. De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Jaguari,

Até o mês de maio de 2011, a coleta seletiva realizada pela prefeitura ou associação era somente realizada na área urbana – sendo o centro da cidade e alguns bairros próximos. A partir deste, começou o trabalho realizado na área rural, coletando os materiais recicláveis. Nas seguintes localidades: Marmeleiro, Fontana Freda, Ijucapirama, Bom Respiro, Bom Retiro, Encruzilhada dos Bataglin, Linha 8, Linha 11, Igrejinha, Linha 7-Carlos Gomes, Sanga da Areia, Chapadãozinho, Chapadão, Boa Esperança, Boa Vista, Boca da Picada Segredo, Assentamento Santos Reis, Barragem, Linha 20, Linha 17, Linha 15 e Linha 13<sup>26</sup>.

A partir dessa data, a coleta de materiais recicláveis, na área rural do município de Jaguari, passa a ser divulgada na mídia para o conhecimento e adesão da comunidade.

Com o slogan “Faça você a mudança que deseja ver no mundo”, a administração municipal de Jaguari por meio da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e em parceria com a Associação dos Recicladores Profetas da Ecologia, e contando com apoio da Secretaria de Obras, deu início nos últimos dias 8 e 9, a coleta de lixo doméstico reciclável na zona rural do município, pondo em prática mais uma ação do Projeto Reciclação<sup>27</sup>.

De acordo com secretária de Planejamento e Meio Ambiente do Município, em entrevista fornecida em março de 2011, existe no Município um projeto<sup>28</sup> para a construção do Centro de Triagem de Resíduos Sólidos<sup>29</sup> que foi encaminhado para a FUNASA<sup>30</sup> e está aguardando aprovação pelo órgão nacional, para a sua construção. No site da prefeitura, encontramos os seguintes dados:

---

<sup>26</sup> Site da prefeitura municipal de Jaguari: [www.jaguari.rs.gov.br](http://www.jaguari.rs.gov.br). Acesso em 20/11/11.

<sup>27</sup> Idem ao 15.

<sup>28</sup> Projeto encaminhado à FUNASA. Teve participação na elaboração representantes da Fundação MO'Á - Estudos e Pesquisas para a Proteção e o Desenvolvimento Ambiental em parceria com professores e alunos da UFSM.

<sup>29</sup> Idem 11. Esse projeto refere-se à construção do Centro de Triagem em uma nova área e contempla uma estrutura inovadora no que se refere ao tema.

<sup>30</sup> FUNASA - Fundação Nacional da Saúde. É um órgão executivo do Ministério da Saúde é uma das instituições do Governo Federal.

A prefeitura de Jaguari adquiriu área de 7.500 metros quadrados, localizada no Travessão da Linha 6, próximo ao bairro Consolata, para que ali seja construído um Centro de Triagem de Resíduos Sólidos do município [...] esta aquisição foi feita com recurso próprio, oriundo do IPTU, no valor de R\$ 38 mil.<sup>31</sup>

Para a construção do pavilhão do Centro de Triagem de Resíduos Sólidos do Município, a administração municipal conquistou recursos de R\$ 372 mil junto a FUNASA, mais a contrapartida de R\$ 8 mil da prefeitura. No valor total, está incluído aquisição de materiais, como: prensa hidráulica, picotadeira de papel, balança, empilhadeira hidráulica, container para separação de resíduos, mesa inox para triagem, carrinhos para coleta de material na zona urbana, um caminhão para coleta de material no interior do município e lixeiras.

Por sua vez, a representante da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente informa ainda que o pavilhão a ser construído pelo município para abrigar o Centro de Triagem terá 375 metros quadrados. A intenção é encaminhar todos os resíduos sólidos do município para esse local já o trabalho de separação será realizado pela ARPEJ.

Para o local, será destinado todo o resíduo sólido do município, para que a Associação dos Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari - entidade que é parceira da prefeitura no Projeto Reciclação - possa fazer a correta separação do material, sendo que o que não puder ser aproveitado será dado um destino adequado<sup>32</sup>.

No ano de 2010, apenas com o trabalho dos integrantes da Associação dos Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari, o município deixou de transportar de 20 a 30 toneladas por mês de resíduo para Santa Maria (distante 115 Km). Ainda segundo a secretaria<sup>33</sup>, a meta da administração municipal é que, em 04 anos, apenas 15% do resíduo sólido do município seja transportado para o aterro sanitário, mostrando o interesse em ampliar os trabalhos da prefeitura, bem como, em um futuro próximo fazer a compostagem do resíduo orgânico.

Em se tratando de resíduos sólidos urbanos, não podemos deixar de citar as embalagens de agrotóxicos, devido ao produto ter sido muito utilizado nas lavouras da região por longo período, sendo estocados nas residências sem ter um destino.

---

<sup>31</sup> Idem ao 15.

<sup>32</sup> Site da Prefeitura Municipal. Acesso em 20/11/11.

<sup>33</sup> Mostrando o interesse em ampliar os trabalhos da prefeitura, complementa dizendo: "Queremos também que num futuro próximo possamos fazer a compostagem do resíduo orgânico" (secretária).

Apartir das novas leis, essas embalagens, segundo a secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, em relato em entrevista em 2011, foram retiradas do meio ambiente do município, como também os restos ou recipientes de produtos químicos, tais como os agrotóxicos.

Este fato, perante a PNRS, refere-se à Logística Reversa, segundo deve-se recolher estes materiais perigosos e devolver para a empresa. Segundo a secretária, essa é uma importante ação da administração municipal de Jaguari, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, observando que a medida atende a preocupação da administração municipal de Jaguari de preservar o meio ambiente e também a saúde da comunidade. Explica a secretária:

[...] para tanto, fizemos um diagnóstico que apontou a quantidade e qualidade de agrotóxicos vencidos existentes nas residências ou propriedades rurais de Jaguari. Este trabalho resultou na descoberta de aproximadamente 1.100 quilos de agrotóxicos vencidos e bastante antigos, que estavam contaminando o ambiente jaguariense.

Após esse levantamento, a prefeitura municipal contratou uma empresa licenciada para o transporte e incineração desses venenos. Através do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, conseguiram destinar adequadamente esses materiais, que tanto preocupavam os agricultores, sem custos para o município, relata. A secretária comenta também que os agrotóxicos recolhidos em Jaguari foram coletados por transportadora licenciada pelos órgãos ambientais.

Conforme relato dos beneficiados com a ação da administração municipal, alguns destes venenos já estavam armazenados, sem utilização, há mais de 25 anos e nunca conseguiram dar um destino final adequado a estes produtos.

A secretária enfatiza que são pequenas ações como essas que podem transformar o mundo em que vivemos.

No que se refere aos resíduos eletrônicos, foi publicado, em 4 março de 2011, na página do site da Prefeitura Municipal que a Secretaria de Planejamento iniciou, uma campanha de coleta desses resíduos desde outubro de 2008, com o objetivo de preservar o meio ambiente de contaminações, face ao problema causado pelo descarte incorreto dos resíduos eletrônicos; assim promovendo uma intensa

campanha de recolhimento desses materiais. De acordo com a secretária, dentre os materiais que foram recebidos no depósito da prefeitura estão: carregadores, celulares e baterias, computadores (monitores, mouses, teclados, placas e cabos), impressoras, pilhas e lâmpadas. Conforme ela, este material, graças a uma parceria do município com o Sistema Fecomercio de Santa Maria, foi encaminhado a fim de receber um destino final adequado. Ela observou ainda que dependendo do volume de material coletado, não seria necessário nem a prefeitura levar até Santa Maria, a própria empresa<sup>34</sup> poderia recolher.

#### 4.1.1.9 Poder Público Municipal<sup>35</sup>

O poder público é o ator que, conhecedor e formulador da legislação sobre o assunto, deve ser o regulador das relações entre os diferentes interesses, inclusive no setor da reciclagem, como propulsor de políticas públicas relativas ao gerenciamento dos resíduos sólidos no âmbito municipal. Nesse novo sistema de gestão, o poder público municipal, deve ter um papel central, ao ser responsável pelo gerenciamento de resíduos sólidos comuns e também pela estruturação de estratégias e ações que mobilizem o conjunto da sociedade para implementação da gestão socioambiental compartilhada e com a inclusão social. Um dos itens relevantes para o fortalecimento de ações ligadas à questão ambiental é a institucionalização de fóruns, em que possam ser debatidas as políticas adotadas e a serem adotadas pela prefeitura, como por exemplo, os Conselhos Municipais de Meio Ambiente.

O município de Jaguari – RS dispõe de algumas iniciativas, como o Projeto Reciclagem e o Programa de Criação do Sistema de Reciclagem - que começa a ser implantado no município com a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente - nos quais são desenvolvidos trabalhos juntamente com os catadores locais e comunidade em geral. De acordo com a Prefeitura Municipal de Jaguari, em julho de 2010, o prefeito, fez a entrega de três carrinhos

---

<sup>34</sup> Empresa de Santa Maria - RS licenciada para esse fim.

<sup>35</sup> Neste trabalho, no que se refere às entrevistas, o Poder Público Municipal é representado pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente.

(Figura 7) à Associação dos Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari para a realização da coleta seletiva. Os carrinhos foram repassados aos recicladores, mediante termo de concessão de uso. Os três carrinhos custaram ao município, na época, o valor de R\$ 1.200,00.

Outra iniciativa do Poder Público Municipal foi o Convênio de Cooperação Técnica e Científica realizado entre a Fundação MO'Ã e o Município de Jaguari - RS, para a realização do projeto "Meio Ambiente e Cidadania", que deu início às primeiras atividades realizadas no município com os catadores.

A partir desse Convênio, este trabalho começou a ser realizado da seguinte forma:

Primeiramente, fez-se uma revisão bibliográfica referente aos temas apresentados, com o objetivo de construir um referencial teórico e metodológico para o desenvolvimento do trabalho. Os temas pesquisados nortearam três eixos importantes: Educação Ambiental, Resíduos Sólidos e Práticas Ambientais, que também seriam trabalhados com a comunidade em geral.

Num segundo momento, foi estabelecido contato com a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, tendo em vista que os trabalhos com o município de Jaguari ocorreram inicialmente através dessa secretaria, na realização de um curso de qualificação para os catadores da Associação de Recicladores Profetas da Ecologia - ARPEJ. Nessa etapa, ocorreram as primeiras reuniões, integrando a Secretaria de Planejamento, a Fundação MO'Ã e a Secretaria de Educação com o objetivo de delinear e construir as primeiras ações a serem realizadas.

No terceiro momento, foi estabelecido contato com os coordenadores, diretores das escolas e professores, através da reunião pedagógica do Município, que contou com a participação de todos os professores da Rede Municipal de Educação e gestores, participando também neste evento a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e a representante dessa secretaria. Nesse encontro o objetivo da nossa intervenção foi participar da construção do planejamento para o ano letivo e proceder à apresentação da Fundação MO'Ã, dos seus representantes e da proposta de trabalho a ser desenvolvida.

Num quarto momento, foi realizada uma visita a cada uma das escolas e estabelecido um contato direto com os diretores e coordenadores das mesmas, com o intuito de pesquisar as práticas pedagógicas desenvolvidas em educação

ambiental na instituição e a realidade em que se encontram, tanto em relação ao ambiente escolar como também a comunidade em que está inserida. Foram utilizados como instrumento de investigação o diálogo, a entrevista e a observação.

No quinto momento, foram feitas tabulação e análise dos dados coletados.

Num sexto momento, realizou-se uma reunião com as secretarias de Educação e com a de Planejamento e Meio Ambiente, com o objetivo de apresentar os resultados obtidos nas visitas às escolas, a análise dos dados coletados e a construção em conjunto das atividades a serem desenvolvidas, como também a definição da próxima ação a ser realizada.

No último momento, buscou-se a integração dos professores no processo educativo através da participação dos mesmos, utilizando como instrumento a realização da I Jornada Municipal de Educação Ambiental, uma promoção e realização da Prefeitura de Jaguari através das Secretarias de Educação, de Planejamento e Meio Ambiente e Fundação MO'Ã. A programação do evento foi com baseou-se nas práticas educativas, políticas públicas de educação ambiental e meio ambiente, como também na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A I Jornada de Educação Ambiental e a visita às escolas impulsionaram as mesmas e professores para o desenvolvimento de trabalhos na área ambiental, como também uma maior integração com a realidade do Município. Ressalta-se, ainda, que as atividades desenvolvidas com os catadores, que é o foco deste trabalho, encontram-se detalhadas nos Apêndices V e VI deste trabalho.

#### 4.1.2 A Associação Profetas da Ecologia de Jaguari /ARPEJ

A Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari – ARPEJ é constituída no ano de 2009, no mesmo município, formada por um grupo de 10 (dez) catadores, atualmente são 8 (oito), que participaram de um curso de formação para os catadores locais, fornecido pela prefeitura de Jaguari em parceria com o SENAI de Santiago – RS, dando às início as atividades de coleta seletiva de materiais recicláveis no município de Jaguari. Quanto a essa novidade, foi assim relatado em matéria no site da prefeitura local:



Implantar um Sistema de Reciclagem do Lixo doméstico, como meio de contribuir para a preservação do meio ambiente, esta é a proposta da administração municipal de Jaguari. Assim, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, foi articulada a criação da Associação dos Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari, após terem passado por um curso de capacitação em reciclagem. O grupo já recebeu do município três carrinhos para a coleta de material reciclável, e em breve será contemplado com um pavilhão de reciclagem que será construído pela administração municipal, graças a recursos conquistados junto ao Governo Federal.

A implantação da Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari pela prefeitura mereceu o prêmio “A Folha em Destaque”, conferido pelo jornal A Folha Santiago, em Maio de 2010. Além de desenvolver uma ação voltada à preservação do ambiente no município, a administração municipal de Jaguari também estava criando uma alternativa de renda para os integrantes da Associação de Recicladores Profetas da Ecologia, concluindo que, a partir da forte atuação no processo de coleta e reciclagem do lixo doméstico, os catadores poderiam ter o sustento necessário para mudarem suas realidades de vida<sup>36</sup>.

#### 4.1.2.1 Localização da ARPEJ

A Central de seleção de materiais recicláveis fica na localidade da Manguerinha (Figura 8), lado oeste da área urbana do município, espaço da Associação de Pessoas Amigas de Excepcionais - APAE, a qual atualmente está solicitando o espaço cedido ao trabalho dos catadores da ARPEJ.

---

<sup>36</sup> Site da Prefeitura Municipal de Jaguari. [www.jaguari.rs.gov.br](http://www.jaguari.rs.gov.br). Acesso em 20/11/11



**Figura 9:** Vista aérea do Município de Jaguari – RS.  
**Fonte:** Google maps – adaptado pela autora.

Quanto ao espaço físico, a ARPEJ dispõe de um lote cercado, composto de um galpão semiaberto (Figura 10), onde são armazenados os materiais recicláveis, selecionados e embalados, de acordo com o tipo (papel/papelão, plástico, metal e vidro) para a comercialização, e uma área aberta onde são triados os diversos materiais que chegam. Para facilitar o trabalho dos catadores, na coleta de materiais, a Associação dispõe de 3 (três) carrinhos (Figura 11) que podem ser acoplados em bicicletas. Possui, ainda, uma prensa manual para prensar os materiais recicláveis, reduzindo assim o volume destes e facilitando o armazenamento e transporte dos mesmos.



**Figura 10:** Foto da área da ARPEJ.  
**Fonte:** Andrea Lock/2012.



**Figura 11:** Presidente da ARPEJ recebendo carrinhos para a coleta de materiais.  
**Fonte:** Prefeitura Municipal de Jaguarí.

#### 4.1.2.2 Pessoas que fazem parte da ARPEJ, os catadores associados

A ARPEJ é constituída por um grupo de pessoas que são catadores provindos de atividades do antigo lixão, de onde tiravam seu sustento. Hoje, essas pessoas fazem parte da ARPEJ, trabalhando como associados. Os catadores que trabalham na ARPEJ participam desde o início de sua formação. São moradores do bairro Consolata, considerado de baixa renda no município. Na sua maioria são familiares, que trabalham recolhendo e selecionando os materiais recicláveis através da coleta seletiva municipal. Acreditam, dessa forma, estarem contribuindo na preservação do ambiente, reintroduzindo os materiais na cadeia produtiva.





**Figura 12:** atividade com os associados da ARPEJ.

**Fonte:** Kist, A. C. F e Lock, A. P. – Fev/ 2011.

No que se refere às questões de gênero e faixa etária, de acordo com os dados iniciais da pesquisa com os catadores da ARPEJ, notou-se que existe certa paridade com relação ao grupo dos trabalhadores associados. Entre os que responderam à ficha de associados, quatro (4) são do sexo masculino e três (3) do sexo feminino. Encontram-se entre as idades de 26 e 63 anos de idade, sendo que a maior parte deles está entre os 35 e 58 anos; sendo os de mais idade, são do sexo masculino. Esses entrevistados percebem a associação como uma referência de seu trabalho.

Quanto ao estado civil dos catadores associados, aparecem em três grupos distintos: solteiros dois (2), casados três (3) e união informal dois(2).

No que se refere ao nível de escolaridade dos catadores, os dados são condizentes com a realidade educacional do Brasil em relação à considerada “classe baixa”, que, em sua maioria, não tem ou teve acesso à educação básica, cujo direito é assegurado por lei, segundo a Constituição Federal Brasileira Art. 205.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CFB, 1998).

Na compilação dos dados, teve-se: quatro (4) dos associados possuem ensino fundamental incompleto; dois (2) ensino fundamental completo, sendo do sexo feminino; um deles não respondeu. Quanto aos filhos dos catadores da

ARPEJ, foi verificado na Ficha do Associado, que todos se encontram na escola, alguns em creche, a maioria entre o 5º e 6º ano escolar. Observou-se também dois filhos de catadores ingressando no Ensino Médio. Em relatos da presidente da Associação, pode-se perceber a alegria, falando de um dos seus filhos que almeja fazer um curso profissionalizante.

Quando questionados sobre a profissão, segue: dona de casa, motorista, serviços gerais, reciclador e selecionador. Sobre as atividades que os catadores exercem na ARPEJ, mesmo todos trabalhando enquanto selecionador, a resposta está entre: presidente, conselho fiscal, 2º secretário, reciclador, selecionador. E quanto as suas habilidades e os trabalhos ou cursos realizados anteriormente, está de uma forma geral, entre as mulheres, desde corte e costura, pintura, reciclagem e cursos de hortaliças e panificação; entre os homens, reciclagem e servente de pedreiro.

No decorrer dos encontros com os catadores, entre eles foi identificado um, enquanto poeta, cantor e escritor, um dos mais novos do grupo dos associados. Logo no início deste trabalho é apresentada uma poesia escrita por ele nas primeiras atividades com o grupo.

No que se refere à carga horária de trabalho dos catadores na ARPEJ, foi relatado que trabalham 20 horas semanais, no turno da manhã. Já em relação ao questionamento das atividades que os catadores desenvolvem fora ou além da ARPEJ, visto terem a tarde disponível, a presidente relatou que todos desenvolvem atividades somente na ARPEJ, não desempenhando nenhuma outra atividade fora. No horário da tarde, ficam resolvendo os afazeres da casa e da família.



#### 4.1.2.3 A organização e gêneros na seleção do trabalho

Segundo o Estatuto da ARPEJ, em seu artº 10 (ANEXO III), a associação é constituída por uma diretoria composta de seis membros, a saber: Presidente, Vice-presidente, Secretário, Tesoureiro e selecionadores, que deve ser representado pelo grupo dos catadores associados.

Os catadores da ARPEJ se dividem da seguinte forma: enquanto uns, os homens, trabalham nas ruas da cidade, de bicicleta, com carrinho acoplado a ela, recolhendo os materiais recicláveis na área urbana; outros, na maioria das vezes as mulheres, permanecem na central de seleção dos materiais. Como confirma Burgos (2008):

Pode-se ainda identificar uma questão de gênero na divisão de atividades inscritas na base da indústria da reciclagem. De um modo geral, os catadores carrinheiros são em sua grande maioria homens, enquanto as catadoras se concentram nos locais com atividades da reciclagem, principalmente na atividade da triagem (BURGOS, 2008, p. 91).

Ainda, segundo a mesma autora, esta divisão de tarefas se dá pelo fato de que o homem dispõe de maior força no trabalho enquanto as mulheres são mais minuciosas na seleção.

As catadoras confirmam que, a divisão das tarefas é realizada de forma a não sobrecarregar a mulher. Isso acontece no caso do recolhimento da coleta de materiais recicláveis, que exige um maior esforço físico, braçal diário, além desse trabalhador estar sujeito às variações do tempo e percorrer diferentes ruas, atingindo diferentes bairros em maiores distâncias. Portanto fica para os homens. Já a seleção, a separação e o acondicionamento dos resíduos, na central, fica por conta das mulheres. Nos meses em que a demanda de resíduos é maior como no Natal, Evento Nativista e Carnaval, é necessário um maior número de pessoas no trabalho de coleta; então, as mulheres participam ativamente e, como também aconteceu no início deste ano, no carnaval de 2012, a ARPEJ contratou mais uma pessoa<sup>37</sup> para dar conta do serviço.

---

<sup>37</sup> Pessoa da comunidade, do bairro onde moram os catadores associados da ARPEJ.

Na central de triagem, os materiais são separados de acordo com o tipo de material (papel, papelão, plástico, metal, vidro) e suas subdivisões, no que se refere à variedade de tipos de plásticos e metais.

Nos dias reservados para a coleta de materiais na área rural, é utilizado o caminhão com o motorista da prefeitura e o acompanhamento de um ou dois dos catadores. Nos eventos do município, todos trabalham, dependendo do evento, juntos ou por revezamento, alterando o trabalho em grupos.



**Figura 14:** Foto Catador da ARPEJ carregando os materiais recicláveis.

**Fonte:** Andrea Pereira Lock (Nov/2012).

Em dias de comercialização dos materiais, que ocorre uma vez por mês, todos trabalham, inclusive, o próprio comprador de recicláveis (Figura 15), ajudando na separação, carregamento, pesagem e alocação dos materiais recicláveis nas *bags* (bolsas, sacolões plásticos). No que se refere às anotações e conferição de quantidade de materiais e valores quantificados, como também no recebimento e pagamento dos catadores, a responsabilidade fica por conta da catadora, Presidente da ARPEJ.





**Figura 15:** Foto Conferindo a pesagem de materiais com o comprador

**Fonte:** Andrea Pereira Lock (Jul/2012).

Em termos de remuneração, o que os catadores ganham pelo material trocado no comércio de recicláveis corresponde a uma ínfima parte, menor possível dos preços definidos no mercado. O valor que os comerciantes e indústrias pagam aos catadores corresponde ao preço dos recicláveis, e não ao trabalho por eles realizados (BURGOS, 2008; p. 19). Esse fato repete-se em Jaguari, foi verificado quando acompanhamos a venda dos produtos.



**Figura 16:** Fotos Comercialização de Materiais Recicláveis pela ARPEJ.

**Fonte:** Andrea Pereira Lock (Jul/ 2012).



**Figura 17:** Fotos Comercialização de Materiais Recicláveis pela ARPEJ.

**Fonte:** Andrea Pereira Lock (Jul/ 2012).

Segundo a Presidente da ARPEJ, em entrevista realizada em fevereiro de 2012, no início das atividades da associação em 2009, cada associado recebia menos que um salário mínimo por mês. Atualmente, embora recebendo mais, não chega a um salário mínimo, o que difere são os meses de Natal e Carnaval, quando quando aumenta, chegando a dobrar esse valor. Para se ter uma ideia, no mês de fevereiro de 2012, com o “Grito”, evento nativista local, e a festa de carnaval, ocorridos nos meses de Janeiro e fevereiro respectivamente, os catadores receberam entorno de R\$ 700,00. Em 2013, não foi possível ter uma renda esperada pelos catadores da ARPEJ, já que o Carnaval de Jaguari - RS foi cancelado, devido à tragédia ocorrida em Santa Maria - RS. Os municípios em evidência, os do no entorno, decretaram luto. Não havendo festas, não houve consumo; conseqüentemente, não houve materiais para coletar, nem mesmo para comercializar.

#### 4.1.2.4 Saúde e segurança do trabalhador da ARPEJ

Trabalhar com segurança significa utilizar Equipamentos de Proteção Individual - EPI e prevenir doenças, realizando exames de saúde periódicos, vacinando-se desinfetando ferimentos, vestir faixas de sinalização cintilantes (coletes) e proteção contra sol e chuva (capas, bonés, sapatos) e usando uniformes adequados ao trabalho.

Quanto à utilização de EPI's, a ARPEJ, no ano de 2011, disponibilizava luvas para o trabalho, mas os catadores não as utilizavam. No ano de 2012, a associação recebeu doação de EPI's de empresa fumageira, que contemplava luvas, botas, macacão e protetor facial, considerados inviáveis para uso no trabalho do catador, não condizendo com a necessidade, visto o tipo específico de material para cada profissão.

Os trabalhadores afirmam saber da importância de se usar os EPI's, ao mesmo tempo em que não os utilizam, não querem utilizá-los e muitos não veem necessidade do uso para o tipo de trabalho que realizam. Acredita-se que o fato decorre da falta de costume do uso, como também da falta de fiscalização, sendo necessário fornecer maiores informações para que haja sensibilização do pessoal para o uso de EPI adequado ao profissional catador - selecionador.

Quanto à saúde do trabalhador da ARPEJ, de acordo com as fichas dos associados (Apêndice I) respondidas pelos próprios catadores da ARPEJ, no primeiro encontro realizado em 2010, somente uma mulher respondeu ter como problema de saúde, no caso, pressão alta. Quando necessário, os trabalhadores utilizam os serviços do posto de saúde local, com o qual dizem estar satisfeitos.

No que se refere à habitação, todos os catadores da ARPEJ são moradores do bairro Consolata, distante do centro, considerado de baixa renda para o Município. De outra forma, segundo dados da prefeitura, são casas populares, de alvenaria, contendo sala, cozinha, banheiro e dois quartos. São moradias do Programa Estadual de Habitação desenvolvido no município, por meio da secretaria de Assistência Social. A luta pelo reconhecimento da categoria do catador e a luta pelas condições dignas de trabalho estão fundamentadas no direito ao trabalho, explicitado nos artigos 6º e 7º da Constituição Federal, que incluem a segurança e a integridade física do trabalhador como elementos fundamentais (MNCR, 2009).

#### 4.1.2.5 Materiais recicláveis para além de Jaguari

Jaguari não é isolada, é uma cidade global, ao mesmo tempo que importa e exporta recursos humanos e materiais. Percebe-se essa questão claramente quando questionado ao comprador de materiais recicláveis para onde vão esses materiais.



Como o próprio resíduo urbano que segue para Santa Maria, os recicláveis seguem para outros estados do País, podendo até mesmo seguir para o exterior, dependendo do resíduo.

Esses materiais recicláveis, recolhidos pela ARPEJ e vendidos para o comprador, são transportados por caminhão (Figura. 16) a uma distância aproximada de 105 Km, para a Recicladora Brasil Sul, localizada em Santa Maria - RS, sede da empresa.



**Figura 18:** Foto: caminhões do comprador de materiais recicláveis  
**Fonte:** Andrea Pereira Lock (2012).

Em Santa Maria - RS, na empresa, esses materiais serão novamente triados. Com materiais recicláveis recolhidos em outras localidades, são prensados e encaminhados de acordo com a exigência do mercado e de cada cliente, como podemos observar na Figura 17, os fardos de PET e de Tetrapak.



**Figura 19:** Foto: Materiais armazenados na Empresa de Recicláveis de Santa Maria - RS.  
**Fonte:** Andrea Pereira Lock (2012).

As relações de trabalho e produção muitas vezes passam despercebidas, pois os materiais recicláveis coletados no Município de Jaguari – RS pelos catadores da ARPEJ são comercializados com a empresa de Santa Maria – RS, que os revende para as empresas e indústrias da região de sua abrangência, como Santa Maria, Jaguari, São Vicente, dentre outros em uma abrangência maior, atende não só o Estado do Rio Grande do Sul, como também Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

#### 4.1.2.6 O comprador de materiais recicláveis

O comprador de materiais recicláveis, muitas vezes conhecido por intermediário ou atravessador; em outros momentos, como no caso do comprador de materiais recicláveis da ARPEJ, é também um empresário.

Segundo dados fornecidos pelo comprador de materiais recicláveis da ARPEJ, em entrevista no mês de julho de 2012, referente à definição de atravessador, diz ele que os atravessadores são pessoas que compram da associação de catadores o material já separado e enfardado. Normalmente, possuem grandes galpões e caminhões para estocar e realizar o transporte dos materiais recicláveis que compram para revender às indústrias de reciclagem. Ainda complementa dizendo que a diferença entre o atravessador e o comprador está em, enquanto o primeiro compra o material separado e enfardado e da mesma forma encaminha para a indústria, o segundo vai realizar a triagem, juntamente com outras compras estocadas, antes de vender.

De outra forma, o intermediário também é explorado, mas tem melhores condições de lucro, porque é dono de um dos meios de produção que os catadores não possuem.

Segundo Dagnino (2004), o componente fundamental nessas relações de trabalho entre a indústria e os catadores é que o intermediário vai perdendo força à medida que a organização dos trabalhadores avança, não fosse a relação harmoniosa entre os interesses do intermediário e a indústria, ambos sustentados pela exploração dos catadores.

## 4.2 Possibilidades e limites do trabalho e produção da ARPEJ

Manter o progresso da humanidade associado à manutenção da qualidade ambiental é algo claramente percebido como imprescindível, para que a vida humana mantenha-se sólida e sadia no planeta Terra. No princípio, imaginava-se que os recursos naturais eram infinitos e que esses existiam para satisfazer os interesses e caprichos das pessoas. Hoje, mesmo com o conhecimento de que essa prerrogativa é infundada, mantêm-se os mesmos hábitos e ações dos tempos em que o homem acreditava ser soberano sobre todos os demais seres e coisas.

A sociedade está inserida em uma teia de relações com os demais seres, da qual os seres humanos fazem parte, com importância igualmente comparada aos demais integrantes dessa teia. Temos que buscar alternativas, novas formas de conduzir as ações, com o cuidado de não danificar mais o que é finito e necessário à sobrevivência e qualidade de vida no Planeta, como os recursos naturais.

Observa-se que as relações sociais estão intimamente ligadas e que trabalhar com a problemática urbana é algo necessário e imprescindível a todos. Verifica-se que nos centros urbanos, de grande porte ou não, até mesmo no campo, há uma grande quantidade de resíduos sendo produzidos direta ou indiretamente pelas ações humanas. Porém poucas pessoas preocupam-se com a disposição inadequada desses, com o seu tratamento ou se os mesmos podem trazer benefícios a outro ser humano e ao ambiente como um todo.

Muitas pessoas dependem desses resíduos para garantir seu sustento, mas são ignorados pela grande maioria da população, que não percebe que sem o trabalho desses catadores, a solução dos problemas relacionados aos resíduos urbanos e rurais fica cada vez mais longe de acontecer.

A Constituição Federal de 1988 garante aos cidadãos o direito a um ambiente saudável e o dever de preservá-lo. Dessa forma, a Constituição incumbe a adoção de uma postura ética, crítica e coerente, evitando o consumo abusivo e o desperdício pelos maiores geradores de lixo. Salienta-se também que à medida que são utilizadas as matérias-primas da reciclagem, as indústrias utilizam quantidades sensivelmente menores de recursos naturais, além de contribuir para a diminuição da poluição ambiental onde a questão maior é a relação homem-natureza ou a

forma como o homem relaciona-se e apropria-se da natureza. Para Santos (1988), o homem é apenas mais uma forma de vida neste planeta, o que o diferencia das outras formas de vida é a sua capacidade de produzir. Para Rodrigues (1998, p. 19), “o homem, através da sua ‘natureza’ social, apropria-se da natureza para transformá-la em bens aproveitáveis”. Toda essa apropriação e transformação da natureza acabam por gerar, além de resíduos, outro espaço, não somente natural, mas onde coexistem, por um lado, os objetos geográficos (objetos naturais e objetos sociais) e, por outro, a dinâmica da sociedade que os transforma (SANTOS,1988).

Leite (2001) ressalta que o grande mérito da coleta seletiva é ser parte integrante do processo de reciclagem. Ainda, para o mesmo autor, adotar a reciclagem significa assumir um novo comportamento diante do ambiente, visando a conservá-lo o máximo possível. Para Rodrigues (1998), o reaproveitamento dos materiais recicláveis caracteriza esses resíduos em uma nova mercadoria, que passa a ter valor de comercialização. Da mesma forma, essa mercadoria pode ser um fator de degradação do lugar, como fator de “economia” com a reutilização e reciclagem. Entretanto, observa-se que, como toda mercadoria, é fetichizada porque apenas aparenta conter uma forma de preservação da natureza para as gerações presentes e futuras.

Lembrando os indivíduos que fazem a separação doméstica, Rodrigues (1998) considera que a população apenas participa do processo de reciclagem como uma forma de contribuir para o processo coletivo de preservação do meio ambiente, além de ser outra maneira de livrar-se do lixo e até da culpa pelo desperdício.

Nesse contexto, inserem-se os catadores, trabalhadores que, há mais de 50 anos, coletam nas ruas os materiais recicláveis e encaminham os mesmos para a reciclagem. Assim, para alguns autores, o trabalho dos catadores, além de contribuir com a limpeza da cidade e do campo, com a saúde pública, com o meio ambiente e com a vida útil dos aterros, contribui para a economia dos recursos naturais. No entanto, como citado anteriormente, eles não recebem para fazer esse trabalho para a sociedade e, em Jaguari, quando vão para o interior, com o caminhão, fazem a vez de funcionário público.

Quando há diminuição nos rendimentos, na utilização de materiais recicláveis como matéria-prima deixa de ser atraente. A atenção das indústrias volta a sua atenção para a exploração de matéria-prima virgem, independente dos impactos que

poderá acontecer no ambiente. Assim, são necessárias a Educação Ambiental e a proposição política no sentido de superar a educação que temos.

A partir da pesquisa, compreendeu-se que os limites e possibilidades do trabalho da ARPEJ estão em muitas instâncias, dependendo de um trabalho conjunto de toda a comunidade e envolvendo um amplo comprometimento.

No que refere à importância do catador, o Secretário de Planejamento e Meio Ambiente do município de Jaguari, em seu relato, diz ser importante o trabalho do catador diante do fato de ir para o aterro menor quantidade de material, assim menor custo para a prefeitura quanto à logística. Os catadores, além de proteger o ambiente através da reciclagem<sup>38</sup>, têm acesso a uma renda mensal. Enquanto o custo da prefeitura é de R\$ 55,00 a tonelada por dia (em 2012), para a empresa REVITA, o catador não recebe pelo seu trabalho. Quando a mesma pergunta foi realizada aos catadores da ARPEJ, na percepção deles, o trabalho desempenhado “ajuda para a limpeza da cidade, para o meio ambiente”<sup>39</sup>; para o Comprador, quando questionado sobre a importância do trabalho dos catadores, respondeu sendo “essencial o trabalho deles”<sup>40</sup>.

Sobre os entraves - dificuldades para a execução da PNRs; a resposta do representante da Prefeitura, nas palavras do secretário de Planejamento e Meio Ambiente, em entrevista realizada em 2012, “o grande entrave é realizar a logística reversa, devido ao volume dos materiais para dar destino. As empresas que receberam esses materiais, hoje estão sem saber ou ter como destinar”. A resposta da ARPEJ, quanto às dificuldades, foi de que houve progressos nas ações, pois, em entrevista realizada em 2011 a resposta da Presidente da ARPEJ era a falta de caminhão para recolher materiais em lugares mais distantes: “estamos pleiteando com a prefeitura uma caçamba para recolher em bairro distante”; em 2012, relata que estão recolhendo também em área rural juntamente com a prefeitura. Atualmente, a Prefeitura sede caminhão com motorista para determinados dias da semana para o recolhimento ser realizado em locais mais distantes, como também em determinados dias na área rural. Quando o comprador foi questionado sobre a

---

<sup>38</sup> Resposta do secretário de Planejamento e Meio Ambiente de Jaguari quando questionado sobre a importância do catador ARPEJ no município, em entrevista realizada em 2012.

<sup>39</sup> Resposta dos catadores da ARPEJ em entrevista realizada no primeiro semestre de 2011, referente à importância do trabalho deles no município.

<sup>40</sup> Resposta do comprador de materiais recicláveis em entrevista realizada em 2012.



PNRS, acerca das dificuldades atuais, o mesmo relata que “é preciso estar por dentro e se adequar”, que ele está fazendo a parte dele em ajudar os catadores e levar os materiais para a reciclagem.

A resposta da Prefeitura, com relação à parceria com a ARPEJ, em primeira entrevista, diz existir e ser muito boa essa parceria. Dentre outras questões, relata que emprestam caminhão para a Associação quando solicitam. Atualmente (2012), esse trabalho é realizado em conjunto, ou seja, o motorista da prefeitura vai com o caminhão e algum representante da ARPEJ acompanha na coleta. A resposta da ARPEJ com relação à comunidade é de que são parceiros. O Comprador e a ARPEJ e vice-versa, dizem ser muito boa a relação entre eles, que tudo acontece como deveria ser na parceria. Já em relação a ARPEJ com o comércio local – acreditam não ser muito boa, pelo fato dos horários a serem cumpridos. O comércio coloca na rua e quem passa leva, não tem como esperar, nem local para acondicionar esses materiais. Sobre a relação da ARPEJ com a prefeitura, a Presidente da Associação explicitou que “estamos esperando o galpão para se mudar, trabalhar, esperando mais orientação da prefeitura”. A ARPEJ, com relação à comunidade, “são parceiros, separam o material”. A ARPEJ com relação ao comércio – “parceiros, ligam para a gente recolher”.

Através das respostas, foi possível observar uma grande melhora com relação às condições de trabalho e o aumento da produção dos catadores enquanto associados da ARPEJ. Hoje, os catadores percebem-se enquanto pessoas, cidadãos, pois dizem estar realizando um trabalho para a sociedade e sentem que têm vantagens fazendo parte da Associação.

O poder público municipal tem dado apoio a essa associação incentivando através de alguns projetos, como o Reciclagem, dentre outros para incentivo à prática da coleta seletiva. É a forma que o poder público tem contribuído para que a legislação seja aplicada, incentivando a esses associados a continuarem trabalhando.

O que se percebe é que a prefeitura municipal tem falhado com relação ao cumprimento das suas obrigações legais para com a ARPEJ, visto que é obrigação do Poder Público na realização da coleta seletiva e o incentivo aos catadores, dentre outros, como previsto na PNRS.

Anteriormente, os resíduos recolhidos pela Associação eram destinados a atravessadores que compravam esses materiais pelo valor que estipulavam, sendo abaixo do valor de mercado. A disputa pelos resíduos gerava conflito, muitas vezes, devido à concorrência com catadores informais, constituídos também por donas de casa e aposentados, de classe média baixa, que recolhem os materiais recicláveis da vizinhança, armazenando em suas casas para repassar ao comprador, tendo assim uma renda extra ao vender esses produtos.

Pode-se resolver essa questão através do incentivo aos catadores individuais a inserirem-se na associação, como também, informar melhor a população para destinar os recicláveis à associação de catadores. Tendo maior quantidade de materiais para comercialização, pode-se evitar o contato com atravessadores e vender diretamente para a indústria recicladora, melhorando assim o preço recebido pelos materiais.

Em 2011, quando foi questionado se recebiam alguma ajuda da prefeitura, as respostas da presidente da ARPEJ e representante da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, foi de que os catadores recebem cesta básica mensal da prefeitura e exclusividade para trabalhar na coleta de materiais recicláveis nos eventos do município, também receberam camiseta personalizada de patrocinadores do evento para trabalharem uniformizados.

No que refere ao recolhimento de material perigoso, embora não seja foco do estudo, por não ser material recolhido pelo associado ARPEJ, a resposta, através da Secretária de Planejamento e Meio Ambiente, foi de que há destinação adequada, perante exigências da lei.

Através do Programa “Meio Ambiente e Cidadania”, realizado pela Fundação MO`Ã, em parceria com a Prefeitura Municipal de Jaguari, os catadores de materiais recicláveis da ARPEJ receberam capacitação desta pesquisadora e colegas<sup>41</sup> representantes desta Fundação, entre o segundo semestre de 2010 e o primeiro trimestre de 2011.

Nesse sentido, compreendemos, no decorrer de nossa pesquisa, que os catadores tiveram melhoria de vida, em âmbito pessoal e profissional, na formação através da Fundação MO`Ã, acesso aos equipamentos básicos de trabalho. No

---

<sup>41</sup> A colega Anna Christine Ferreira Kist trabalhou conjuntamente nas atividades com os catadores da ARPEJ.

entanto, ainda podemos considerá-los, como diz Figueiredo (2011), descartados dos trabalhos formais, mas indispensáveis para os lucros da indústria da reciclagem. Assim, eles não estariam propriamente excluídos, mas inseridos no circuito de produção e reprodução do capital, porém inseridos precária e perversamente, num sistema que se vale deles enquanto eles lhe são úteis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que os catadores estão incluídos no sistema capitalista. No entanto, a política pública não abrange esses trabalhadores quanto ao acesso aos direitos trabalhistas. Somente parte do processo produtivo (fábrica) tem acesso a esses direitos. O direito é para todo o cidadão brasileiro. Então, os governantes têm o dever de criar os meios necessários para que os cidadãos possam desenvolver uma atividade econômica que lhes garanta o seu sustento.

Os catadores da ARPEJ, embora indispensáveis para a indústria da reciclagem, passam de uma relação visível em alguns momentos à invisível em outros, expondo a exclusão que vivem do mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que estão inseridos no sistema pelo circuito de produção.

Observa-se que as relações sociais estão intimamente ligadas às políticas, à promoção de alguns que se valem das fragilidades para promoverem-se, à falsa inclusão que se traduz em privação de emprego, privação de direitos. Esses trabalhadores são vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes, criados pela sociedade moderna e capitalista.

Os catadores da ARPEJ, e de forma geral, necessitam de um esclarecimento com relação à cadeia produtiva mundial de que fazem parte e que desconhecem. Eles não têm noção da dimensão do seu trabalho e produção no contexto maior, nem mesmo os moradores o têm. Para tanto, seria necessário um investimento em educação ambiental na comunidade, e não apenas nas escolas.

Uma das possibilidades de ampliação do trabalho de coleta de materiais recicláveis poderá dar-se através da Educação Ambiental, trabalho que começou a ser feito em Jaguari, pois auxiliará a comunidade a compreender a importância dessa ação individual ou familiar para as futuras gerações e geração de renda dos catadores. A Educação Ambiental não é aqui entendida como uma simples ferramenta para a gestão ambiental, ou um auxílio no processo de conservação da natureza, mas como um poderoso instrumento de interpretação e de transformação da realidade socioambiental em que vivemos. Daí a importância de enraizar a Educação Ambiental nas questões que efetivamente são relevantes para a melhoria da qualidade ambiental e da qualidade de vida da comunidade.

É necessária uma mudança de mentalidade, de forma a relacionar todos os aspectos que verdadeiramente envolvam ambiente e Educação Ambiental.

Em consonância com as políticas públicas do país, em especial ao atendimento ao artigo 8º da Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, e à Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS, o Município de Jaguari apresenta algumas ações e projetos que significam um grande avanço nas questões relacionadas ao gerenciamento de Resíduos Sólidos e à Educação Ambiental, instrumentos indispensáveis para transformação socioambiental na busca da sustentabilidade. Mas ainda necessita de trabalhos de Educação Ambiental que tenha em vista a sensibilização para o consumo consciente, uma perspectiva contra hegemônica.

Durante toda a pesquisa percebe-se que as “Relações de trabalho e produção na indústria da reciclagem”, isto é, que este processo de consumo - produção de “lixo”, recolhimento, seleção e comercialização - foi entendido como uma indústria, a “indústria da reciclagem”, por ser uma atividade ampla e complexa, onde o catador faz parte na base dessa indústria. Portanto, neste trabalho, o termo “Indústria da Reciclagem” é compreendido do global para o local e vice-versa, através das relações de trabalho e produção dos atores envolvidos.

As relações de trabalho no modo capitalista de produção sempre foi uma tarefa complicada, uma vez que foram surgindo novas formas, novos padrões e novos valores, transformando, então, a sociedade e, conseqüentemente, as relações de trabalho e produção.

Observamos, principalmente nas últimas décadas, diversos estudos e pesquisas relacionados à realidade das cidades, metrópoles, locais onde se encontram um grande número de pessoas que trabalham com materiais recicláveis nas ruas, sem perspectiva alguma de vida. Existem poucos estudos, nesta temática, referentes à realidade das cidades de pequeno e médio porte brasileiras, onde parte da população ainda vive na área rural, realidade do Município pesquisado.

A partir desta pesquisa, é possível sugerir melhorias para futuras ações para a Comunidade Jaguariense (o Poder Público, ARPEJ, Escolas, Igrejas, Clubes e comunidade em geral);

1. Divulgar mais, nos meios de comunicação, o trabalho da ARPEJ no município e a importância do catador;

2. Sensibilizar a comunidade através da educação ambiental nas escolas e comunidade em geral, com campanhas para a prática da separação adequada dos resíduos, mostrando as questões de saúde, sociais, econômicas e ambientais;

3. Fortalecer a prática da coleta seletiva, tanto pelo poder público como pela comunidade, para se obter maior quantidade e melhor qualidade dos materiais recicláveis recolhidos, abrangendo uma parcela maior da população na adesão;

4. Otimizar a coleta seletiva para inserção de novos integrantes na associação;

5. Providenciar local adequado para o trabalho dos catadores da ARPEJ.

6. Sensibilizar a população para a prática de doação de móveis, roupas, objetos e utensílios para que a ARPEJ possa desenvolver sua profissionalização através de oficinas. Em relação aos itens 5 e 6, é necessário que haja um local fechado para armazenar os materiais - produtos recolhidos, através de doação ou selecionados, no caso de móveis, eletroeletrônicos, em geral. Esses objetos seriam utilizados para os cursos profissionalizantes (marcenaria, eletroeletrônica, costura, customização, pintura, artesanato etc.) oferecidos aos catadores. As atividades poderiam ser implementadas através de parcerias com universidades, comunidade (aposentados, voluntários em geral) e técnicos. Através de brick e brechós, esses produtos estariam sendo oferecidos para a comercialização, contribuindo no aumento de renda e na especialização do trabalho, oferecendo novas oportunidades de emprego e renda à população menos favorecida.

7. Elaborar material informativo aos catadores para conhecimento de seus direitos e deveres, conforme consta no estatuto da ARPEJ;

8. Melhorar as condições de trabalho através de cursos de formação para o esclarecimento do uso correto de equipamentos e o cuidado com o manuseio dos materiais selecionados na prevenção de acidentes de trabalho;

9. Sensibilizar os catadores sobre a necessidade do recolhimento do INSS,<sup>42</sup> para que tenham acesso aos direitos trabalhistas (assistência à saúde, maternidade, aposentadoria por invalidez e tempo de serviço).

---

<sup>42</sup> Está em discussão no Congresso, desde 2012, a possibilidade de diminuição da alíquota de recolhimento do INSS para os catadores de 11% para 2,3% como no caso dos pequenos Produtores Rurais e Artesãos. Assunto melhor detalhado nas páginas 51 e 52 desta dissertação.

10. Realizar um trabalho de Educação Ambiental nas escolas para sensibilizar a todos quanto às questões relacionadas ao consumo, consumismo e consumerismo<sup>43</sup>.

As belezas naturais do município são vistas como eternas, e os recursos naturais como infindáveis; não há nenhum trabalho, reconhecido pela autora, de sensibilização, apenas atividades isoladas nas escolas.

Entre os catadores, o consumo é visto como algo positivo, pois lhes dará maiores condições de acesso às necessidades básicas de vida. Não podemos dizer que eles, com seu trabalho ARPEJ, tenham acesso ao consumo, mas também não estão excluídos desse processo.

Quanto à transformação das relações sociais, capitalista e a perspectiva da PNRS, muito tem que avançar, pois o universo pesquisado da ARPEJ é fundamental que se aplique em educação (sensibilização das pessoas para a transformação da sociedade que temos e que queremos), processo amplo, que não se restringe apenas à escola, mas a toda a comunidade Jaguariense. Além disso, é possível compreender que esse processo é global. Jaguari expressa a relação da globalização através das relações capitalistas, consumistas, portanto é um município incluído nesse evento.

Transformar essas relações expressa um projeto novo, um projeto revolucionário e que, conforme a pesquisa demonstra, necessita do envolvimento dos gestores como proponentes de políticas locais e que tem implicações nas várias áreas que se articulam, entre elas a educação ambiental. Várias passos já foram dados para que Jaguari fosse reconhecida enquanto lugar, espaço-tempo singular de construção de sua proposta ambiental, entre eles, é essa dissertação e o trabalho da Fundação MO'Á. Na sequência, desejamos que esse trabalho seja continuado por sua comunidade, para além do que propõe a legislação. É importante que seja trabalhado na perspectiva de ações, sem quee aceitamos consumir o que as grandes potências querem. Isso vai da garrafa pet até o carro, passando pelo celular, que tem gerado consumo desenfreado, e igualmente o descarte destes.

Os legisladores facilitaram para que essa perspectiva se instalasse em nome do progresso através de um discurso ideológico que faz as pessoas viverem em um

---

<sup>43</sup> O termo *consumerismo*, presente em vários idiomas, comporta uma significação abrangente, englobando dimensões e categorias que traduzam em: consumo consciente; consumo sustentável; consumo ético; consumo responsável (HARRISON *et al.*, 2006).

mundo de consumismo desenfreado, e perdendo a possibilidade de conviverem com um projeto social alternativo de progresso que esteja relacionado à qualidade de vida, à saúde, respeito ambiental, superação do individualismo e do antropocentrismo. A PNRS é apenas um trabalho que deve ser feito, apropriado pela população;<sup>44</sup> muitos outros devem ser desenvolvidos. Essa política não se limita aos catadores e ao aterro sanitário. Está diretamente relacionadaa Educação Ambiental, conhecimento da região, aos valores. Para isso, é necessário investimento na educação para superar a visão reducionista da sociedade em que vivemos.

---

<sup>44</sup> cidadãos jaguarienses – para que a troca de políticos não resulte no retrocesso desse processo de educação, transformação.



## REFERÊNCIAS

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil / 2010**. São Paulo, 2010.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 5 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

ALVES, Rubem. **De excrementis diaboli**. Revista Ciência & Ambiente. Vol. 18. Santa Maria: UFSM, 1999.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. (7ª. ed.). Campinas, SP: Cortez, 2000.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª ed. 1ª reimpresso. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, V. R.; ABREU, J. C. de. **Monitoramento do processo de gestão da associação dos catadores de materiais recicláveis de São João Del - Rei - ASCAS**. Relatos de Experiências. Disponível em: <<http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publica%C3%A7%C3%B5es/III%20Encontro/arquivos%20III%20Encontro/Rel-12.htm>>. Acesso em: 01/07/2011.

BASSO, L.A. **Desenvolvimento sustentável e a qualidade ambiental das cidades**. In: Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000. 35 – 47p.

BASTOS, Valéria Pereira. **Catador: profissão: um estudo do processo de construção identitária do catador de lixo ao profissional catador**. Jardim Gramacho, de 1996 aos dias atuais. Tese de Doutorado em Serviço Social. PUC, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410364\\_08\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410364_08_pretextual.pdf)>. Acesso em: 13/06/11.

BASTOS, Valéria Pereira. **A atividade de catação de lixo e o mercado informal: meio de vida ou a única fonte de sobrevivência dos catadores. Educação ambiental.** Formação de valores ético ambientais para o exercício da cidadania. Apostila do curso de capacitação. Rio de Janeiro: Petrobras, 2009.

BAUMANN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMANN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação de pessoas em mercadoria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BESEN, G. R. **Coleta Seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade.** Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública; USP; 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-28032011-135250/en.php>>. Acesso em: 16/06/2011

BORON, Atilio. **A Coruja de Minerva: mercado contra democracia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Título 8, cap. 6, p. 146-147: do Meio Ambiente.

BRASIL. Congresso Federal. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. CNUMAD. **Agenda 21.** 3. ed. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. 2001c. 598 p.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações.** 2002. Disponível em: <[http://: www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)> Acesso em 5 /02/2012.

BURGOS, Rosalina. **Periferias Urbanas da metrópole de São Paulo: Território base da indústria da reciclagem no urbano periférico.** Tese de Mestrado São Paulo: 2008. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/.../ROSALINA\\_BURGOS.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/.../ROSALINA_BURGOS.pdf)>. Acesso em: 08/11/10

CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo.** 4ª ed. São Paulo: Humanitas. Editora: FFLCH/USP, 2003.

CARLOS, Ana Fani. **A (Re) produção do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1994.

CARVALHAL, M. D; RIBEIRO, S. Q; ROSS, D. **A precariedade do trabalho dos catadores de material reciclável no oeste paranaense e a dinâmica estratégica da reprodutividade do capital.** *Revista Pegada Eletrônica*, Presidente Prudente, vol. 11, n. 2, 31 dezembro 2010. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada12/06ROSS1102.pdf>>. Acesso 27/11/12.

COPATTI, C.E., ZANINI, L.G. & VALENTE. A. **Ichthyofauna of the Jaguari river microbasin, Jaguari/RS, Brazil.** *Biota Neotrop.* (2009). 9(2): <http://www.biotaneotropica.org.br/v9n2/en/abstract?inventory+bn00809022009> Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bn/v9n2/a17v09n2.pdf> . Acesso em: 30/04/13.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio. **Um olhar geográfico sobre a questão dos materiais recicláveis em Porto Alegre:** sistemas de fluxos e a (in)formalidade, da coleta à comercialização. Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia. - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR, 2004.

DORNELES, Simone Bochi; SILVA, Gustavo Pinto da; DEON, Paulo Roberto Cecconi. (ORG). **Experiências de desenvolvimento local do Vale do Jaguari e Região Central.** São Vicente do Sul, RS: IFFarroupilha - Campus São Vicente do Sul, 2011.

FERREIRA, João Artur. **História de Jaguari e seus aspectos históricos.** Disponível em: <[http://jaguari.rs.gov.br/?page\\_id=54](http://jaguari.rs.gov.br/?page_id=54)>. Acesso em: 11/13.

FIGUEIREDO, Roberto de Melo. **Novas territorialidades do espaço urbano: o trabalho e o lugar do catador.** Monografia da UFRV. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Minas Gerais, Brasil, 2011. Disponível em: <[http://www.geo.ufrv.br/monografias/2011\\_II/RobertoMeloFigueiredo.pdf](http://www.geo.ufrv.br/monografias/2011_II/RobertoMeloFigueiredo.pdf)> Acesso em 23/05/13.

GALVÃO, M. **Reciclagem conquista o respeito do mercado**. Revista: Plásticos Modernos. São Paulo, n. 305, dez. jan., 2000.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa** – tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. **A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva Lefebvrina**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 23, pp. 125 - 132, 2008.

GONÇALVES, R.C.M. **A Voz dos Catadores de Lixo em Sua Luta Pela Sobrevivência**. Universidade Estadual do Ceará Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Fortaleza, 2005.

GONÇALVES, M. A. **O Trabalho no Lixo**. Universidade Estadual Paulista - Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo, 2001.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. *Spaces of Hope*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IBGE. Municípios do Rio Grande do Sul: Jaguari - RS. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em 22/09/2011.

Instituto de Pesquisa Tecnológica - IPT. **Lixo Municipal: manual de gerenciamento integrado**. São Paulo: IPT/ CEMPRE, 2000.

Instituto de Pesquisa Tecnológica – IPT. **Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: guia para implantação**. São Paulo: SEBRAE, 2003.

Instituto de Pesquisa Tecnológica – IPT. **Informações Gerais sobre Resíduos Sólidos Urbanos**. São Paulo: IPT/ CEMPRE, 2010. Disponível em: <<http://www.cempre.org.br/manuais.php>>. Acesso em: 12/10/11.

Instituto de Pesquisa Tecnológica – IPT. **Política Nacional de Resíduos Sólidos - A lei na prática**. Disponível em:

<[http://www.cempre.org.br/download/pnrs\\_leinapratica.pdf](http://www.cempre.org.br/download/pnrs_leinapratica.pdf)>, Acesso em: 24/08/12.

LAYARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R.(Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002, 179-220.

LEFEBVRE, H. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973. 115p.

LEFEBVRE, H. **A Cidade do Capital**. Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEGASPE, L. **Reciclagem: a fantasia do ecocapitalismo**: um estudo sobre a reciclagem promovida no centro da cidade de São Paulo observando a economia informal dos catadores. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 1996.

LOCK, Andrea Pereira; MEURER, Ane Carine. **O catador de materiais recicláveis - um personagem incluído - excluído?** In: MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org). Educação Ambiental e Sustentabilidade IV:Edições UFC, 2013.

LOCK, Andrea Pereira; MEURER, A. C. **O catador de materiais recicláveis e os resíduos sólidos**. Fronteiras da Pesquisa em Geografia. FIGUEIRÓ, A. S.; FIGUEIREDO, L. C. (Org.). Santa Maria: UFSM, 2012. p. 309 - 331. ISBN: 9976562059000. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/E-book%20Completo%202011.pdf>>. Acesso em: 19/12/12.

LOCK, Andrea Pereira; KIST, A. C. F.; MEURER, A. C. Artigo: **Educação Ambiental como Instrumento de Gestão: atividades e intervenções na Associação de Recicladores no Município de Jaguari - RS - Brasil**. Pg.1231-1238. 18º Congresso APDR - Inovação e Desenvolvimento Regional e 6º Congresso de Conservação e Gerenciamento da Natureza. Tema: Sustentabilidade Urbana. Universidade do Algarve. Faro - Portugal, 2012. Anais (ISBN: 978-989-96353-3-3). Disponível em: <[www.apdr.pt/congresso/2012/pdf/INDICE.pdf](http://www.apdr.pt/congresso/2012/pdf/INDICE.pdf)> e <[www.apdr.pt/publicacoes/PROCCEDINGS\\_18\\_CONGRESSO.pdf](http://www.apdr.pt/publicacoes/PROCCEDINGS_18_CONGRESSO.pdf)>.

LOUREIRO, C. F. B. (org.) **Cidadania e Meio Ambiente**. Salvador: Centro de recursos Ambientais, 2003.

LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. **Repensar a Educação Ambiental, um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas, SP: Átomo, 2003.

MARCHIORE, José Newton Cardoso. **Esboço histórico de Jaguari**. Santa Maria: Palloti, 1999.

MARTINS, Jose de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2007.

MEDEIROS, L.F.R.; Macedo, K.B. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?** *Psicologia & Sociedade*; 18 (2): 62-71; mai./ago. 2006. <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/08.pdf>>. Acesso em: 25/11/12.

MELLER, Cléria Bitencurt. **A Educação Ambiental como possibilidade para superação da fragmentação do trabalho escolar**. Dissertação de Mestrado. UNIJUÍ, 1997

MIURA, P.O.C. **Tornar-se Catador: uma análise psicossocial**. Dissertação apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004. 164p.

MNCR. **Boletim Informativo do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Disponível em: < <http://www.mncr.org.br/>>. Acesso em 25/06/2011.

POCHMANN, Márcio. **Apresentação Visões do Trabalho**. *Ciência e Cultura*. São Paulo: Oct./Dec, 2006. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000400012&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000400012&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10/11/12.

Política Nacional de Resíduos Sólidos - **Lei 12305/10, de 2 de agosto de 2010**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1024358/politica-nacional-de-residuos-solidos-lei-12305-10>>. Acesso em: 11/07/11.

**Prefeitura Municipal de Jaguari**. Secretaria Municipal de Turismo. Disponível em: <<http://jaguari.rs.gov.br> >. Acesso em 13/08/2011.

**Prefeitura Municipal, História de Jaguari**. Disponível em: <[http://jaguari.rs.gov.br/?page\\_id=54](http://jaguari.rs.gov.br/?page_id=54)>. Acesso em 20/11/11.

**Previdência Social**. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/>>. Acesso em: 05/2013.

**Previdência Especial para Catadores**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,comissao-aprova-previdencia-especial-para-catadores,873737,0.htm>>. Acesso em: 05/13

PRINA, Bruno Zucuni. **Mapa Temático Turístico Urbano das Belezas Naturais de Jaguari, RS. PROJETO NA ÁREA DE GEOPROCESSAMENTO**. Santa Maria: Colégio Politécnico/UFSM, 2011. Disponível em: <[http://mapaturistico.jaguari.rs.gov.br/Mapa%20Tem%20E1tico%20Tur%EDstico%20Urbano\\_brunozprina.pdf](http://mapaturistico.jaguari.rs.gov.br/Mapa%20Tem%20E1tico%20Tur%EDstico%20Urbano_brunozprina.pdf)>. Acesso em 28/11/2012.

RIBEIRO, Solange Q. **A territorialização e a organização de catadores em cooperativas de resíduos recicláveis: o caso dos catadores organizados na cooperativa de trabalhadores catadores de material reciclável – COOTACAR - no município de Cascavel - PR**. Monografia em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009.

RIBEIRO, Helena; BESEN, Gina Rizpah. **Panorama da Coleta Seletiva no Brasil: Desafios e Perspectivas a Partir de Três Estudos de Caso**. INTERFACEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.2, n.4, ago 2007. Disponível em: <[www.interfacehs.sp.senac.br](http://www.interfacehs.sp.senac.br)>. Acesso em: 05/09/12.

RODRIGUES, Arlete Rodrigues. **Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

ROTH, B, W. ; ISAIA, E..M.B.I.; ISAIA, T. Destinação final dos resíduos sólidos urbanos. **Ciência & Ambiente. Lixo Urbano**. vol. 1, n.18. Santa Maria: UFSM, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, L. C. **A questão dos resíduos sólidos urbanos: uma abordagem socioambiental com ênfase no município de Ribeirão Preto - SP**. 120p. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, Rio Claro, 2004.

SCOLARI, Rosana Mary Delatorre. **Ressignificação da identidade através do trabalho e moradia dos catadores de material reciclável da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza do Município de Erechim -RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SEBRAE/RS - PRODER. **Diagnóstico Sócio Econômico do Município de Jaguari - RS**, 1998.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, J. F. S. de. **Henri Lefebvre: A Produção do Espaço (3)**. Filosofia, Ciência, Arte, Política & Democracia. Disponível em: <<http://cyberdemocracia.blogspot.com.br/2009/07/henri-lefebvre-producao-do-espaco.html>>. Acesso em 12/04/2012.

SURTEGARAY, D. M. A. **Ambiente e lugar no urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, Valdemar. **Atlas escolar de Jaguari – RS**. Jaguari, 2007.



VELLOSO, Marta Pimenta. **A Atividade e Resíduos Resultantes da Atividade Humana: da produção do lixo a nomeação do resto.** (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, ENSP, 2004.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo.** 3. Ed. São Paulo: Schawarcz, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi – 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**ANEXO I**  
**CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE JAGUARI – RS E**  
**A FUNDAÇÃO MO'Á**

## **CONVÊNIO**

### **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CONSULTORIA AMBIENTAL QUE FAZEM A FUNDAÇÃO MO'Ã - ESTUDOS E PESQUISAS PARA A PROTEÇÃO E O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E O MUNICÍPIO DE JAGUARI.**

Por esse instrumento particular de convênio, de um lado a FUNDAÇÃO MO'Ã- Estudos e Pesquisas para a Proteção e o Desenvolvimento Ambiental, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede à Rua Avenida Nossa Senhora das Dores, nº 791, 2º andar, Prédio APUSM - APUSM - Associação dos Professores Universitários de Santa Maria, centro, na cidade de Santa Maria, inscrita o CNPJ/MF sob o nº 02122898/0001-04, neste ato representada pela presidenta do Conselho Administrativo, Professora Jussara Cabral Cruz, infra-assinada, doravante denominada Simplesmente FUNDAÇÃO MO'Ã e, de outro lado, o Município de JAGUARI, com sede à Praça Gilson Carlos Reginato s/ nº, centro, na cidade de Jaguari/RS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 87572046/0001-63, neste ato representado pelo seu Prefeito municipal, Sr. João Mário Cristofari, infra-assinado, doravante denominado MUNICÍPIO, em conformidade com a Lei Municipal nº2765 de 1 de junho de 2010, têm entre si justo e acordo o que segue:

#### **DO OBJETO CLAÚSULA PRIMEIRA**

Pelo presente convênio a FUNDAÇÃO MO'Ã compromete-se, quando solicitada pelo MUNICÍPIO, a prestar-lhe assessoria técnica, consultoria ou elaborar projetos, todos em relação aos objetivos que a si se propõe a FUNDAÇÃO MO'Ã, em seu Estatuto de Fundação, capítulo II e que faz parte deste Convênio, independentemente de sua transcrição.

#### **CLAÚSULA SEGUNDA**

Os serviços prestados pela FUNDAÇÃO MO'Ã serão contratados um a um, sob a forma e denominação de projeto, cada um com um custo específico e discriminado individualmente e que será pago pelo MUNICÍPIO, de forma acordada previamente.

#### **CLAÚSULA TERCEIRA**

Os serviços prestados pela FUNDAÇÃO MO'Ã serão desenvolvidos pelo seu corpo técnico, devidamente cadastrados junto à FUNDAÇÃO e aos Conselhos e órgãos de classe específicos para cada profissão, de acordo com a legislação que rege a matéria.

## **DAS OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO MO'Ã CLAUSULA QUARTA**

A FUNDAÇÃO MO'Ã compromete-se a prestar os serviços conveniados de forma a garantir o melhor atendimento ao MUNICÍPIO, de acordo com a boa técnica e legislação vigentes, bem como cumprir prazos e orçamentos acordados.

## **DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO CLAUSULA QUINTA**

O MUNICÍPIO compromete-se a dar preferência à FUNDAÇÃO MO'Ã naqueles serviços em que estiver competência estatutária em prover, desde que o preço esteja de acordo com o de mercado, individualizado em cada projeto, nos prazos e quantias estipulados.

## **CLAUSULA SEXTA**

O MUNICÍPIO não poderá, a qualquer título, fornecer cópias dos serviços prestados pela FUNDAÇÃO MO'Ã.

## **DA VIGÊNCIA CLAUSULA SÉTIMA**

O presente Convênio terá vigência por prazo indeterminado, enquanto houver interesse mútuo das partes e, caso interrompido, assim o será de comum acordo, sem ônus a nenhum dos convenientes.

## **DA BASE LEGAL CLAUSULA OITAVA**

O presente Convênio é celebrado pelas partes com fulcro nos dispositivos estatutários da FUNDAÇÃO MO'Ã, na reputação ético-profissional e no disposto na Lei nº 8.666, artigo 24, inciso XIII.

## **DA REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS CLAUSULA NONA**

O MUNICÍPIO remunerará a FUNDAÇÃO MO'Ã, com base no preço acordado para cada projeto específico contratado, pagando-lhe no ato do pedido ou entrega do trabalho.

## **DO FORO CLAUSULA DÉCIMA**

As partes elegem, de comum acordo, o for de Jaguari, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimirem qualquer dúvida que possa surgir derivada do cumprimento desse Convênio e, estando assim justos e conveniados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Jaguari, setembro de 2010.

**JOÃO MÁRIO CRISTOFARI**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**

**JUSSARA CABRAL CRUZ**  
**FUNDAÇÃO MO'Ã**

Testemunhas:

-----

-----

**ANEXO II**  
**CARTA DE BRASÍLIA**

## CARTA DE BRASÍLIA

Os participantes do 1º CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, e os 3.000 participantes da 1ª MARCHA NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, que teve seu ponto alto no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999, onde se decidiu pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que regulamenta a profissão catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao Poder executivo, propomos:

1.1 – Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.

1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.

1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.

1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.

1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.

1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de Combate à Pobreza para as ações emergenciais.

2 - Em relação à cadeia produtiva:

2.1 – Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização

dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.

3 – Em vista da cidadania dos(as) Moradores(as) de Rua

3.1 – Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.

3.2 – Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o direito à cidade.

3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e ou na indicação de endereços de albergues.

3.4 – Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.

3.5 – Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.

3.6 – Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.

3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como "saúde da família" e similares, "saúde mental", DST/AIDS/HIV e outros, instituindo "casas-abrigo" para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento, e acreditamos que a transformação da realidade atual será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias a serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

Pelo fim dos lixões!

Reciclagem feita pelos catadores, já!

Brasília, junho de 2001.



**ANEXO III**  
**ESTATUTO DA ARPEJ**

## ESTATUTO SOCIAL DA ARPEJ ASSOCIAÇÃO DE RECICLADORES PROFETAS DA ECOLOGIA DE JAGUARI

### CAPITULO I

**Art. 1º - A ARPEJ ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES PROFETAS DA ECOLOGIA DE JAGUARI**, constitui-se como sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, regendo-se pelo presente **ESTATUTO SOCIAL** e pela legislação em vigor.

**Parágrafo 1º** - A Associação terá sede e foro na cidade de Jaguari RS, no galpão de seleção sito a rua 7 de Setembro, Centro, CEP 97.760-000.

**Parágrafo 2º** - O ano social coincidirá com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

### CAPITULO II

#### DOS OBJETIVOS SOCIAIS

**Art. 2º** - Os objetivos sociais são:

- a) Incentivar a organização e sistematização das atividades das pessoas que vivem da seleção de material reciclável e comercialização dos resíduos urbanos;
- b) Resgatar junto aos produtores de material reciclável e entre os selecionadores que este processo é a verdadeira prática ecológica;
- c) Desenvolver relações de solidariedade entre os selecionadores, harmonizando sua atividade individual com o fortalecimento do sentido associativista e cooperativo da entidade;
- d) Favorecer para que as ações individuais reflitam positivamente sobre a reciprocidade e integração de todos no conjunto de associados;
- e) Dignificar, material e emocionalmente, a função de separação e seleção de materiais junto a comunidade como um todo, seja de produtores ou selecionadores de material reciclável;
- f) Incrementar e qualificar os processos de seleção e classificação do material reciclável;
- g) Promover a integração do grupo com outros afins, para aprimoramento do conceito ecológico e econômico deste tipo de processo, bem como para que no futuro se caminhe rumo ao cooperativismo formal.

### CAPÍTULO III

#### DOS ASSOCIADOS E SUAS ATIVIDADES

**Art. 3º** - A Associação possui duas categorias de sócios: os efetivos e os colaboradores.

**Parágrafo 1º** - Os sócios efetivos são aqueles que exercem atividades diretamente ligadas à seleção de material reciclável, admitidos pela assembléia geral para

integrarem o quadro social e que usufruem os rendimentos originários da atividade;

**Parágrafo 2º** - Os sócios colaboradores são aqueles, pessoas físicas ou jurídicas, que contribuem na organização estrutural da associação, na articulação da coleta e no trabalho de conscientização sobre a importância da coleta seletiva de material reciclável, sem usufruir de nenhum tipo de rendimento da mesma.

**Art. 4º** - A administração de sócios efetivos será feita pela diretoria e posteriormente a assembleia geral deverá ratificá-la.

**Art. 5º** - Os sócios colaboradores serão admitidos pela assembleia geral, tendo como critério o elevado grau de comprometimento com o trabalho da Associação através dos serviços prestados à mesma.

**Parágrafo Único** – Dentre os sócios colaboradores, a Assembleia Geral designará um sócio colaborador para assessorar a Coordenação Geral, Coordenação de Secretaria, Coordenação Financeira e a Coordenação de Divulgação e Imprensa.

**Art. 6º** - São direitos dos sócios efetivos:

- a) Participar das reuniões e assembleias da Associação;
- b) Votar e ser votado nas eleições da diretoria da Associação;
- c) Desempenhar quaisquer atividades em benefício da Associação, de acordo com os objetivos sociais;
- d) Apresentar propostas, sugestões e atividades no sentido do aprimoramento da Associação;
- f) Ser informado pela diretoria da situação econômica-financeira da Associação;
- g) Solicitar por escrito seu desligamento voluntário do quadro social.

**Art. 7º** - São deveres dos sócios efetivos:

- a) Cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais;
- b) Contribuir para fundos pecuniários, INSS e outros, decididos por assembleia geral;
- c) Fazer parte dos encontros sociais e representar a Associação em outras atividades para as quais for designado;
- d) Acatar as decisões votadas pela assembleia geral;
- e) Respeitar as atividades de outros associados, buscando harmonizar e qualificar a Associação;
- f) Participar ativamente da organização e das atividades desenvolvidas pela Associação;
- g) Fazer a entrega de todos os materiais recicláveis ou úteis que encontrar, durante a jornada diária de trabalho, nos locais determinados pela Associação.
- h) Participar das reuniões e das assembleias.

**Art. 8º** - São direitos do sócio colaborador:

Participar das Assembléias Gerais e das reuniões de diretoria, apenas com direito a voz;

Ser votado para os cargos de assessoria da diretoria;

Apresentar propostas para o aprimoramento da entidade;

**Art. 9º** - São deveres dos sócios colaboradores:

- a) Contribuir para garantir o cumprimento dos estatutos sociais;
- b) Cumprir as tarefas da entidade, prioritariamente se assessor eleito da diretoria;

## CAPITULO IV

### DA ADMINISTRAÇÃO

**Art. 10º** - A Associação será administrada por uma diretoria composta de seis membros, a saber: Presidente, Vice presidente, Secretario, Tesoureiro, Coordenador de Divulgação e Imprensa, Coordenador de produção.

**Parágrafo 1º** - Compete ao Presidente:

- a) Representar a Associação dos selecionadores de Material Reciclável em juízo ou fora dele;
- b) Compor a mesa das reuniões da diretoria;
- c) Presidir as assembléias gerais;
- d) Assinar atas, documentos e papéis inerentes ao cargo;

**Parágrafo 2º** - Compete a Secretaria:

- a) Promover o funcionamento e administração da Associação, de acordo com as deliberações da assembléia geral;
- b) Ter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos da Associação;
- c) Secretariar as reuniões da diretoria, assinando as atas junto com um membro da Coordenação Geral;
- d) Elaborar anualmente o balanço de atividades e ações desenvolvidas pela Associação.

**Parágrafo 3º** - Compete ao Tesoureiro:

- a) Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores e bens da associação;
- b) Ser responsável pelos recebimentos e pagamentos, registrando-os em livros especiais;
- c) Movimentar conta corrente da Associação juntamente com um dos Coordenadores Gerais;
- d) Elaborar e apresentar os relatórios financeiros, a prestação de contas e a previsão orçamentária anual e balancetes trimestrais, bem como os de final de gestão, a serem submetidos à Assembléia Geral;

**Parágrafo 4º** - Compete a COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA:



- a) Organizar e coordenar as ações de edição e divulgação dos materiais de comunicação da Associação;
- b) Organizar e coordenar a divulgação de informativos acerca das opiniões da Associação para outros setores da sociedade;
- c) Estabelecer e organizar a comunicação com órgãos de imprensa em geral.

**Art. 11º** - O mandato da diretoria será por 03 anos.

Parágrafo Único – O associado poderá ser reeleito para unicamente mais de uma gestão.

**Art. 12º** - A Associação será administrada, no conjunto, pela diretoria que representará a entidade em juízo ou fora dele, tendo competência, entre outras, para:

- a) Cumprir e fazer cumprir, administrativamente, as decisões das reuniões e assembléias gerais;
- b) Apresentar nas reuniões da entidade relatórios escritos sobre o desempenho da Associação, bem como a situação das receitas e despesas, cujos dados farão parte das atas;
- c) Propor e executar orçamentos sociais;
- d) Assinar em nome da Associação, após decisão formal, contratos, convênios e outros documentos, através de dois de seus membros;
- e) Realizar vendas de materiais separados e classificados pelos selecionadores, com expedição de recibos e recebendo quitações, em nome da Associação;
- f) Movimentar conjuntamente através de um Coordenador Geral e o Coordenador Financeiro contas bancárias, fundos e outros meios financeiros da Associação.

**Art. 13º** - A diretoria reunir-se-á, no mínimo, uma vez por mês, convocada por qualquer um de seus membros.

## CAPITULO V

### DAS REUNIÕES E ASSEMBLÉIAS

**Art. 14º** - As Assembléias Gerais e reuniões de diretoria são as instâncias soberanas decisórias da Associação.

**Art. 15º** - As Assembléias Gerais poderão ser:

- a) Ordinárias: que realizar-se-ão trimestralmente;
- b) Extraordinárias: que realizar-se-ão a qualquer tempo, por solicitação dos associados, da diretoria ou por motivo relevante, convocada quarenta e oito horas com antecedência por escrito ou pela imprensa local.

**Parágrafo 1º** - As assembléias ordinárias serão presididas pela Coordenação Geral da Associação, com o acompanhamento do Coordenador de Secretaria.

**Parágrafo 2º** - O “quorum” das assembleias será de 2/3 (dois terços) dos associados efetivos que estejam em dia com suas obrigações associativas, em primeira chamada, e em segunda chamada, com qualquer número de sócios.

**Art. 16º** - Semanalmente, o grupo de selecionadores fará a divisão das receitas, bem como das doações e decidirão sobre despesas e assuntos de interesse da entidade, sob a responsabilidade da Coordenação Financeira.

**Art. 17º** - Mensalmente, os sócios efetivos farão uma reunião de avaliação das atividades desenvolvidas e a convivências dos associados.

**Art. 18º** - Todas as decisões oriundas de reuniões deverão constar em ata resumida, no livro próprio.

## CAPITULO VI

### DO PATRIMÔNIO E RECEITAS

**Art. 19º** - O patrimônio da Associação será constituído pelos bens móveis, imóveis, dinheiro em espécie, materiais recicláveis, depósitos bancários e fundos específicos.

**Art. 20º** - As receitas da associação serão constituídos por:

- a) Contribuições dos associados;
- b) Doações feitas por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais;
- c) Fundos criados, formalmente pelos sócios efetivos, com a finalidade de servirem para a manutenção da Associação.

**Art. 21º** - Serão considerados como patrimônio de guarda da Associação os bens móveis e imóveis que forem colocados à disposição da entidade por comodato e/ou empréstimo enquanto viger o contrato.

**Art. 22º** - É da responsabilidade do Tesoureiro a criação de reserva financeira da Associação, exclusivamente destinada a manutenção dos equipamentos de trabalho dos selecionadores de material reciclável.

## CAPITULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 23º** - A Associação será dissolvida, encampada ou incorporada por decisão de Assembleia Geral, convocada especificamente para este fim, havendo deliberação de, no mínimo, 2/3 dos sócios efetivos e com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

**Parágrafo 1º** - Em caso de dissolução da Associação, os bens móveis e imóveis pertencentes a mesma serão destinados a outra instituição com as mesmas

finalidades, objetivos e características similares, ao passo que os bens pertencentes a terceiros serão devolvidos a quem de direito.

**Parágrafo 2º** - Os associados não respondem pelos atos de gestão da Associação.

**Art. 24º** - Os cargos da Diretoria serão exercidos pelos sócios efetivos, sem ganho adicional.

**Art. 25º** - Os casos omissos deste estatuto serão resolvidos pelos sócios efetivos e, quando necessário, ratificadas em Assembléia Geral, que será convocada para tal, especificada a pauta.

**Art. 26º** - A reforma estatutária será feita por deliberação em assembléia geral, convocada especificamente para este fim, com no mínimo 2/3 dos sócios efetivos.

**Art. 27º** - O presente estatuto social entra em vigor para os associados a partir da assinatura dos sócios fundadores, e perante terceiros passará a surtir seus efeitos legais após seu registro no órgão público competente.

Jaguari RS, 01 de junho de 2.010.

ALFRIDIA LOPES DA ROSA  
Presidente

OAB

**APÊNDICE I**  
**FICHA DO ASSOCIADO ARPEJ**



**ASSOCIAÇÃO DOS RECICLADORES ARPEJ  
FICHA DO ASSOCIADO**

- NOME: \_\_\_\_\_ - SEXO: \_\_\_\_\_  
 - DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_\_ - NATURALIDADE: \_\_\_\_\_  
 - ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_  
 - TELEFONE: \_\_\_\_\_  
 - ESCOLARIDADE: \_\_\_\_\_ - PROFISSÃO: \_\_\_\_\_  
 - CURSOS ANTERIORES OU ALGUMA HABILIDADE: \_\_\_\_\_  
 - ATIVIDADE QUE EXERCE NA ASSOCIAÇÃO: \_\_\_\_\_  
 - TEMPO NA ASSOCIAÇÃO: \_\_\_\_\_  
 - ATIVIDADE FORA DA ASSOCIAÇÃO: \_\_\_\_\_

**DOCUMENTAÇÃO**

- IDENTIDADE: \_\_\_\_\_ - CPF: \_\_\_\_\_  
 - TÍTULO DE ELEITOR: \_\_\_\_\_  
 - CERTIFICADO DE RESERVISTA: \_\_\_\_\_  
 - CARTEIRA DE MOTORISTA: \_\_\_\_\_ - CATEGORIA: \_\_\_\_\_

**ESTADO CIVIL**

- ( ) SOLTEIRO ( ) CASADO ( ) COMPANHEIRO (A) ( ) OUTROS  
 - NOME DO CÔNJUGE: \_\_\_\_\_

**FILHOS:** ( ) SIM ( ) NÃO

Nº	NOME(S)	IDADE	ESCOLARIDADE
1			
2			
3			
4			
5			

- ALGUMA DOENÇA PRÉ-EXISTENTE? ( ) SIM. QUAL?.....  
 ( ) NÃO

**OBS:** EM CASO DE NECESSIDADE LIGAR PARA:

- NOMES:  
 - TELEFONES:

Material elaborado pela autora diante da necessidade destes não possuir uma ficha com seus dados pessoais no local de trabalho, como também conhecer o perfil de cada integrante.

**APENDICE II**  
**QUESTIONÁRIO 1**

**ENTREVISTA APLICADA AO REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO –  
PREFEITURA MUNICIPAL - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO  
AMBIENTE**

PERGUNTAS NORTEADORAS:

- 1- Qual a principal preocupação do município com relação ao meio ambiente?
- 2- Qual é o volume de resíduo gerado por mês no município?
- 3- Quais são os destinos dados aos resíduos gerados?
- 4- Como é feita a coleta no município e quem realiza?
- 5- Existe coleta seletiva no município? Quem realiza?
- 6- De que forma é realizada a Coleta seletiva em Jaguari?
- 7- Qual é a relação de trabalho e produção com a Associação de Catadores?
- 8- O município tem projetos para incentivar a reciclagem no município? Como ele é?
- 9 – Como está a situação para o município perante a PNRS?
- 10- Tem algum comentário que gostaria de fazer ou perguntar?

**APENDICE III**  
**QUESTIONARIO 2**

## ENTREVISTA APLICADA AOS CATADORES - REPRESENTANTE DA ARPEJ - PRESIDÊNCIA DA ARPEJ

### ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

#### DADOS PESSOAIS:

1. Nome:
2. Data de nascimento:                      Idade:                      Sexo:
3. Estado civil:                              4. Escolaridade:                      5. Profissão anterior:

#### PERGUNTAS NORTEADORAS:

##### 1ª ETAPA: DA PRIMEIRA ENTREVISTA NA ARPEJ

1. Como iniciou na ARPEJ e por que?
2. As famílias destes associados são provenientes do trabalho de catação?
3. Existe relação de parentesco entre os catadores da ARPEJ?
4. Qual é a função que cada um exerce?
5. De que forma se dá a divisão de trabalho na ARPEJ?
6. Como é o envolvimento de cada um?
7. Como são recolhidos os materiais recicláveis? Onde coletam?
8. Existe preferência por algum material?
9. É realizada a seleção dos materiais? De que forma?
10. Como é a carga horária de trabalho?

##### 2ª ETAPA: SEGUNDA ENTREVISTA NA ARPEJ

1. Qual a produção total mensal (Kg e/ou \$) e a produção individual mensal (\$)?
2. Quanto a questão de sazonalidade, como funciona?
3. Para quem é vendido os materiais recicláveis? Existe alguma documentação entre as partes?
4. Como é a relação do catador associado e o (os) comprador (es) de materiais recicláveis?
5. De que forma é realizada a venda? Como recolhem, transportam os materiais? Para onde vai? Como é realizado o pagamento?
6. O município tem coleta seletiva? Como é feito?
7. Qual a relação da prefeitura com a ARPEJ? Existe alguma contribuição?
8. Tem alguma coisa que poderia melhorar em seu trabalho, o que?

**APENDICE IV**  
**QUESTIONARIO 3**

**ENTREVISTA APLICADA AO EMPRESÁRIO - COMPRADOR DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

## PERGUNTAS NORTEADORAS:

- 1 - A Quanto tempo trabalha na atividade com materiais recicláveis?
- 2 - Onde está localizada a empresa? Como está constituída?
- 3 - De que forma é realizado o trabalho?
- 4 - Em que região atua na compra destes materiais?
- 5 - Para que região vende? Há algum tipo específico de material exigido pela Indústria?
- 6 - Como é a relação de trabalho com a ARPEJ? A quanto tempo compra da ARPEJ?
- 7 - Existe algum contrato, documento entre as partes?
- 8 - Qual a quantidade / valor recolhido por mês através da ARPEJ

**APÊNDICE V**  
**ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM OS CATADORES DA ARPEJ**



A partir do Convênio de Cooperação Técnica e Científica realizado entre a Fundação MO'Á e o Município de Jaguari – RS, para a realização do projeto “Meio Ambiente e Cidadania”, deram início as primeiras atividades realizadas com os catadores da ARPEJ. Entre elas, a visita no antigo lixão do Município, com o intuito de se fazer um reconhecimento local e observar o passivo ambiental existente na área. Teve-se a oportunidade de ouvir-se o relato da presidente da associação das péssimas condições de trabalho que os catadores vivenciaram durante muitos anos neste local. A visita ao lixão foi realizada no primeiro semestre de 2011, juntamente com a secretária de planejamento e meio ambiente local e a presidente da Associação de Recicladores Profetas da Ecologia de Jaguari - ARPEJ.

As entrevistas realizadas com a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Jaguari e a ARPEJ oportunizaram como resultado alguns encontros e atividades desenvolvidas juntamente com os catadores e a secretaria de educação do município. Essas atividades tiveram objetivos bem delimitados ligados diretamente a oficina voltada a qualificação dos catadores, visitas as escolas e a realização da I Jornada Municipal de Educação Ambiental do Município de Jaguari - RS.

Procurando conhecer e interagir através da realidade do pesquisado, as técnicas utilizadas nos encontros e nas oficinas levaram em conta a dialogicidade onde os problemas, as propostas e as atividades foram debatidas e decididas coletivamente com os sujeitos integrantes da mesma. Os encontros permitiram uma qualificação incorporando a dimensão social e ambiental da profissão do catador. Além disso, estas atividades com os catadores contribuíram para que o município possa contar com um grupo qualificado de profissionais. Estes profissionais também poderão atuar como multiplicadores de saberes a partir das diferentes realidades que atuam. Nesse sentido, trabalhou-se com 4 encontros descritos a seguir:

No primeiro encontro trabalhou-se através da proposta: “quem somos e o que queremos”, assim pode-se conhecê-los através e saber da percepção deles e o seu trabalho como também, o que visualizam para seu futuro. Neste momento também foi descoberto dentre eles um poeta e artesãs no grupo. Logo após esta atividade trabalhou-se em relação aos pontos positivos e negativos do trabalho exercido pelos associados ARPEJ. Ainda, através da utilização de um mapa e a colaboração dos envolvidos, foi possível visualizar o espaço de trabalho da associação e as localidades que abrange a coleta seletiva no município, o trajeto percorrido

diariamente pelos catadores, assim, otimizando o espaço de trabalho, adequando para facilitar as atividades. No segundo encontro foi possível visualizar de forma geral o trabalho exercido pela ARPEJ, bem como, os tipos de materiais recolhidos. Foi apresentado o filme “Os Caminhos da Reciclagem” e ao final, realizado uma dinâmica de motivação para os catadores, mostrando a importância de cada um na associação.

O terceiro encontro foi realizado para conhecer os tipos de materiais recolhidos pelos catadores no município. Assim foi levantado os Materiais Recicláveis, Não-Recicláveis e os Rejeitos pela ARPEJ. Arquetou-se uma melhor forma de organização do local de trabalho, disponibilizando adequadamente os materiais recicláveis. Falou-se dos cuidados com a saúde e o armazenamento de materiais e as doenças provenientes do lixo.

No quarto encontro trabalhou-se a temática “higiene, saúde e meio ambiente” enfatizando a segurança na prevenção de acidentes. No quinto e último encontro debateu-se sobre os direitos e deveres do catador, utilizando como base o estatuto social da associação, reforçando assim o entendimento do mesmo.

As atividades realizadas com os catadores ARPEJ objetivaram contribuir para a melhoria das condições de higiene e saúde, e da organização do trabalho na prevenção de acidentes, visando o fortalecimento do grupo na associação, como também, o levantamento de dados para subsidiar a gestão ambiental municipal e a novas pesquisas.

Destaca-se que nas atividades propostas nos encontros de capacitação houve intensa integração dos associados da ARPEJ, conforme podemos observar na Figura 4. Integraram também algumas atividades jovens, filhos de catadores, os quais mostravam -se participativos. Observou-se no decorrer desta atividade que alguns catadores analfabetos, necessitando da ajuda dos demais participantes do grupo, que auxiliavam com muita empolgação e comprometimento. No mês de julho de 2011 na I Jornada Municipal de Educação Ambiental, integrando neste evento a participação das Secretarias de Município de Educação e de Planejamento e Meio Ambiente, as escolas da rede municipal, gestores e representantes da Fundação MO'Ã. A participação foi de aproximadamente 200 pessoas, tendo como um dos palestrantes a presidente da Associação de Recicladores Profetas da Ecologia – ARPEJ sobre as atividades de coleta seletiva da associação no município.

Quanto aos resultados relacionados às expectativas dos participantes nos encontros foram satisfatórios, visto que se mostraram motivados a cada atividade proposta. O trabalho também proporcionou a realização de um panorama da realidade vivenciada pelos catadores da associação, como também a percepção destes, referente à importância e os cuidados que se deve ter em todo o processo que envolve o trabalho de coleta dos resíduos.

Tendo como ponto de análise a interação e discussão dos participantes com relação às suas atividades o grupo destacou a seguinte conclusão: “vim do lixão - era lixeiro; estou na associação - sou catador/associado; irei trabalhar na central de triagem - serei reciclador” desta forma, identificou-se a expectativa atribuída pelos associados do crescimento nas suas atividades relacionado à profissão. Os dados levantados durante os encontros realizados com os catadores eram utilizados para direcionar a temática e a abordagem das demais atividades.

No início de 2012, foi realizada nova visita por parte da pesquisadora à secretaria de meio ambiente e na ARPEJ para averiguar a atual realidade, visto que, os meses de dezembro, janeiro e fevereiro representam um diferencial característico devido as datas festivas como Natal, Ano Novo, evento nativista “Grito” e Carnaval, os quais demandam uma quantidade maior de produtos que são descartados pela comunidade, e assim, resultando maior quantidade<sup>45</sup> de materiais recicláveis coletados pela associação. Para a presidente da ARPEJ, diante dos relatos e do entusiasmo da mesma com os novos dados, pode-se observar uma nova realidade - o aumento de materiais coletados e vendidos, o qual chegou a triplicar nos meses anteriormente citados. Diante desta realidade foram realizadas novas entrevistas com esses atores (representante da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e presidente da ARPEJ) a fim de conseguir dados mais consistentes para a pesquisa, o que não foi possível devido a falta de documentos que pudessem comprovar ficando as informações obtidas através da análise percebida e do relato através de diálogo.

---

<sup>45</sup> Esta questão é polêmica, pois enquanto ambientalmente tratamos de como reduzir, consumindo menos produtos, por outro lado, para os catadores é fator positivo coletar maior quantidade, pois terão mais lucro e assim menos resíduos jogados no ambiente.

**APÊNDICE VI**  
**REPERCUSSÃO NA MÍDIA DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM**  
**JAGUARI - RS**

Sexta-feira, 3 de agosto de 2012 Santiago – RS

## **Modelo de associação de recicladores de Jaguari é apresentado em Portugal**



O modelo de associação de recicladores de Jaguari, recentemente criado graças a uma ação do município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, foi apresentado por Andréa Pereira Lock da Universidade Federal de Santa Maria, durante exposição em trabalho apresentado em Portugal sobre a Educação Ambiental como Instrumento de Gestão.

Na ocasião, Andréa destacou que a educação ambiental se apresenta como aliada na solução dos problemas ambientais, principalmente na gestão dos resíduos sólidos urbanos. “No Brasil, em 2010, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos exigindo a adequação dos municípios a novos procedimentos”, relatou.

Ela informou aos portugueses que em Jaguari, a Associação de Recicladores Profetas da Ecologia, reúne trabalhadores que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis. “Eles são agentes importantes que contribuem na preservação do meio ambiente, reintroduzindo os materiais na cadeia produtiva”, comentou.

No estudo que fez da associação, Andréa disse que o trabalho teve por objetivo explicitar a importância do catador e a necessidade de um processo de educação ambiental para qualificação do trabalho, bem como, a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

Conforme ela, houveram reuniões com os agentes envolvidos durante quatro meses visando entender o processo de coleta seletiva. “O diálogo desvelou os problemas enfrentados e coletivamente foram conhecidas as necessidades que serviram de base para priorizar as temáticas de oficinas, palestras, visitas e entrevistas. Constatou-se que, através das atividades desenvolvidas, os participantes, tiveram um impacto positivo na auto-estima. Dessa forma, as atividades realizadas contribuíram para uma melhor organização do trabalho destes profissionais e proporcionou suporte para a gestão dos resíduos do município, colaborando para a sustentabilidade local”, concluiu.

Postado por Sergio Bueno às 09:21 . Opinar Sempre – Por Sérgio Bueno. Disponível em: <http://serginhobueno.blogspot.com.br/2012/08/modelo-de-associacao-de-recicladores-de.html>

04/08/2012 | Nº 3212 – DIÁRIO DE SANTA MARIA

## **JAGUARI**

### **Modelo de reciclagem é mostrado na Europa**

A Associação de Recicladores Profetas da Ecologia, em Jaguari, que reúne moradores que fazem da coleta de materiais recicláveis uma fonte de renda, foi apresentado em Portugal, no mês passado. O modelo de associação, que funciona como cooperativismo, foi criado em parceria com a UFSM. O projeto foi apresentado no continente europeu em uma atividade sobre Educação Ambiental como política pública

Diário de Santa Maria. Disponível em:

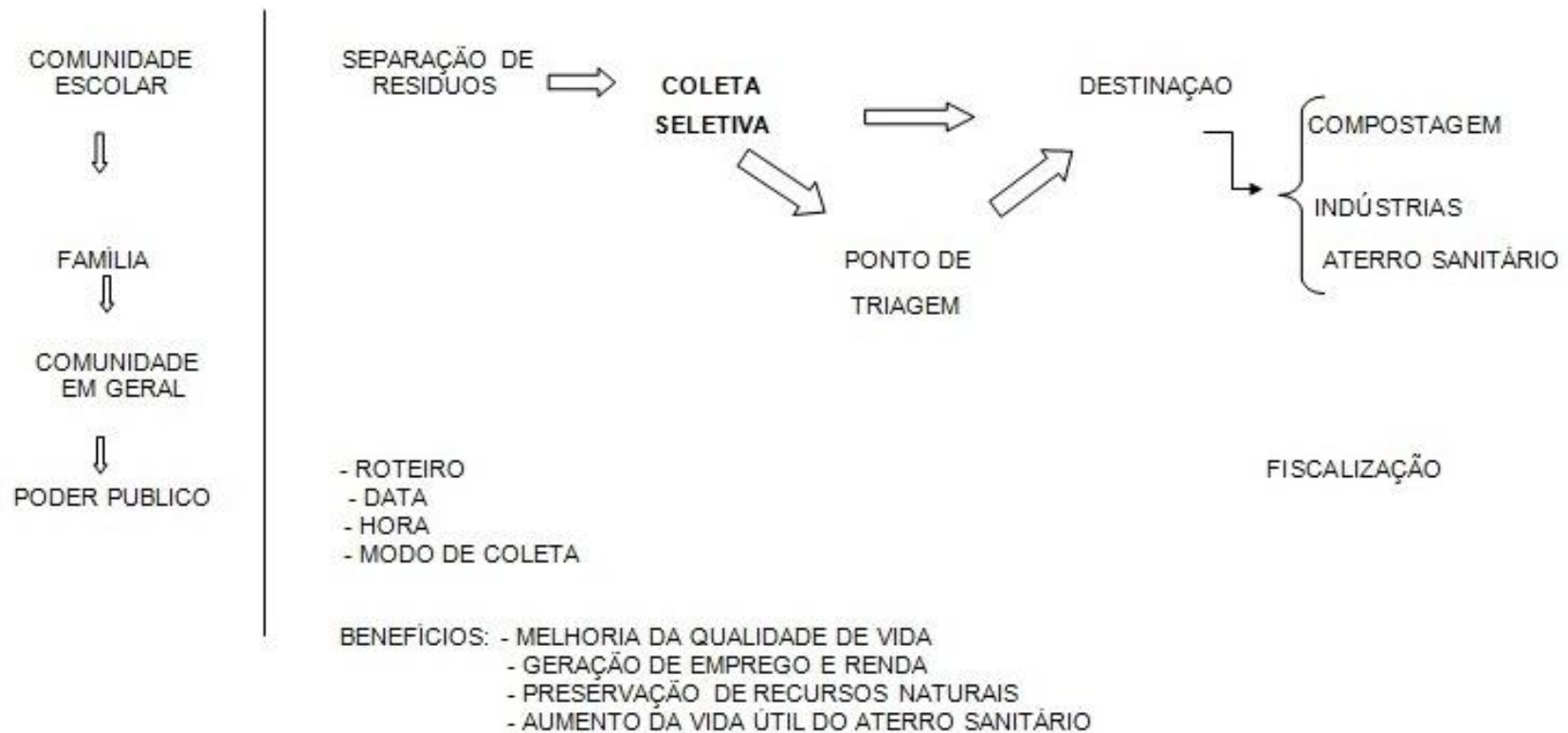
<http://www.clicrbs.com.br/dsm/rs/imprensa/4,38,3842399,20132>

**APÊNDICE VII**  
**ESQUEMATIZAÇÃO - GERENCIAMENTO INTEGRADO DE**  
**RESÍDUOS SÓLIDOS**



## GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

\* SENSIBILIZAÇÃO – MOTIVAÇÃO {  
 - MEIOS DE COMUNICAÇÃO  
 - ESTÍMULO À MUDANÇA DE ATITUDES (VISANDO A REDUÇÃO, REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM)



Fonte: Arquivo Fundação MO'Á. Material Confeccionado em 1999. Adaptado por Andrea Pereira Lock em Julho de 2013. Santa Maria –RS.